

# **RELATÓRIO E CONTAS 2018**

**APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.**



Versão Aprovada em reunião do Conselho de Administração de 11/07/2019

(página deixada propositadamente em branco)

RELAÇÃO E  
CONTAS  
DOS

ANEXO 1 - RELATÓRIO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1

  
PP *Phom*

## INDICE

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CA	3
2. A APL	5
3. ENQUADRAMENTO	11
4. APL – Ações e projetos relevantes	12
5. ÁREAS DE NEGÓCIO	26
6. RECURSOS HUMANOS	40
7. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	46
8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	53
9. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	80
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS	89
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	142
SIGLAS UTILIZADAS E GLOSSÁRIO	143
ANEXOS	147
Certificação Legal de Contas	147
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	147
Relatório de Governo Societário 2018	147

Ug  
PP  
Rloque

(página deixada propositadamente em branco)

Ux W  
PP Rhonu



## 1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CA

Ao longo deste mandato, a APL tentou recuperar o seu posicionamento no conjunto dos portos nacionais, garantindo o normal e regular funcionamento do porto e implementando opções estratégicas, em linha com as orientações políticas para o setor, de forma a garantir a sustentabilidade futura do negócio portuário na região.

A atuação do Conselho de Administração a que presido, caracterizou-se pela definição de um perfil interventivo no sentido de potenciar as oportunidades existentes e de executar efetivamente, as tarefas prioritárias de investimento, adiadas ao longo dos últimos anos.

Em cumprimento da “Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026” foram assumidos como prioritários os seguintes três projetos estratégicos para o porto de Lisboa:

- Aumento de Eficiência do Terminal de Contentores de Alcântara mediante a renegociação do atual contrato de concessão;
- Terminal do Barreiro e zonas logísticas neste concelho e no Seixal;
- Navegabilidade do Tejo (Estudo de Mercado, Avaliação Económico-financeira e operacionalização).

A estratégia do Porto de Lisboa tem vindo a colocar o cliente no centro da sua atividade, nomeadamente, os concessionários, os agentes marítimos e os transportadores, bem como todos os grupos profissionais com quem interagimos diariamente na prestação de serviços portuários.

Na área dominial, a atuação deste Conselho assentou na recuperação do património da APL, criando e disponibilizando novas licenças e concessões em áreas anteriormente abandonadas e sem retorno, sendo de realçar o projeto “LACS” que transformou um edifício antigo em ruínas num moderno centro incubadora de novas empresas e de novos negócios, com expressão a nível nacional.

As áreas marítimo turística e náutica de recreio mantiveram ao longo destes anos uma evolução positiva, tentando dar resposta à crescente procura verificada na região de Lisboa, sempre difícil devido ao extraordinário volume de solicitações, e às limitações decorrentes do aumento da capacidade instalada.

No que respeita à atividade de cruzeiros o Porto de Lisboa consolidou a sua posição no mercado de turn around e ganhou, mais uma vez o prémio de melhor porto de cruzeiros da Europa, distinção que regista pelo quarto ano consecutivo.

A aposta nos meios informáticos e digitais teve expressão na APL no projeto da Janela Única Logística, em que acompanhámos os restantes portos nacionais, e na modernização do VTS,

CP  
PP  
R.Romão



para além, de outras aplicações voltadas para o serviço ao cliente como é o caso da aplicação, em desenvolvimento, da gestão das docas de recreio.

A expressão económico-financeiro dos resultados atingidos neste período, foi francamente favorável dado que, contrariando as expetativas, foi possível atingir resultados do exercício crescentes em consequência da melhoria gradual do volume de negócios, complementada com a redução sistemática dos encargos financeiros, fruto da redução dos respetivos passivos remunerados, que mais do que compensou o gradual crescimento dos gastos com pessoal.

A melhoria dos resultados consubstanciou-se, em 2018, com um resultado do exercício muito elevado, mais de 7,2 milhões de euros, que aliou os fatores mencionados anteriormente a um conjunto de situações não recorrentes, nomeadamente, a forte redução, conjuntural, dos fornecimentos e serviços externos e outros gastos operacionais que não com o pessoal.

Assim, considerando o resultado não repetível de 2018 e os fluxos negativos de caixa, o Conselho de Administração apresenta ao acionista uma proposta de aplicação de resultados, equivalente à de 2017 com a entrega de 900 mil euros ao acionista, a título de distribuição dos lucros do exercício.

A APL desempenha ainda um papel responsável na sociedade, assumindo como prioritário o seu contributo para a sustentabilidade ambiental e para a qualidade de vida das populações envolventes, como comprova o projeto de fornecimento de energias mais limpas e eficientes aos navios que aportam em Lisboa, nomeadamente, os cruzeiros e a forte aposta em meios alternativos ao rodoviário para o transporte de mercadorias mediante a abertura de um canal navegável no rio Tejo, até Castanheira do Ribatejo, para movimentação por via fluvial de contentores. Contudo o destaque em matéria ambiental vai para a colaboração decisiva da APL no projeto da Agência Portuguesa do Ambiente – APA de recuperação dos areais da zona da Costa da Caparica mediante a contratualização da reposição das praias com recursos aos dragados efetuados pela APL no canal de acesso ao porto.

Em meu nome pessoal e dos membros do Conselho de Administração a que presido agradecemos a colaboração que nos foi dispensada por todos aqueles que interagem com o Porto de Lisboa e que, enquanto nossos clientes, constituem o foco da nossa atividade diária e muito especialmente agradecemos a todos aqueles colaboradores da APL que dia a dia, com dedicação e profissionalismo, permitem a esta empresa atingir os seus objetivos e gradualmente preparar-se para enfrentar, com êxito, um futuro cheio de novos desafios.

Lidia Sequeira

Presidente do Conselho de Administração.



## 2. A APL

### 2.1. Caracterização

Nos termos legais, a APL, S. A., tem por objeto a administração do Porto de Lisboa, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. Assim, e de acordo com os seus estatutos, assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.



### Jurisdição

A área de jurisdição do Porto de Lisboa, definida no Decreto-Lei 336/98 de 3 de Novembro, abrange, na vertente terrestre 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 110 km ribeirinhos. Na sua vertente fluvio-marítima abarca uma superfície de 32500 ha, tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.

### Património

Pertencem ao domínio público do Estado afeto à APL, S. A., os terrenos, terraplenos e obras marítimas situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, e ainda os bens afetos à atividade da pesca, serviços de primeira venda de pescado e atividades conexas. Consideram-se integrados na esfera patrimonial da APL, S. A., os bens imóveis adquiridos ou edificados pela Administração do Porto de Lisboa e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos como domínio do Estado ou omissos quer na matriz quer nos registos prediais.

PP P. Rome



## 2.2. Empresa Pública

A APL enquanto empresa pública integra o Setor Empresarial do Estado regulado pelo Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, sem contudo integrar o setor das administrações públicas nos termos do Sistema Europeu de Contas nacionais e Regionais, ou seja é uma empresa Não Reclassificada no perímetro de consolidação orçamental.

A APL é uma Entidade de Interesse Público conforme definida na alínea l) do artigo 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015, estando consequentemente sujeita à aplicação do Regulamento (EU) 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas.

O capital social da APL, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é de € 60.000.000 atualmente constituído por 12 000 000 ações, com valor nominal unitário de 5 euros, e é detido exclusivamente pelo Estado, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A tutela sectorial sobre a APL, S.A. pertence ao Ministério do Mar em coordenação com o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, enquanto a tutela financeira é exercida pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

## 2.3. Missão e Valores

A prestação de um serviço multifuncional de base portuária orientada para o Cliente – nossa base de sustentação – e segundo princípios de Racionalidade Operacional e Económico-financeira, de Eficácia Social e Ambiental e de acordo com as melhores práticas de Segurança Marítima e Patrimonial.



### Visão

Sermos herdeiros e a referência do Porto de Lisboa como Porto Atlântico e os garantes da sua multifuncionalidade segundo os melhores padrões de qualidade e eficácia.

### Valores

- A lealdade, a ética e o respeito pelo esforço de todos, e de cada um, em função das suas capacidades, competências e das responsabilidades cometidas à APL;
- A transparência de ações, atuações e decisões
- O respeito pelo esforço de cada colaborador, pelas suas expectativas e pelo seu empenho e dedicação;



- A visão global dos objetivos partilhados, de acordo com as orientações e políticas da Empresa;
- A capacidade crítica, a criatividade e a capacidade de inovar, como formas estruturadas de desenvolvimento e sobrevivência da Empresa;
- O respeito e a preocupação de cooperação ativa com os clientes da APL, dentro dos princípios de racionalidade e equidade.

## 2.4. Objetivos

A coordenação estratégica entre os portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, foi considerada primordial e vertida no Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, refletida no funcionamento dos conselhos de administração de ambas as Sociedades, cujos membros são comuns e acumulam funções, auferindo apenas uma remuneração, tendo como objeto o planeamento estratégico e a promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas.

As atribuições da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A. entrecruzam-se com o Programa do XXI Governo Constitucional, em especial com os objetivos e prioridades estratégicas definidos para a área do Mar, nomeadamente quanto:

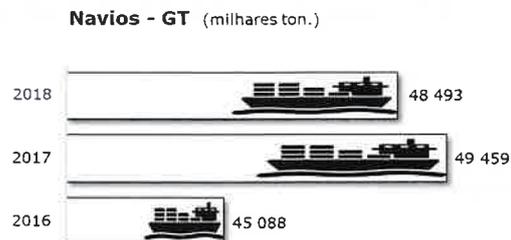
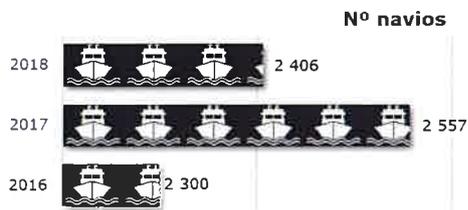
- Ao aproveitamento mais eficiente das vantagens competitivas do posicionamento estratégico do País,
- À aposta no aumento da competitividade crescente a nível global dos portos e das cadeias logísticas nacionais,
- À melhoria das acessibilidades marítimas e terrestres,
- À especialização de atividade de cada porto de acordo com o seu *hinterland* específico,
- À gestão mais eficiente da capacidade disponível,
- À simplificação de procedimentos e numa abordagem adequada à organização do território.

Ug H  
PP Rome

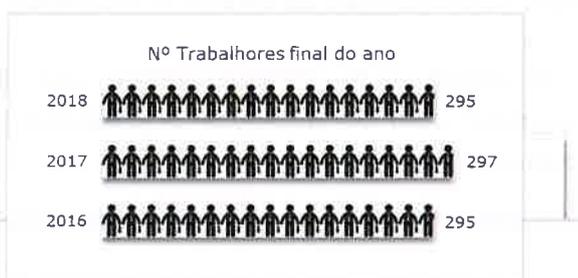


## 2.5. A APL em números

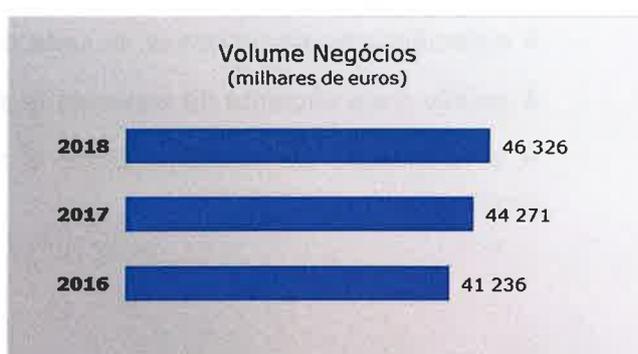
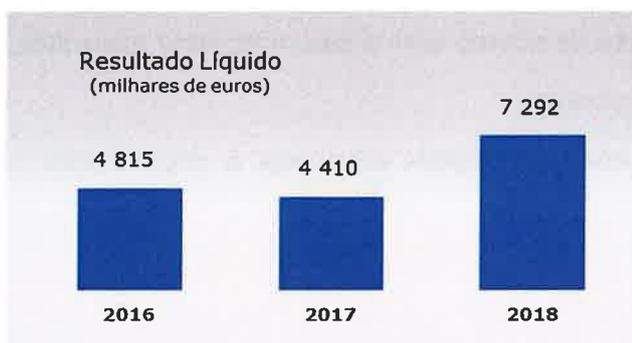
### Atividade Operacional



### Recursos Humanos



### Resultados



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



## 2.6. Indicadores económico Financeiros

(Unidade: Euro)

<b>Dados Gerais Balanço</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>357 825 618</b>	<b>368 730 844</b>	<b>374 177 748</b>
Ativo não Corrente	334 242 015	341 819 329	345 186 911
Ativo Corrente	23 583 603	26 911 515	28 990 837
<b>Capital Próprio</b>	<b>221 865 862</b>	<b>216 995 341</b>	<b>213 158 390</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>135 959 756</b>	<b>151 735 503</b>	<b>161 019 357</b>
Passivo não Corrente	61 213 751	74 776 483	90 787 266
Passivo Corrente	74 746 004	76 959 020	70 232 091

(Unidade: Euro)

<b>Dados Gerais Demonstração de Resultados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Gastos Operacionais (1)</b>	<b>23 910 099</b>	<b>24 930 141</b>	<b>23 076 510</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	6 325 195	7 616 140	6 357 755
Gastos com o Pessoal	17 584 904	17 314 001	16 718 756
<b>Ganhos Operacionais</b>	<b>52 270 878</b>	<b>49 650 410</b>	<b>48 262 587</b>
... dos quais			
Serviços Prestados	33 228 925	32 063 618	29 531 723
Outros Rendimentos e Ganhos	19041953,29	17 586 792	18 730 863
<b>EBITDA</b> (Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos)	<b>25 077 697</b>	<b>20 784 775</b>	<b>21 994 000</b>
<b>Depreciações</b>			
<b>EBIT - Resultados Operacionais</b> (Res. antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	<b>11 815 871</b>	<b>7 522 653</b>	<b>8 149 475</b>
... Juros dos quais			
Juros e Gastos Similares Suportados	1 697 090	2 082 223	2 511 198
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>10 118 781</b>	<b>5 440 430</b>	<b>5 638 277</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7 292 399</b>	<b>4 409 959</b>	<b>4 815 421</b>

(1) Conforme orientações da DGTF para cumprimento das orientações legais

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



<b>Indicadores Económico-Financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Autonomia Financeira (Total Cap. Próprio / Ativo não corrente)	66,38%	63,48%	61,75%
Liquidez Geral (Ativo / Passivo)	263,18%	243,01%	232,38%
Rentabilidade do Ativo (Resultado Líquido / Total do Ativo)	2,04%	1,20%	1,29%
Rentabilidade do Capital Próprio (Resultado Líquido / Total do Capital Próprio)	3,29%	2,03%	2,26%
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	163,18%	143,01%	132,38%
Volume de negócios	46 325 742 €	44 270 700 €	41 235 709 €
Vol. Neg. <i>per capita</i>	156 506 €	149 563 €	138 841 €
VAB	38 433 555 €	35 519 520 €	33 725 969 €
VAB <i>per capita</i>	129 843 €	119 998 €	113 555 €
Margem EBITDA (EBITDA / Ganhos Operacionais)	47,98%	41,86%	45,57%
Margem EBIT (EBIT / Ganhos Operacionais)	22,61%	15,15%	16,89%



### 3. ENQUADRAMENTO

#### 3.1. Contexto Macroeconómico Internacional

De acordo com o Banco Mundial, a economia mundial deverá ter registado um crescimento de 3% em 2018. Este crescimento, ligeiramente inferior ao verificado em 2017 (3,1%) não poderá estar alheio às tensões existentes a nível comercial, nomeadamente entre os EUA e a China, bem como a um aumento nas taxas de juro nos mercados mundiais. Este crescimento, ainda assim está alicerçado num crescimento sólido dos EUA, devido a vários estímulos fiscais. A área euro teve um desempenho menos positivo que o esperado, essencialmente devido à redução das exportações.

O comércio mundial terá crescido 3,8% contrapondo ao aumento em 2017 de 5,4%, essencialmente devido ao clima de incerteza que as tensões comerciais acima referidas provocam nos agentes económicos, apesar de, a curto prazo, algumas economias possam beneficiar de alguma diversificação, barreiras protecionistas reduzem o investimento e provocar disrupções, mas cadeias de valor globais.

#### 3.2. Enquadramento Nacional

O Instituto Nacional de Estatística (INE) registou um crescimento de 2,1% da economia portuguesa, menos 0,7 p.p. que no ano anterior, resultando de uma participação mais negativa da procura externa líquida e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do Investimento.

De acordo com as informações disponibilizadas pela Autoridade de Mobilidade e Transportes (AMT), o movimento de mercadorias através dos portos do continente terá atingido quase 93 milhões de toneladas, representando uma redução de 3,5%, essencialmente devido à diminuição da importação de petróleo e carvão e exportação de produtos petrolíferos.

Principais Indicadores Económicos		2016	2017	2018
PIB em Volume	Portugal	1,9%	2,8%	2,1%
	Área Euro	2,0%	2,4%	1,8%
Índice harmonizado de preços no consumidor (%)	Portugal	0,6%	1,6%	1,2%
	Área Euro	0,2%	1,5%	1,7%

Fonte: "Síntese Económica de Conjuntura, janeiro 2019", INE, 19 de fevereiro de 2019.

Colp  
PP  
R. Lopes



## 4. APL – Ações e projetos relevantes

### CARGA

#### REGULARIZAÇÕES CONTRATUAIS

No seguimento dos processos de regularização de ocupações de parcelas do domínio público marítimo destinadas a movimentações de mercadorias, no âmbito da legislação vigente para os usos privativos, nomeadamente a Lei da Água, foi concluído o processo de atribuição à Petrogal, S.A., de uma Licença de Uso Privativo para atribuição da parcela sita em Porto Brandão, pelo prazo de 1 ano.

No que respeita às concessões de serviço público, continuou o processo de renegociação do contrato do Terminal de Contentores de Alcântara, com o objetivo do aumento da eficiência desta instalação portuária, tal como preconizado nos projetos do porto de Lisboa constantes da Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária, para o horizonte 2017-2026.

Deu-se igualmente início à análise dos processos de prorrogações dos Terminais Multiusos e do Terminal de Contentores de Santa Apolónia, apresentados pelas concessionárias.

#### AUDITORIAS ÀS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

No âmbito das recomendações do Relatório nº 7/2016 do TC, efetuou-se um conjunto de auditorias às 10 empresas concessionárias de instalações portuárias de serviço público para a movimentação de mercadorias. Estas auditorias tiveram como objetivo a verificação de um conjunto de obrigações contratuais, nomeadamente, o estado de conservação das instalações e equipamentos, as condições operacionais de movimentação de mercadorias, a faturação efetuada aos clientes e o cumprimento de tarifários máximos.

#### AGENTES DE NAVEGAÇÃO

Em 2018 a recém criada companhia ONE, resultante da fusão do negócio de transporte marítimo de contentores da K Line, MOL e NIK e parte integrante da aliança marítima "The Alliance", iniciou atividade em Portugal e registou-se como agente de navegação no porto de Lisboa.

A par deste novo registo, verificaram-se 4 cancelamentos de atividade de agentes de navegação, um por extinção de serviços e os restantes por fusão e concentração de atividades das empresas, seguindo a tendência atual e global do shipping e do setor portuário. São exemplos, a extinção da Via Oceano em função do agente único PMAR no Grupo Sousa, o da integração da OPDR Ibéria na MacAndrews e o da Vesselmar, na Ocidenave, no Grupo Garland.



Paralelamente, foi iniciada a preparação de um novo protocolo de acordo sobre o exercício de uma caução global, a celebrar com a AGEPOR, o qual pretende assegurar para os agentes de navegação aderentes o cumprimento das suas obrigações financeiras perante a APL. Este novo protocolo, em substituição do anterior datado do ano 2000, traz para a atualidade os procedimentos e regras aplicáveis a este mecanismo.

De salientar a elaboração, pela primeira vez, de um relatório de análise global da atividade dos agentes de navegação no porto de Lisboa, nas suas diversas vertentes - formais e comerciais.

#### ESTUDOS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO

Prosseguiram os estudos de mercado, de viabilidade económico-financeira e de operacionalização da Navegabilidade do Estuário do Tejo que visam avaliar a exploração comercial da navegação fluvial do rio Tejo, tendo sido finalizada a fase de estudo de mercado atual e potencial e avançada a fase de avaliação técnica preliminar de cenários de navegação.

Este estudo integra os projetos de investimento previstos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária, para o horizonte 2017-2026.

De salientar a participação no grupo de trabalho incumbido de proceder à análise das alterações legislativas, regulamentares e tecnológicas necessárias à implementação do conceito de "Porto Seco", bem como nos trabalhos de desenvolvimento da Janela Única Logística, particularmente na futura integração dos terminais portuários de movimentação de mercadorias nesta plataforma tecnológica e de facilitação de procedimentos.

#### PARTICIPAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A APL participou pela nova vez na "Intermodal South America". Assinalando em 2018 a sua 24ª edição, este é um dos maiores eventos mundiais para os setores do comércio exterior, logística e transporte de mercadorias. O evento decorreu no início de abril, tendo o enfoque sido colocado na divulgação dos projetos de investimento anunciados no âmbito da Estratégia para a Competitividade dos Portos Portugueses.

Foi também apoiado pela APL o evento realizado pela primeira vez em Lisboa, pela ACICO – Associação Nacional dos Armazenistas Comerciantes Importadores de Cereais e Oleaginosas, "Portugal's Commodities Exchange" (Bolsa ACICO de matérias-primas), o qual teve lugar na Gare Marítima da Rocha Conde de Óbidos.

A APL participou igualmente no Congresso que decorreu nas Caldas da Rainha, subordinado ao tema "O Oeste na Estratégia 2030". Foram abordados temas relacionados com a Inovação no Setor Agroalimentar e Mar ou a Definição de Políticas Públicas no Futuro Empresarial e do Empreendedorismo no Oeste. As boas acessibilidades, rodoviárias e aeroportuárias foram apresentadas pela maioria das empresas presentes como mais valia desta região, tendo sido destacadas as vantagens competitivas do Porto de Lisboa, que se encontra ao serviço da mesma.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "RRom".



Marcou-se ainda presença na reunião do Corredor Atlântico realizada em Badajoz, onde foram discutidos os investimentos previstos na próxima década, bem como a agilização das ligações transfronteiriças entre os países membros do Corredor, potenciando a intermodalidade do transporte de mercadorias.

#### PARTICIPAÇÕES EM VISITAS INSTITUCIONAIS E COMERCIAIS

Continuaram a registar-se diversas visitas ao porto de Lisboa relacionadas com o transporte marítimo de mercadorias, concessões portuárias e logística.

No campo profissional destacam-se as visitas de delegações do Porto de Oslo, da Embaixada Dinamarquesa, da Embaixada da Colômbia no âmbito de preparação da Shipping Week, do Município de Tianjin, no âmbito da visita oficial do Presidente da República Popular da China, e da Finish Waterway Association, delegação que reúne representantes de diferentes setores ligados às vias navegáveis finlandesas. No campo académico, foi acolhida a delegação de estudantes de MBA da Universidade do Arizona, da Universidade do Colorado, dos Correios Holandeses no âmbito de um projeto destinado aos seus colaboradores e o Curso de Comércio Internacional, organizado pela ICC Portugal (International Chamber of Commerce).

#### CERTIFICAÇÃO MARCA APLOP

No âmbito de um sistema de certificação de utilização da Marca APLOP, desenvolvido pela própria Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa, o porto de Lisboa, que foi o primeiro porto piloto a ser certificado, renovou a sua certificação através de uma nova auditoria à APL, S.A.

Este sistema de certificação tem como objetivo garantir aos clientes dos portos associados e operadores económicos em geral, a implementação de medidas de simplificação da tramitação documental inerente à atividade portuária desenvolvida nos mesmos.

### TURISMO MARÍTIMO

#### CRUZEIROS

O ano de 2018 destacou-se pelo novo recorde de passageiros de cruzeiro – 577 603 - pela realização, em Lisboa, da 12ª edição da Seatrade Cruise Med, a mais participada de sempre e uma das maiores feiras de cruzeiro do mundo, que teve lugar a 19 e 20 de setembro, e ainda pela atribuição, pelo terceiro ano consecutivo e pela quarta vez, do prémio de melhor porto de cruzeiros da Europa pelo World Travel Awards.

Importa referir ainda durante o ano a realização de diversos eventos promocionais na área de Cruzeiros, com vista ao reforço da notoriedade da atividade, destacando-se os seguintes:

- Participação na 34ª edição da Seatrade Cruise Global, em Fort Lauderdale;
- Organização, coordenação e participação na 12ª edição da Seatrade Cruise Med 2018, em Lisboa;

44 100  
Rhone



- Participação na 52ª Assembleia-Geral da MedCruise que decorreu em Valletta;
- Organização e Participação na 53ª Assembleia-Geral da MedCruise que decorreu em Lisboa;
- Participação na Assembleia-Geral e na reunião da região West Coast da Associação Cruise Europe em São Petersburgo;
- Organização de ações de receção aos 14 navios que escalaram Lisboa pela primeira vez;
- Promoção de uma ação de receção aos passageiros que viajavam a bordo dos navios de cruzeiro Balmoral, Ventura e Oriana, que chegaram a Lisboa no dia 24 de dezembro.

O Porto de Lisboa voltou a ser nomeado, pela nona vez consecutiva, para os World Travel Awards a nível mundial na categoria de Leading Cruise Destination (Melhor Destino de Cruzeiros), e de Leading Cruise Port (Melhor Porto de Cruzeiros).

## NÁUTICA DE RECREIO

### ▪ REVALIDAÇÃO DO GALARDÃO BANDEIRA AZUL

O Programa Bandeira Azul voltou a atribuir em 2018 o galardão à Doca de Santo Amaro. Este prémio, atribuído pela primeira vez em 2015 e com sucessivas renovações desde então, tem contribuído para um crescimento sustentado e para o desenvolvimento de uma estratégia integrada que visa criar, desenvolver e potenciar condições e formatos que acompanham a atividade náutica, assim como melhorar os serviços disponibilizados aos utentes das docas de recreio do Porto de Lisboa.

### ▪ O EXOTISMO DA BIODIVERSIDADE NA MARINA

No passado dia 21 de julho a Doca de Alcântara acolheu mais uma ação de observação de espécies exóticas, organizada pela MARE (Centro de Ciências do Mar e do Ambiente) e inserida no programa Ciência Viva no Verão. Esta doca continua a ser um local privilegiado para a observação e estudo destes organismos e da biodiversidade aquática.

### ▪ CONFERÊNCIA "SUSTENTABILIDADE DOS OCEANOS, É URGENTE AGIR!"

A Administração do Porto de Lisboa e a Treino de Mar promoveram mais uma vez uma ação conjunta, desta vez com base numa apresentação resultante da recolha de dados retirados do nosso mar, tendo como objetivo alertar e mostrar uma realidade que a curto/médio prazo comprometerá a sustentabilidade dos oceanos e a própria subsistência humana. O auditório da Gare Marítima da Rocha Conde d'Óbidos serviu de palco a esta iniciativa, que contou com a participação de Miguel Lacerda, o autor do estudo. Considerando o âmbito do tema abordado nesta conferência foi também possível integrá-la nas atividades de educação ambiental exigidas pela Associação

cdg  
PP  
Rogue



Bandeira Azul da Europa aquando da candidatura à atribuição do galardão, o que é comprovativo das vantagens que poderão existir quando se implementa uma verdadeira colaboração entre os diversos agentes e stakeholders do sector bem como das potenciais sinergias que dessa colaboração poderão advir.

- VELA + PORTO DE LISBOA (DESPORTO E JUVENTUDE)

No dia 23 de setembro, a Administração do Porto de Lisboa e a Associação Seawoman realizaram na Doca de Santo Amaro mais uma edição do evento Vela+ (Desporto e Juventude), que tem como divisa a conjugação da prática desportiva, do ambiente, da cultura, da saúde, da igualdade do género, das acessibilidades e da inclusão social, disponibilizando a oferta de vários workshops e atividades, entre as quais, os batismos de vela. A Seawoman - Associação para a Promoção da Mulher através do Desporto e Atividades Náuticas, é uma associação sem fins lucrativos que desenvolve projetos que englobam a Formação de Vela, o desenvolvimento de Equipas de Regata e o Apoio a Causas Sociais.

Este evento, destinado a uma população com mais de 55 anos e a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, estava inserido nas comemorações da Semana Europeia do Desporto e encontrava-se no âmbito do Programa Nacional do Desporto para Todos, tendo contado com o apoio do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude.

- OUTROS EVENTOS E INICIATIVAS

Para além dos eventos já enumerados, destacam-se ainda as regatas do Dia do Porto de Lisboa e dos Pilotos.

É também importante referir que a APL continuou a cimentar a relação institucional com as diferentes Federações representantes dos desportos náuticos como sejam, a Federação Portuguesa de Vela, a Federação Portuguesa de Remo e a Federação Portuguesa de Canoagem de forma a aproveitar sinergias para uma gestão mais orientada para o desenvolvimento das diversas atividades relacionadas com o mar.

Para além da relação de proximidade que a APL mantém com os diversos municípios da sua área de jurisdição, colabora também de forma integrada com as diferentes entidades gestoras do estuário do Tejo, bem como com restantes agentes e stakeholders do sector, potenciando sinergias para melhoria global do negócio, sendo também reflexo disso a contínua atualização da mailing list, a qual permite facilitar a comunicação com todos os clientes das docas e com os diversos players, permitindo inclusive informar dos diversos avisos e editais emitidos pela Capitania, o que possibilita um aumento de informação e dos níveis de segurança para todos os nautas.

Ug  
PP  
Rhone



## OUTROS PROJETOS

### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

#### ▪ GEOPORTAL SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O território sob área de jurisdição da APL está em constante transformação. As rápidas alterações que se observam conduzem à necessidade de desenvolvimento de novas estratégias que visem gerir o território de uma forma mais adequada. Nesse sentido a APL deu continuidade em 2018 ao desenvolvimento do seu Geoportal, adicionando-lhe novos conteúdos e funcionalidades.

Um dos desenvolvimentos que se destacou foi a disponibilização dos levantamentos Hidrográficos. O Geoportal passou assim a disponibilizar de forma automática o três últimos levantamentos hidrográficos para cada cais.

Foram também adicionadas cartas antigas e uma cobertura de cartas topográficas de 1938, dando aos utilizadores a capacidade de observar a evolução das margens do rio Tejo, no último século.

Em Outubro de 2018 a APL apresentou o seu Geoportal na IX CNGC – IX Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia, organizada pela ordem dos engenheiros, que se realizou na Academia Militar.

#### ▪ APLICAÇÃO GPI2 – Gestão de Património Integrado

A aplicação GPI original foi criada à medida das necessidades da APL com o objetivo efetuar a gestão e faturação das taxas fixas e variáveis, nomeadamente das concessões de serviço público, das licenças de usos privativos de movimentação de mercadorias e de usos dominiais, para além dos prestadores de serviços e dos eventos, representando cerca de 60% do volume de toda a faturação da APL.

Desenvolvida no ano 2000, foi sofrendo diversas atualizações técnicas e de conteúdos, até meados de 2013. Desde essa data, por motivos de impossibilidade da continuidade de assistência técnica a aplicação não sofreu qualquer desenvolvimento, quer técnico quer funcional.

Tendo sido identificadas diversas melhorias necessárias dado o seu estado de obsolescência, decidiu-se desenvolver uma nova aplicação, designada por GPI2, que entrou em produção já em 14 de janeiro de 2019.

Para possibilitar a migração completa dos dados existentes na aplicação anterior decidiu-se manter o modelo de dados (repositório de arquivo) na versão atual de base de dados ORACLE.



#### ▪ EXTENSÃO DA FATURAÇÃO ELETRÓNICA

Implementada na empresa em 2017, no âmbito da Fatura Única Portuária, foi estendida a sua adesão a todas as áreas de negócio da APL, o que representou novos desenvolvimentos e customizações, quer nas aplicações de negócio quer no ERP SAP.

Com a entrada em produção em 21 de fevereiro de 2019, esta medida representa um passo muito importante na digitalização do arquivo assim como todos os benefícios decorrentes da elevada redução do uso do papel. Com este passo passaremos a ter um arquivo das faturas a clientes 100% eletrónico.

#### ▪ SAP

Sendo o SAP o ERP (Enterprise Resource Planning) da APL e existindo permanentemente apoio técnico e novos desenvolvimentos torna-se necessário assegurar uma manutenção corretiva e evolutiva. Optou-se por celebrar contratos mais longos (3 anos) permitindo um melhor planeamento aos desafios a médio prazo.

Em termos de grandes desenvolvimentos em 2018 são de referir:

- Implementação de um novo interface com os recursos humanos (Meta 4 versus DMS);
- Implementação de um novo interface com o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) ;
- Migração e desenvolvimento da gestão do remanescente das dívidas dos utentes das Obras Sociais e do interface dos Multibancos/SIBS com o abandono e encerramento dos módulos existentes da aplicação das Obras Sociais;
- Extensão faturação eletrónica às restantes áreas de negócio.

#### ▪ OBRAS SOCIAIS

Efetuada a disrupção com a solução existente, tecnologicamente obsoleta e sem qualquer apoio técnico, decidiu-se migrar e desenvolver apenas os 3 módulos em utilização pela APL, dois para o SAP e o principal módulo de apoio social para a aplicação principal dos recursos humanos (META4), tendo sido já neste módulo emitidas as declarações de despesas de saúde para o IRS 2018.

Manteve-se, por motivos legais, uma versão desta por forma a garantir consulta de histórico dos anos anteriores.

Aproveitou-se esta reformulação e upgrade para desenvolver duas novas funcionalidades relacionados com o sistema de apoio social:

- Distribuição de um novo cartão a todos os colaboradores ADSE da APL e implementação da possibilidade de validação on-line pelas farmácias;
- Implementação da validação das despesas apresentadas pelas 2 principais associações de farmácias com o controle das faturas e receitas eletrónicas.

64 KAP E  
PP R. Lopes



#### ▪ UPGRADE INFRAESTRUTURA COMUNICAÇÕES

Durante 2018 procedeu-se à substituição total da ligação de Fibra Ótica entre os principais edifícios da APL, desde o Datacenter (EIDH), GMA, Docas, Docapesca e VTS.

A ligação anterior, com 16 anos, apresentava diversas limitações e apresentava um iminente e potencial risco na ligação entre locais estratégicos de toda a operacionalidade lógica do porto.

Efetuada um rigoroso levantamento das ligações existentes, aumentou-se a capacidade para a futura integração de novos locais, como por exemplo docas e outros locais com sistemas de segurança, CCTV, barreira físicas, controlos remotos de todo o tipo de sistemas, etc.

#### ▪ APLICAÇÃO DA NÁUTICA DE RECREIO

Apesar de ser, possivelmente, a mais antiga aplicação em funcionamento na APL apresenta uma boa estabilidade operacional. Não obstante, sendo possível a utilização e tratamento dos dados existentes e devido às necessidades manifestadas pela respetiva área de negócio, optou-se por se avançar com novos desenvolvimentos.

Foram identificados diversos indicadores de gestão pertinentes e necessários para complementar a gestão operacional. Esses indicadores estão a ser trabalhados e desenvolvidos por forma a serem visíveis de forma gráfica e de modo intuitivo através de diversos dashboards.

A disponibilização desta informação representa uma mais valia a nível da gestão operacional permitindo uma fácil e rápida interpretação da informação existente.

#### ▪ CIBERSEGURANÇA

Sendo considerada uma infraestrutura crítica, a APL e o Gabinete Nacional de Segurança, através do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), assinaram um protocolo de cooperação em Junho de 2018 que compreende ações conjuntas e cooperação em diversas áreas destacando-se as seguintes:

- Desenvolvimento Estratégico;
- Operações de cibersegurança;
- Formação e qualificação de recursos humanos;
- Sensibilização em matéria de cibersegurança;
- Políticas de cibersegurança;
- Apresentação de candidaturas a projetos com cofinanciamento comunitário;
- Outras áreas da cibersegurança que sejam acordadas entre as partes.

Em termos operacionais, ocorrem as seguintes ações:

- Alertas emitidos pelo CNCS aquando da deteção de vulnerabilidades de hardware ou software, ataques orientados ou generalistas, problemas que comprometam as infraestruturas nacionais, etc.



- Elaboração e envio de relatório semanal, onde se detalham as vulnerabilidades existentes na infraestrutura da APL, em termos de cibersegurança
  - Monitorização efetuada remotamente pelo CNCS, que valida os tempos de disponibilidade ou indisponibilidade dos web sites da APL, tempos de resposta, “defacing” e outras verificações
  - Partilha de informação de segurança, de acordo com o princípio da necessidade de conhecer e o interesse sectorial da informação partilhada. Quando ocorrem eventos significativos, que impliquem ou influenciem os desempenhos e integridade das infraestruturas, são efetuados alertas para o ECO operacional, a fim de tomar as medidas entendidas necessárias para a mitigação do impacto.
- PROTEÇÃO DE DADOS, POLITICA DE PRIVACIDADE E ISO27001

O regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado RGPD, veio introduzir um novo regime em matéria de proteção de dados pessoais. De acordo com o artigo 37.º deste novo regulamento, foi nomeado o encarregado de proteção de dados (DPO - Data Protection Officer) da APL, SA.

A implementação encontra-se em curso, tendo sido feita uma comunicação institucional a todos os clientes.

Procedeu-se também à revisão integral do politica de privacidade da APL, sendo a mesma disponibilizada em:

[http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_PORTO\\_LISBOA/PRIVACIDADE](http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/PRIVACIDADE)

Ainda no âmbito da proteção de dados encontra-se em fase final de implementação a norma ISO27001, representando o padrão e a referência internacional para a gestão da segurança da informação. Esta norma tem como princípio geral a adoção de um conjunto de requisitos, processos e controlos com o objetivo de mitigarem e gerirem adequadamente o risco da organização. Permitirá uma abordagem 360º à Segurança da Informação, tratando de múltiplos temas tais como as telecomunicações, segurança aplicacional, proteção do meio físico, recursos humanos, continuidade de negócio, licenciamento, etc.

- JANELA ÚNICA LOGÍSTICA – JUL

Durante o ano de 2018 foi efetuado o levantamento e análise de todo o panorama portuário aplicacional por forma a serem desenvolvidos os primeiros pilotos no primeiro semestre de 2019. O projeto decorre conforme o previsto contratualmente, estando a sua conclusão na APL agendada para o primeiro trimestre de 2021.

4x Feb  
PP E  
Rhom



▪ PROJETO E-IMPACT

Tratou-se de um projeto europeu desenvolvido por um consórcio internacional que envolve 3 países (Portugal, Itália e Polónia), do qual a APL é coordenadora e que decorreu no período de 1 Julho de 2015 a 30 de junho de 2018.

Durante o primeiro semestre de 2018, realizaram-se demonstrações in-loco de algumas das soluções piloto desenvolvidas e da sua interconectividade utilizando a tecnologia de "access points".

Em Maio, a solução piloto de "Agendamento e Planeamento de uma portaria virtual", desenvolvida em Lisboa em colaboração com a Ylport e Repnumar, foi apresentada ao Conselho de Administração da APL e aos stakeholders e em junho à INEA e à DGMOVE.

A 29 de Maio em Trieste teve lugar a reunião final do projeto, com a presença de todos os parceiros e da chefe de projeto por parte da INEA, que elogiou o trabalho desenvolvido, os parceiros e a coordenação.

No segundo semestre de 2018 elaboram-se os relatórios previstos, tanto os devidos a cada parceiro como os globais que são responsabilidade da coordenação (Relatório final, de gestão de projeto, de coordenação técnica e de disseminação). Foram também desenvolvidos os relatórios financeiros e iniciados os processos de auditoria e de Certificação por Estado Membro.

## DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

▪ ARQUIVO DOS PORTOS DE LISBOA, SETÚBAL E SESIMBRA

Este projeto, aprovado no ano transato, prevê a centralização dos arquivos intermédio e histórico dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra num único espaço, o que permitirá que o acervo documental destes portos sirva não apenas as respetivas administrações portuárias, mas também o público em geral e a comunidade científica. O Arquivo Histórico dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra terá a responsabilidade de custódia e disponibilização da documentação produzida no âmbito da atividade das autoridades portuárias, bem como de divulgação e promoção da história e da importância destes portos e da atividade portuária para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, possibilitando, assim, a conservação da memória destas instituições.

Em 2018, no âmbito deste projeto, teve início a implementação de sistemas integrados de gestão de arquivo (intermédio e definitivo) – Archeevo - e de biblioteca – Koha -, bem como um portal agregador de conteúdos e pesquisa federada – Retrieve - que permitirá a pesquisa e o acesso através de um único interface à informação gerida no âmbito das aplicações de arquivo e biblioteca.



- PARTICIPAÇÃO NAS JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO 2018

O evento teve lugar em setembro de 2018 e foi subordinado ao tema “Partilhar Memórias”, sendo coordenado a nível nacional pela Direção Geral do Património Cultural, e com a participação das mais diversas entidades, com o objetivo de promover elos de ligação entre o património e a(s) comunidade(s) contribuindo, assim, para a valorização da cultura nas suas múltiplas dimensões. A APL associou-se a esta iniciativa através da realização de visitas guiadas e livres aos painéis de Almada Negreiros na Gare Marítima da Rocha Conde d’Óbidos, e da realização do workshop “À descoberta das embarcações do Tejo e seu registo arqueológico”, em colaboração com a Império Arqueologia, Lda.

- PARCERIA COM A FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Através do Instituto de História Contemporânea (IHC) – na sequência do protocolo de cooperação assinado em 2014, com o objetivo de fomentar e desenvolver o estudo, a investigação, a valorização e a divulgação da história e do património portuário de Lisboa, deu-se continuidade, em 2018, à atividade de um bolsheiro da área de Arquivística, que permitirá desenvolver os objetivos definidos no referido protocolo de cooperação, nomeadamente o tratamento do arquivo intermédio e histórico da APL, sendo de destacar em 2018 a conclusão do tratamento da documentação dispersa pelos vários serviços da APL e o início do tratamento da documentação em custódia na EAD, L.<sup>da</sup>.

- PROJETO VIA LISBOA

No âmbito deste macro projeto, as atividades de coordenação mais relevantes desenvolvidas durante o ano de 2018 foram as seguintes:

- Negociação junto da INEA e preparação dos documentos oficiais para a prorrogação da data de conclusão do projeto para Março 2020 - Amendment n.1 ao Grant Agreement INEA/CEF/TRAN/M2014/1039726;
- Elaboração e acompanhamento do Action Status Report – ASR 2018 relativo aos anos de 2016 e 2017 e acompanhamento do Relatório Financeiro Intercalar – IFS 2018 referente a 2016 e 2017;
- Reunião de trabalho com a project manager da INEA em Lisboa, na APL, S.A. a 30 de Outubro 2018 e visita ao Barreiro;
- Diversas reuniões de trabalho com os parceiros do Projeto;
- Acompanhamento e coordenação administrativa e financeira dos vários estudos e/ou atividades em curso no âmbito deste Projeto, nomeadamente:
  - Novo Terminal do Barreiro – reformulação do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental, participação no Grupo de trabalho com vista à consensualização das soluções otimizadas com a CMB e IP e preparação dos

47  
PP  
Rhone



- Termos de Referência para a Assessoria Jurídica e Económico-Financeira ao Processo de Concessão do Novo Terminal;
- Estudos de navegabilidade do estuário do Tejo até Castanheira do Ribatejo - Acompanhamento da prestação de serviços para "Elaboração dos estudos de mercado, de avaliação económico-financeira e de operacionalização da navegabilidade do Tejo;
  - Estudo urbanístico de Reconversão da Área Portuária e Industrial do Barreiro - consulta prévia com vista à adjudicação da prestação de serviços para a elaboração do Estudo e acompanhamento dos trabalhos da 1ª fase – Proposta Preliminar;
- Ainda no âmbito de intervenção destinada ao aumento da competitividade e reordenamento das plataformas, da consolidação das políticas de rentabilização de todos os espaços sob jurisdição da APL, da gestão sustentável do estuário e do aumento da eficiência e da eficácia das infraestruturas marítimas e terrestres, destacam-se:
- Projeto do Aumento de Eficiência do Terminal de Contentores de Alcântara – Apoio ao acompanhamento do processo de renegociação do contrato de concessão, e do respetivo pedido de decisão prévia sobre sujeição a AIA, formulado junto da APA;
  - Marina de Porto Cruz – Acompanhamento da reformulação do Estudo e Impacte Ambiental, no âmbito do Protocolo estabelecido com a SILCOGE em janeiro de 2016;
  - Estudo de Análise e Avaliação de Soluções de Minimização do Assoreamento do Cais da Silopor, sito na Trafaria"- Acompanhamento do Estudo e respetivas soluções, desenvolvido pelo LNEC ;
  - Planeamento, acompanhamento e fiscalização das campanhas de dragagens de manutenção de fundos acessos, bacias de manobra e estacionamento e docas de recreio entre Algés e o Poço do Bispo previstas no contrato de dragagens de manutenção trianual, efetuando-se o respetivo cálculo de volumes efetivamente dragados. Ainda no âmbito do mesmo contrato foi também planeada, acompanhada e fiscalizada uma dragagem de manutenção no Canal da Barra Sul;
  - Controlo hidrográfico de fundos no Porto de Lisboa - No âmbito do planeamento da atracação de navios e fiscalização de dragagens, efetuaram-se cerca de 120 levantamentos hidrográficos, com a elaboração das respetivas plantas hidrográficas, que permitiram ter uma atualização de fundos para efeitos de navegação e também para planeamento, acompanhamento e fiscalização, assim como processamento de todos os cálculos dos volumes dragados;
  - Conhecimento das condições de navegação no canal da Barra Sul - acompanhamento e manutenção da boia ondógrafo da APL ao largo de Cascais;



- junto da boia de espera, disponibilizando os dados das condições marítimas e meteorológicas em tempo real para o sistema DUKC e para o portal da APL;
- Caracterização de sedimentos no âmbito das dragagens de manutenção:
    - . Preparação da consulta, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos da prestação de serviços de caracterização de sedimentos na doca do Bom Sucesso com vista à realização da dragagem de manutenção para acesso à doca;
    - . Preparação das Especificações Técnicas para a caracterização de sedimentos no âmbito do desassoreamento da Ribeira de Algés.
  - Monitorização ambiental das dragagens de manutenção:
    - . Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos da segunda campanha de monitorização ambiental das dragagens de manutenção nos locais sujeitos a dragagens e no local de imersão de dragados, no interior do estuário;
    - . Consulta, acompanhamento e fiscalização da campanha de monitorização ambiental no Canal da Barra Sul e do local de imersão do Cachopo Norte.
  - Licenciamento do local de imersão de materiais dragados limpos ou com contaminação vestigiária – instrução do pedido de atribuição de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional para a imersão no Cachopo Norte de material dragado (Classes 1 e 2), junto da DGRM.
  - **Representação** em reuniões dos seguintes grupos de trabalho: Comité de Desenvolvimento Sustentável da European Sea Ports Organization, CEEP Portugal, Grupo Luso Espanhol – “Aspetos Positivos das Dragagens”, Conselho de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, Comissão Consultiva do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional e Workshops do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (AML, Barreiro e Seixal).
  - Participação no evento de lançamento mundial do World Ports Sustainability Program.
  - Receção Sra. Gessine Meissner, membro do Parlamento Europeu e relatora no âmbito da revisão da Diretiva relativa aos meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios (Diretiva 2000/59/CE), e respetiva comitiva, com realização de reunião técnica e visita ao VTS.
  - Receção à Delegação do Banco da China e comitiva da China Railway Eryuan Engineering Group Co., Ltd., e à empresa Sinohydro-PowerChina, ambas com reunião de apresentação do projeto do Terminal do Barreiro.
  - Emissão de parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental do projeto de Alterações processuais das instalações industriais da SOVENA Oilseeds Portugal, S.A., no âmbito do procedimento de AIA associado ao processo de renovação da Licença Ambiental das instalações.



- Emissão de parecer sobre o EIA do projeto do Prolongamento entre a estação Rato (linha amarela) e a estação do Cais do Sodré (linha verde) incluindo as novas ligações do viaduto do Campo Grande, do Metropolitano de Lisboa, no âmbito da Consulta Pública do procedimento de AIA.
- Apresentação de comunicações em diversos eventos: "Navegabilidade no Estuário do Tejo - Estudos de mercado, de avaliação económico-financeira e de operacionalização", efetuada no III Congresso do Tejo, em Lisboa; "PRF's: The Port Perspective", preparada em colaboração entre a APL e a ESPO e efetuada na GreenCruise Conference, em Valência; "The Port of Lisbon - Climate Change Risks and Challenges" efetuada no workshop do Projeto CRISI-ADAPT, em Lisboa; "Operações portuárias em Estuário com elevado valor ambiental" na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, no ciclo de seminários do Departamento de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia.
- Preparação de informação diversa, nomeadamente sobre o contributo dos portos para o Roteiro da Neutralidade Carbónica e sobre o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar em Lisboa.

Dep. J.  
PP. R. Lopes



## 5. ÁREAS DE NEGÓCIO

- 5.1. Navios - 27
- 5.2. Carga movimentada - 28
- 5.3. Cruzeiros - 30
- 5.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística - 35
- 5.5. Usos Dominiais - 38
- 5.6. Fornecimento de água a navios - 39

*Handwritten signature and initials:*  
PP Rloym E



## 5.1. Navios

Em 2018 escalaram o Porto de Lisboa 2 406 navios, uma redução de 151 comparativamente ao ano anterior (-5,9%). Tal facto ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo verificado no número de escalas de navios de transporte de carga (-163).

Quanto à tonelagem bruta dos navios (GT), apuraram-se perto de 48,5 milhões de toneladas, representando uma diminuição na ordem de 1 milhão de toneladas, quando comparada com 2017 (-2%), em linha com a tendência verificada no número de escalas.



	N.º de navios		Tonelagem Bruta (GT)		Variação 2017/2018	
	2017	2018	2017	2018	N.º navios	GT
<b>Navios Entrados</b>	<b>2 557</b>	<b>2 406</b>	<b>49 459 307</b>	<b>48 493 299</b>	<b>-5,9%</b>	<b>-2,0%</b>
Passagemiros (*)	346	349	19 859 481	21 726 510	0,9%	9,4%
Carga geral	1 580	1 382	20 371 908	16 288 506	-12,5%	-20,0%
Granéis Sólidos	163	188	4 613 243	5 495 802	15,3%	19,1%
Granéis Líquidos	373	383	4 176 387	4 379 183	2,7%	4,9%
Pesca e outros	95	104	438 288	603 298	9,5%	37,6%

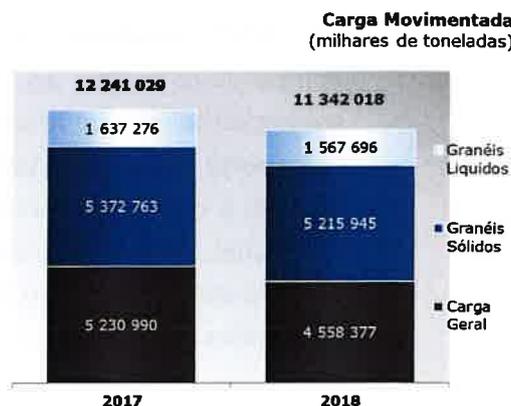
NOTA: Pode incluir navios de passageiros que não são de cruzeiro, nomeadamente navios-escola e navios em escala técnica.

*Handwritten signatures and initials:*  
 clg  
 PP R.R.que



## 5.2. Carga movimentada

O tráfego no Porto de Lisboa apresentou uma variação global de -7,3% no total das mercadorias movimentadas, representando uma diminuição na ordem das 900 mil toneladas, face a 2017 e incidindo sobre todos os segmentos de carga. Este resultado deve-se fundamentalmente ao ressurgimento da perturbação laboral que já afetara muito particularmente a movimentação do porto em 2016.



	2017			2018			Variação Total 2017/2018	
	Carga	Descarga	TOTAL	Carga	Descarga	TOTAL	Abs.	%
<b>CARGA TOTAL (toneladas)</b>	<b>5 176 247</b>	<b>7 064 782</b>	<b>12 241 029</b>	<b>4 520 083</b>	<b>6 821 935</b>	<b>11 342 018</b>	<b>-899 011</b>	<b>-7,3%</b>
<b>Carga Geral</b>	<b>3 513 232</b>	<b>1 717 758</b>	<b>5 230 990</b>	<b>3 074 171</b>	<b>1 484 206</b>	<b>4 558 377</b>	<b>-672 613</b>	<b>-12,9%</b>
Contentorizada (*)	3 361 063	1 682 075	5 043 138	2 946 043	1 463 883	4 409 926	-633 212	-12,6%
Roll-on / Roll-off	7 751	2 412	10 163	6 939	2 450	9 389	-774	-7,6%
Fracionada	144 418	33 271	177 689	121 189	17 873	139 062	-38 627	-21,7%
<b>Granéis Sólidos</b>	<b>1 502 661</b>	<b>3 870 102</b>	<b>5 372 763</b>	<b>1 282 933</b>	<b>3 933 012</b>	<b>5 215 945</b>	<b>-156 818</b>	<b>-2,9%</b>
oleaginosas	125 551	3 191 627	3 317 178	136 324	3 274 410	3 410 734	93 556	2,8%
Minérios	17 201	4 217	21 418	10 373	5 514	15 887	-5 531	-25,8%
Cimento/Clinquer	1 051 951	0	1 051 951	762 837	0	762 837	-289 114	-27,5%
Outros	307 958	674 258	982 216	373 399	653 088	1 026 487	44 271	4,5%
<b>Granéis Líquidos</b>	<b>160 354</b>	<b>1 476 922</b>	<b>1 637 276</b>	<b>162 979</b>	<b>1 404 717</b>	<b>1 567 696</b>	<b>-69 580</b>	<b>-4,2%</b>
Produtos refinados	48 045	1 083 615	1 131 660	38 288	1 098 599	1 136 887	5 227	0,5%
Gases Liquificados	0	21 452	21 452	0	22 146	22 146	694	3,2%
Outros	112 309	371 855	484 164	124 691	283 972	408 663	-75 501	-15,6%

(\*) Incluídas taras dos contentores

Da análise do quadro anterior constata-se que em 2018 a carga geral, em particular a carga contentorizada, foi a principal responsável pela descida verificada em termos globais. Destaque-se também pela negativa, a diminuição verificada na movimentação dos granéis sólidos.

- **Carga Geral** - diminuição de 12,9%, em linha com a descida expressiva verificada na carga contentorizada (-12,6%), a qual representou cerca de 96,74% do total movimentado em 2018 neste segmento.

Fazendo uma breve análise a cada um dos segmentos, verificou-se que:

- No que se refere à carga contentorizada, segmento estratégico para o porto de Lisboa, verificou-se a maior quebra em termos absolutos quando comparada com os restantes segmentos de carga, representando uma descida na ordem das 650 mil toneladas (correspondendo a cerca de -67 300 TEU), comparativamente a 2017.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Cely  
 PP  
 R. Roque



As principais mercadorias desembarcadas neste segmento, foram os "Leites e as natas" (10,1%) seguidos pelas "Bananas e Ananases" (5,6%); quanto às principais mercadorias embarcadas, assumiram destaque o "Papel e cartão não trabalhados" (8%) e os "Mármore" (7,7%).

No que diz respeito à carga ro-ro, a sua movimentação é muito residual no porto de Lisboa (representando cerca de 0,2% da movimentação total neste segmento de carga), tendo em 2018 atingido pouco menos de 10 000 toneladas;

Quanto à carga fracionada, embora seja também um tipo de tráfego pouco expressivo no porto de Lisboa, assinala-se em 2018 uma quebra importante, na ordem dos 22% (-39 mil toneladas), comparativamente às quantidades movimentadas em 2017.

As principais mercadorias desembarcadas foram as "Bananas", representando 39,7% do total movimentado; no embarque, o principal destaque vai para o "Cimento" com 66,2% do total.

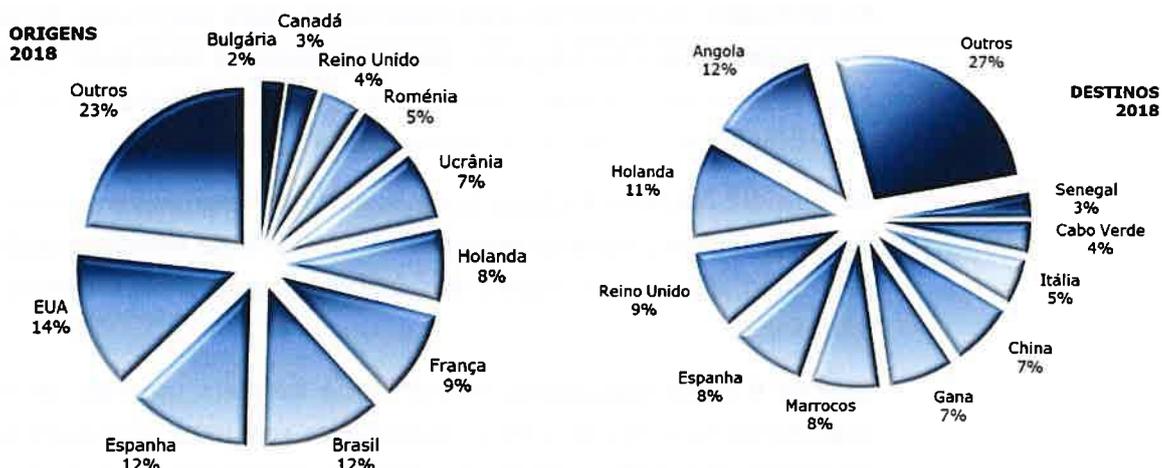
- **Granéis sólidos** - acompanhando a tendência geral verificada, registou-se uma diminuição na ordem das 157 mil toneladas (-2,9%) quando comparado com o movimento verificado em 2017.

Destaca-se a diminuição expressiva na movimentação de cimento/clinker, correspondendo a um decréscimo na ordem das 290 mil toneladas (-27,5%); pela positiva, o aumento na movimentação dos produtos agroalimentares, com um aumento de pouco mais de 42 mil toneladas. Refira-se o peso relativo dos produtos agroalimentares, representando 68,83% do total movimentado.

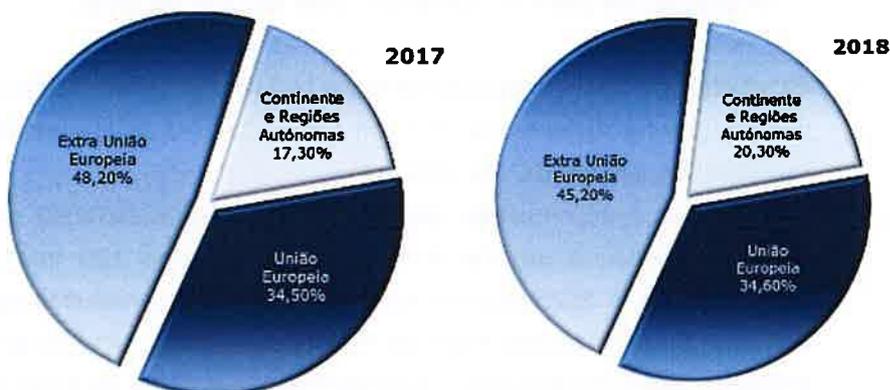
- **Granéis líquidos** - decréscimo de 4,2% comparativamente a 2017, como consequência direta da diminuição verificada nos óleos vegetais e outros granéis líquidos (donde se destaca pela negativa a diminuição na movimentação do amoníaco), embora contrariado pelos aumentos na movimentação dos produtos refinados, dos gases liquefeitos e do biodiesel que, em valor absoluto, são pouco expressivos e consequentemente com impacto diminuto na movimentação global.

Refira-se ainda que os produtos refinados do petróleo representaram 72,52% do peso total movimentado neste segmento de carga.

Em termos globais, no que respeita à movimentação das mercadorias quanto à sua origem e destino, os principais mercados do Porto de Lisboa foram, com indicação do respetivo peso no comércio externo, os seguintes:



Em termos globais o tráfego extracomunitário foi predominante, embora comparativamente a 2017 tenha evidenciado um decréscimo na ordem dos 13,2%.



**TRÁFEGO FLUVIAL**

No que diz respeito ao tráfego fluvial de mercadorias (carga não manifestada), assinala-se um aumento comparativamente a 2017 (de 173 525 para 195 047 toneladas). Com efeito, movimentaram-se mais cerca de 22 mil toneladas de mercadorias (+12,4%) por via fluvial, comparativamente com o período homólogo.

**5.3. Cruzeiros**

**PASSAGEIROS E ESCALAS**

Ao longo do ano de 2018, o Porto de Lisboa recebeu 577 603 passageiros e 339 escalas de cruzeiro. Estes resultados traduzem crescimentos de aproximadamente 11%, em termos de passageiros, e de perto de 3%, no que se refere ao número de escalas, relativamente ao registado em 2017.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



	2017	2018	Variação	
			N.º	%
<b>N.º DE PASSAGEIROS</b>	<b>521 042</b>	<b>577 603</b>	<b>56 561</b>	<b>10,9%</b>
Em Trânsito	462 127	515 514	53 387	11,6%
Turnaround	58 915	62 089	3 174	5,4%
Embarcados	30 225	30 653	428	1,4%
Desembarcados	28 690	31 436	2 746	9,6%
<b>N.º DE ESCALAS</b>	<b>330</b>	<b>339</b>	<b>9</b>	<b>2,7%</b>
Interporting	13	19	6	46,2%
Turnaround	82	83	1	1,2%
Trânsito	235	237	2	0,9%

NOTA: N.º de navios entrados no porto e passageiros movimentados considerando a ETD. Não inclui escalas técnicas e outros navios de passageiros



Este foi o melhor ano de sempre em termos de passageiros de cruzeiros. Para esta evolução positiva contribuíram os passageiros em turnaround, com um crescimento superior a 5% face a 2017, e os passageiros em trânsito que registaram um acréscimo bem mais robusto, perto dos 12% face a 2017, o que também representou um recorde, justificado pelo aumento da capacidade média dos navios que realizaram as operações de trânsito.

O incremento no segmento de turnaround assenta na realização de mais operações de embarque e desembarque com um maior número de passageiros, no aumento do número de escalas em interporting realizadas pela Costa Cruises e pela MSC Cruises e ainda no aumento do número de passageiros a embarcar e a desembarcar nas operações de interporting.

Também ao nível das escalas, 2018 foi um ano muito positivo. O Porto de Lisboa recebeu 123 navios (o mesmo número que em 2017), que realizaram 339 escalas, ou seja um crescimento de aproximadamente 3%.

Estes resultados colocam o ano de 2018 como o segundo melhor de sempre em termos de escalas, tendo-se observado crescimento em todos os segmentos.

As escalas designadas como interporting foram as que mais cresceram, o que pode ser explicado pelo aumento do número de operações realizadas pela Costa Cruises

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'Phope', and others.



e MSC Cruises (como já referido anteriormente) e pela estreia, neste segmento de mercado em Lisboa, da Silversea Cruises com uma escala.

De salientar ainda, no que diz respeito ao segmento de turnaround, que o ano de 2018 foi o segundo melhor ano de sempre neste mercado.

### OCUPAÇÃO DOS TERMINAIS

No que concerne à ocupação dos terminais de cruzeiro no Porto de Lisboa, observou-se a seguinte distribuição:

- Escalas - O Terminal de Cruzeiros de Lisboa (TCL), que inclui o Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia e o novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa, foi o que registou o maior número de escalas, seja em termos de total seja por segmento. Este terminal foi responsável por aproximadamente 97% das escalas realizadas. Já o Terminal de Cruzeiros da Rocha Conde de Óbidos registou um decréscimo de 4 escalas, contabilizando pouco mais de 3% do número de escalas. Quanto ao Terminal de Cruzeiros de Alcântara, não registou qualquer escala, tendo em 2017 recebido apenas um navio em operação de trânsito.
- Passageiros - O Terminal de Cruzeiros de Lisboa foi o que, naturalmente, contabilizou o maior número de turistas, tendo registado um crescimento de mais de 9%, impulsionado pelos segmentos de trânsito e de turnaround, não obstante ter-se verificado uma diminuição do seu peso relativo (passou de 97,8% em 2017 para 96,4% em 2018). No que se refere ao Terminal da Rocha Conde de Óbidos, registou-se um crescimento percentual de 93% para o qual contribuiu o segmento de trânsito.



### SAZONALIDADE

Esta é uma atividade caracterizada pela sazonalidade, sendo o mês de outubro aquele que apresentou o maior fluxo de navios de cruzeiro, com 53 escalas, correspondentes a aproximadamente 109 mil passageiros.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Ao invés do ocorrido em 2017, verificou-se um aumento do número de escalas no primeiro trimestre do ano: 19 escalas (5,8%) em 2017 vs 34 escalas (10%) em 2018.

Este aumento não invalidou que se continuasse a registar também um aumento durante o último trimestre: 105 escalas (32%) em 2017 vs 111 escalas (aproximadamente 33%) em 2018.

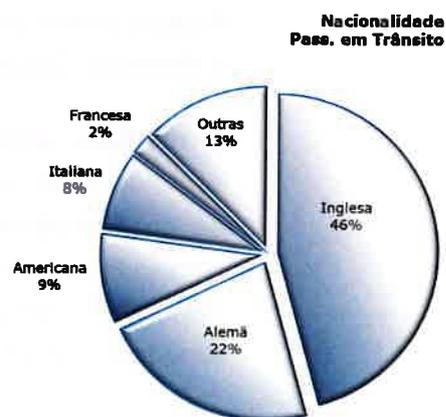
No que concerne ao número de passageiros, o pico foi igualmente atingido no mês de outubro, ultrapassando a barreira dos 100 mil passageiros num só mês (108 875), o que fez de outubro o melhor mês de sempre em passageiros de cruzeiro no Porto de Lisboa, justificado pelo facto de ter sido também o melhor mês de sempre no segmento de turnaround, com 19 084 passageiros.

## NACIONALIDADE

No que diz respeito à proveniência dos passageiros, a Europa continuou a ser o principal mercado emissor dos turistas que visitaram Lisboa em 2018.

### ▪ Passageiros em trânsito

Os ingleses continuam a ser os turistas predominantes neste mercado, ainda que tenham registado um ligeiro decréscimo em termos absolutos, justificado pelo facto dos operadores ingleses Cruise & Maritime Voyages, Cunard Line e Marella Cruises terem realizado menos escalas em trânsito. De referir que este decréscimo não foi mais acentuado por ter sido compensado com escalas de outros operadores ingleses, nomeadamente a Fred Olsen e a P&O Cruises.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

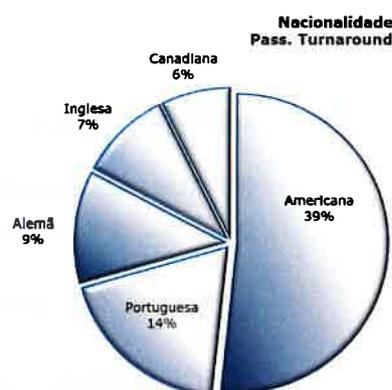


A segunda posição continua a pertencer ao mercado alemão que registou um crescimento de 23% face a 2017, o que se explica pelo aumento do número de escalas realizadas pelos operadores alemães Aida Cruises e Tui Cruises. Já o mercado norte-americano manteve a terceira posição, ainda que tenha registado um decréscimo de 3% face ao ano transato. O mercado italiano, ainda que com um crescimento de 34% face a 2017, permanece no quarto lugar, o que se explica pelo facto do operador italiano MSC Cruises ter aumentado de 15 para 19 o número de escalas realizadas ao Porto de Lisboa. O mercado francês continua a ocupar o quinto lugar, embora tenha registado um decréscimo de 2% face ao ano anterior.

Em termos de quota de mercado, o inglês registou um decréscimo de 5 p.p., tendo passado de 51% em 2017 para aproximadamente 46% em 2018; no que se refere ao mercado americano registou também uma variação negativa no seu peso relativo – de 11% em 2017 para cerca de 9% em 2018; o mercado francês manteve a sua quota, cerca de 2%, tendo os mercados alemão e italiano aumentado de 20% em 2017 para 22% em 2018, e de 7% em 2017 para 8% em 2018, respetivamente.

#### ▪ Passageiros em turnaround

No que diz respeito ao segmento de turnaround o mercado americano continuou a ser o líder, com aproximadamente 39% de quota de mercado de 2018, ainda que se tenha registado um decréscimo de 5 p.p. em relação a 2017 (ano em que a quota de mercado era de 44%) justificado pela diminuição do número de escalas em turnaround dos operadores americanos Regent Seven Seas Cruises, Silversea Cruises e Windstar Cruises.



O mercado português, com aproximadamente 9 mil passageiros, mantém o segundo lugar, com uma quota superior a 14%, tendo registado um crescimento de aproximadamente 32% face ao registado em 2017 (ano em o número de passageiros ascendeu a perto de 7 mil), motivado pelo acréscimo no número de escalas em interporting da Costa Cruises e da MSC Cruises, e que contribuiu para uma maior oferta do turismo de cruzeiros a partir de Portugal.

Uly fcp  
PP E  
R. Lopes



## 5.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística

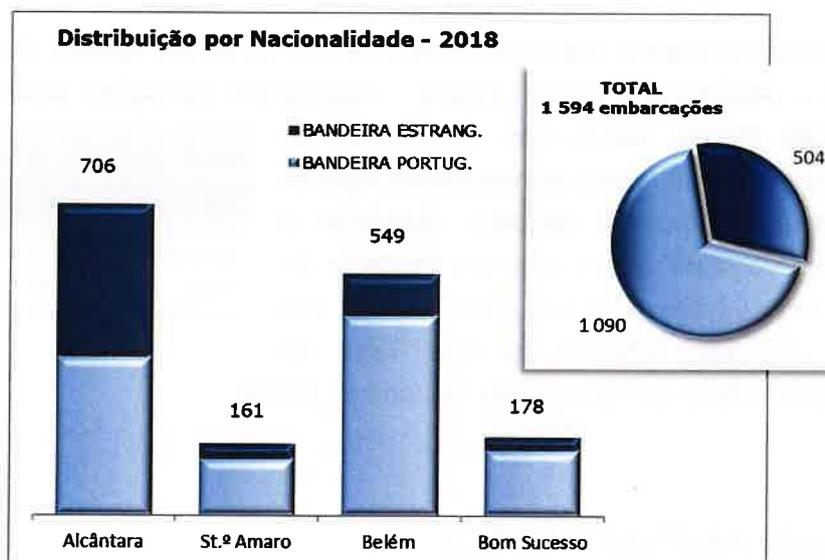
### NÁUTICA DE RECREIO

Quanto aos dados relativos às quatro docas de recreio da Marina de Lisboa – Alcântara, Santo Amaro, Belém e Bom Sucesso – conclui-se que o ano de 2018 foi um ano atípico uma vez que o resultado positivo registado na Taxa Média de Ocupação (TMOA), com uma subida de aproximadamente 2,4 p.p., implicou uma menor rotatividade de embarcações e, conseqüentemente, um decréscimo no seu número em cerca de 7%, face ao registado em 2017.

Para este resultado contribuiu uma ligeira diminuição do número de embarcações de bandeira portuguesa (-1,5%) bem como a diminuição, mais acentuada, do número de embarcações de bandeira estrangeira (-17,6%).

O decréscimo do número de embarcações estrangeiras estará relacionado com a pouca rotatividade das embarcações permanentes não permitindo a disponibilização de lugares para muitos dos passantes que pretendem apenas permanecer uns dias numa das docas da Marina de Lisboa.

De salientar ainda que esta variação foi motivada pelos diversos problemas que se foram verificando nas infraestruturas das docas de recreio, e que implicaram um largo período de inatividade de um total de mais de 5 dezenas de lugares, ao longo do ano de 2018.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



		2017	2018	Variação Abs.
<b>BANDEIRA por Doca</b>	<b>TOT.</b>	<b>1 719</b>	<b>1 594</b>	<b>-125</b>
	Portuguesa	1 107	1 090	-17
	Estrangeira	612	504	-108
<b>Alcântara</b>	<b>TOT.</b>	<b>812</b>	<b>706</b>	<b>-106</b>
	Portuguesa	354	359	5
	Estrangeira	458	347	-111
<b>Sto Amaro</b>	<b>TOT.</b>	<b>167</b>	<b>161</b>	<b>-6</b>
	Portuguesa	137	128	-9
	Estrangeira	30	33	3
<b>Belém</b>	<b>TOT.</b>	<b>560</b>	<b>549</b>	<b>-11</b>
	Portuguesa	463	455	-8
	Estrangeira	97	94	-3
<b>Bom Sucesso</b>	<b>TOT.</b>	<b>180</b>	<b>178</b>	<b>-2</b>
	Portuguesa	153	148	-5
	Estrangeira	27	30	3

As embarcações estrangeiras que visitaram a Marina de Lisboa em 2018 (504) eram provenientes de 27 países, sendo que as de origem francesa continuam a ocupar o primeiro lugar (125 embarcações, correspondentes a aproximadamente 25% do total de embarcações estrangeiras), com grande destaque relativamente às restantes nacionalidades.

Destacam-se também as embarcações com bandeira da Holanda e Bélgica: 104 e 63, respetivamente. De referir ainda o número de embarcações com bandeira da Alemanha (49) correspondendo, no entanto, a uma redução de 34,7% face a 2017, ano em que as embarcações com bandeira deste país a visitar a Marina de Lisboa tinham registado uma variação extraordinariamente positiva.

Da análise do quadro seguinte verifica-se que duas das quatro docas da Marina de Lisboa – Alcântara e Santo Amaro - registaram variações positivas na Taxa de Ocupação Média, sendo que nas Docas de Belém e do Bom Sucesso se registaram ligeiros decréscimos. Importa também ressaltar o crescimento significativo ocorrido na Doca de Santo Amaro (mais de 8 p.p., face a 2017) que acaba por ver refletida na sua Taxa de Ocupação a falta de capacidade das outras docas.

DOCAS	2017	2018	Variação em p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>81,4%</b>	<b>83,7%</b>	<b>2,4</b>
Alcântara	87,6%	90,9%	3,3
Sto Amaro	73,4%	81,5%	8,1
Belém	86,4%	86,2%	-0,2
Bom Sucesso	78,0%	76,2%	-1,8

## ATIVIDADE MARÍTIMO-TURÍSTICA

Esta atividade continua a registar um incremento no número de operadores licenciados, tendo-se verificado a atribuição de 98 licenças (mais 10 em relação a 2017, correspondentes a mais 11%, aproximadamente). Estes operadores desenvolveram a sua atividade com 167 embarcações (mais 25 que no ano anterior, representando um aumento perto dos 18%).



A contínua e robusta evolução, registada ao longo dos últimos 5 anos vai ao encontro da alteração de paradigma no conceito de turismo náutico no estuário do Tejo. Tendo em conta que Portugal, e Lisboa, estão cada vez mais nas listas dos destinos preferidos dos viajantes, o número de pessoas que aproveitam para conhecer o estuário a bordo de uma das diversas embarcações turísticas disponíveis, tem aumentado exponencialmente. O sector do Turismo tem demonstrado ser um dos domínios mais notáveis, destacando-se cada vez mais como uma atividade económica de extrema relevância e com índices de crescimento pronunciados. Adicionalmente, Portugal é também cada vez mais procurado por diversos investidores estrangeiros que procuram uma nova oportunidade de negócio sendo que o Turismo se tem afirmado como uma das mais recompensadoras. O estuário do Tejo está dotado de condições naturais de excelência para a realização de passeios focados no turismo de natureza e que poderão ser ainda conjugados com visitas a outros pontos de interesse - cultural, gastronómico, ou outros. Por conseguinte, a colaboração entre a APL e os diversos municípios na sua área de jurisdição, bem como com os operadores da atividade MT e outros stakeholders, deverá pautar-se pela proximidade e por uma forte aposta no que se refere ao desenvolvimento e dinamização de toda a área ribeirinha bem como na valorização do rico património estuarino.

Apresentam-se na tabela seguinte as modalidades desenvolvidas por cada um dos operadores e o número de embarcações afetas por atividade. A modalidade B continua a ser a mais escolhida representando quase 95% do total, com 158 embarcações.

DOCAS	2017						2018					
	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	ÁREA de JURISDIÇÃO (instalações embarque / desemb.)	TOTAL	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	ÁREA de JURISDIÇÃO (instalações embarque / desemb.)	TOTAL
<b>N.º OPERADORES</b>	14	48	12	10	4	<b>88</b>	19	52	13	9	5	<b>98</b>
<b>N.º EMBARCAÇÕES POR ATIVIDADE</b>	22	86	15	15	4	<b>142</b>	33	93	21	15	5	<b>167</b>
A Aluguer de motas de água e pequenas embarcações dispensadas de registo					3	3					5	5
B Serviços efectuados por táxis, aluguer de embarcações com ou sem tripulação, pesca turística, passeios;	18	86	15	15		134	29	93	21	15		158
C Restauração nos acostados					1	1						
D Passeios e restauração durante os passeios;	4					4	4					4

PP

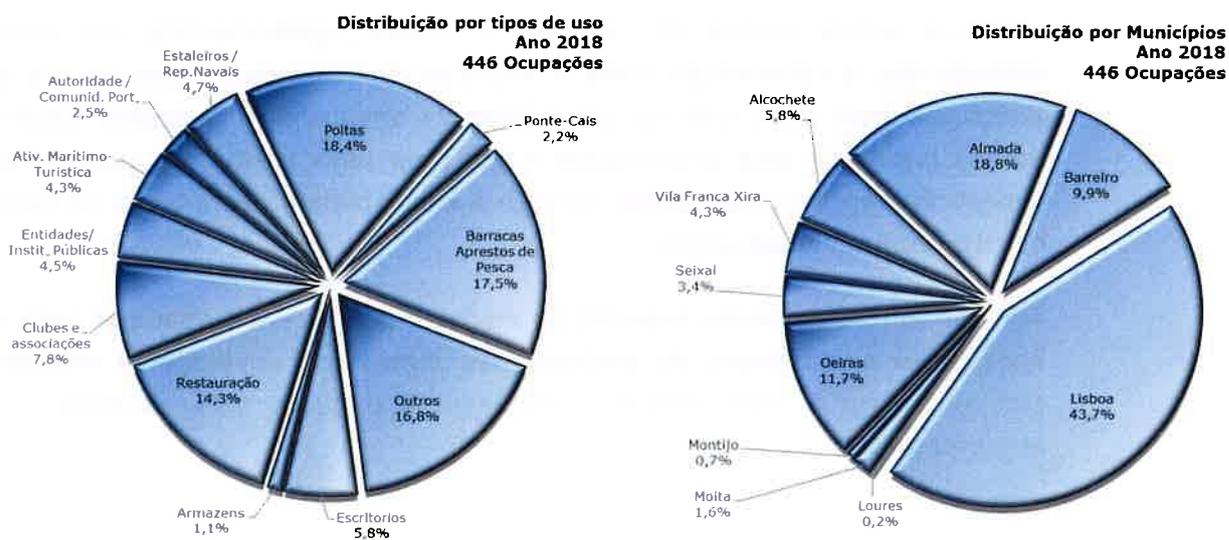


## 5.5. Usos Dominiais

Analisando as ocupações dominiais dá-se especial destaque aos tipos de Usos e aos Municípios por onde se dispersam.

Os tipos de uso são “agrupadores” de negócios que se instalaram aos longo do tempo nas parcelas do domínio publico do Estado e de uso não portuário.

Atualmente, e distribuídas pelos vários Municípios situados ao longo das duas margens do rio Tejo, as ocupações variam entre Poitas e Barracas de Aprestos de Pesca, Clubes e Associações de carácter social, Restaurantes e Escritórios, Estaleiros e Reparadores Navais e parcelas afetas à atividade Marítimo-Turística.



Se analisados os Municípios e os seus Usos com mais detalhe, Lisboa é de facto, o Município que tem o maior número de processos dominiais, seguindo-se Almada, Oeiras e Barreiro.

A título de exemplo, Lisboa tem ocupações variadas, que se distribuem por negócios de Restauração (23%), Escritórios (13%), Clubes e Associações (10%) e Atividade Marítimo-Turística (10%). De referir ainda em Lisboa um conjunto de diversos usos, com uma representatividade 27% e que integra, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustível, caixas multibanco, pontos de venda de artesanato, entre outros.

No ano 2018 foram emitidos 42 novos títulos:

- 38 novas licenças de utilização de parcelas do domínio público, com destaque para os títulos de usos ligados a Atividade Marítimo-Turística (12), Escritórios (7) e Clubes e Associações (4).

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



- 4 novos títulos referentes a contratos de concessão por serem situações que carecem de prazo alargado.

Neste ano, iniciou-se a regularização em massa dos títulos de Clubes que haviam expirado. Na sequência da medida definida em 2017, em que se procedeu a uma harmonização das taxas a aplicar aos Clubes, justamente por terem um forte carácter social e de serviço à comunidade, iniciou-se a regularização de 12 protocolos e licenças de utilização de parcelas do domínio público afetas ao Estado.

A APL passou também a adotar os Concursos Públicos nos procedimentos de iniciativa Pública. Até então aplicavam-se os procedimentos concursais por iniciativa de particular. Contudo, e porque cada vez mais se justifica que os procedimentos sejam promovidos em maior espectro e privilegiando o princípio da transparência, considerou-se que, para os espaços que estivessem já desocupados, se optaria por este tipo de procedimento.

Assim, em 2018 foram lançados 10 concursos públicos, tendo o primeiro início em abril. Somente em 2 casos não se verificou ficarem desertos.

## **5.6. Fornecimento de água a navios**

O serviço de fornecimento de água a navios é assegurado pela APL desde 2016, em locais onde não este serviço não é prestado por terceiros.

Esta atividade, apesar de recente como responsabilidade da APL, tem revelado uma rentabilidade superior ao inicialmente expectável. Uma das suas vantagens é o baixo valor de gastos, seja em deslocações, uma vez que a maioria dos abastecimentos é efetuada numa área próxima e relativamente reduzida, seja com o pessoal afeto aos fornecimentos, já que o mesmo pertence aos quadros da empresa.

Assim, ao longo do ano de 2018, procedeu-se ao fornecimento de 221 navios, que corresponderam a 341 fornecimentos, num total de 15 768 m<sup>3</sup>. Importa também salientar que aproximadamente 62% eram navios de carga, perto de 18% eram navios de guerra, sendo que os navios de cruzeiro representaram menos de 3% do total de navios fornecidos (explicado pelo facto deste serviço ser prestado diretamente pelo Terminal de Cruzeiros de Lisboa na área concessionada). Já no que se refere à distribuição mensal do fornecimento, o mês de outubro revelou-se aquele com o maior fluxo registado (2 350 m<sup>3</sup>) sendo que, fevereiro foi o mês com menos fluxo registado (apenas com 486 m<sup>3</sup>).



## 6. RECURSOS HUMANOS

- 6.1. Emprego e Mobilidade de Pessoal - 41
- 6.2. Prestação de Trabalho - 42
- 6.3. Formação - 43
- 6.4. Estágios - 44
- 6.5. Ação Social - 44
- 6.6. Segurança e Saúde no Trabalho - 45

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CP', 'PP', 'RHP', and 'RHP'.



## RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2018 a APL, S.A. desenvolveu um conjunto de atividades estabelecidas com base no seguinte binómio:

- Gestão racional do efetivo, com adequação do quadro de pessoal às necessidades da organização, fomentando o recurso a soluções internas e/ou instrumentos de mobilidade de forma a colmatar as insuficiências funcionais diagnosticadas, salvaguardando a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolvimento de uma política de valorização pessoal e profissional, assente na atualização constante de competências e conhecimentos, em conformidade com os valores e princípios organizacionais instituídos.

Considerando que a realidade socio-laboral da empresa não sofreu alterações significativas, apresentam-se, de seguida, os principais indicadores de análise no domínio dos recursos humanos.

### 6.1. Emprego e Mobilidade do Pessoal

No final de 2018, o total de trabalhadores/as ao serviço era de 295, o que traduz uma ligeira diminuição (menos 2 elementos) face ao período homólogo de 2017, decréscimo esse justificado pelo efeito conjugado de quatro entradas (dois regressos de Licença sem vencimento, um regresso de Cedência de interesse público e uma nova Cedência de interesse público) e seis saídas (duas aposentações, um falecimento, uma transferência, uma Cedência de interesse público e a rescisão de um acordo de Cedência de interesse público).

Como nota, importa registar que em 2018 verificou-se a rescisão de dois contratos de trabalho, um de trabalhadora com contrato de trabalho em funções públicas e outro de trabalhadora com vínculo privado, que se encontravam, respetivamente, em situação de licença sem remuneração e licença sem retribuição, não sendo, por isso, contabilizadas no total de trabalhadores em efetividade de funções.

Apesar desta variação o efetivo médio não teve alteração pois a diminuição verificada, diluída nos 12 meses de 2018, não modifica a média.

Relativamente às médias etária e de antiguidade na empresa, estas mantiveram a tendência dos últimos anos, registando-se, assim, uma evolução a 31 de dezembro de 2018, para os 50,10 e 20 anos, respetivamente. No âmbito da distribuição por género, não se registaram alterações, pelo que o género masculino representa cerca de 67% do total de trabalhadores/as, enquanto o género feminino contempla cerca de 33% do total do efetivo.

No que respeita à distribuição do efetivo em termos jurídico-laborais, mantém-se a prevalência do pessoal do quadro (cerca de 96%), dos quais 56% integram o universo de trabalhadores/as com contrato de trabalho em funções públicas,

leg  
PL Rome



enquanto os restantes 44% de trabalhadores/as estão abrangidos/as pelo regime do contrato individual de trabalho.

Por último, e no que concerne à mobilidade interna, importa registar a concretização de 27 transferências interdepartamentais, 18 das quais resultaram da fusão de duas divisões numa nova unidade orgânica.

No quadro seguinte ilustra-se, de forma mais detalhada, a composição e evolução anual do efetivo:

N.º de trabalhadores		2017	2018	Var.
<b>Vínculos</b>	Quadro	285	283	-2
	Relação de Emprego Público	160	158	-2
	Contrato Indiv. Trabalho	125	125	
	Além Quadro	12	12	
	Mandato	5	5	
	Requisição / Acordo de Cedência	7	7	
<b>Efetivo Total no final do período</b>		<b>297</b>	<b>295</b>	<b>-2</b>
<b>Género</b>	Homens	199	199	
	Mulheres	98	96	-2
<b>Efetivo Médio</b>		<b>296</b>	<b>296</b>	

## 6.2. Prestação de Trabalho

Observando a evolução face a 2017 dos indicadores de referência sobre a prestação de trabalho podemos apurar o seguinte:

- Aumento do potencial de horas trabalháveis em cerca de 2,4% por gozo de um menor número dias de férias, conjugado com um maior número de dias úteis;
- Diminuição pouco significativa do trabalho extraordinário realizado;
- Acréscimo significativo do total de horas de ausência (cerca de 47%) justificado pelo gozo de licenças no âmbito da parentalidade, aliadas a baixas prolongadas por motivo de doença ou acidente de trabalho;
- Em suma, regista-se um aumento no total de horas efetivamente trabalhadas (cerca de 0,8%), decorrente do efeito conjugado dos pontos anteriormente identificados.

Prestação de trabalho		2017	2018	Var.
1. Potencial Máximo de trabalho	Horas	494 422	506 341	11 919
2. Trabalho Extraordinário	Horas	3 962	3 945	-17
	Taxa	0,80%	0,78%	-0,02 p.p.
3. Absentismo	Horas	17 178	25 241	8 063
	Taxa	3,47%	4,98%	1,51 p.p.
Horas efetivamente trabalhadas (1+2-3)		481 206	485 045	3 839



### 6.3. Formação

A participação periódica e empenhada dos efetivos em ações de formação profissional, consistentes e funcionalmente orientadas, vem assumindo uma centralidade já incontornável nas políticas de recursos humanos, bem para lá do mero cumprimento das metas quantitativas legalmente prescritas neste domínio.

Os incessantes desafios induzidos por mudanças organizativas, nos processos ou nas formas de prestação de trabalho e, mais recentemente, em razão da denominada economia digital, impõem a necessidade de realinhar competências técnicas e comportamentais, quaisquer que sejam as modalidades e/ou soluções formativas adotadas.

Nesse sentido, a empresa tem procurado difundir e consolidar uma cultura de aprendizagem ao longo de todo o percurso profissional e um envolvimento interno alargado nas iniciativas promovidas, recriando anualmente um programa de formação de incidência diversificada, ainda que, naturalmente contido na alocação dos recursos orçamentais disponíveis.

Em termos concretos, prosseguiu nos últimos anos a opção preferencial pela utilização do Centro de Formação sediado na Gare Marítima da Rocha, espelhada na evolução contrastante do peso da formação interna e da realizada no exterior, conforme ilustram os indicadores de referência anuais constantes do quadro.

FORMAÇÃO	2017			2018			Var.
	Interna	Externa	Total	Interna	Externa	Total	
<b>N. Ações</b>	39	52	91	30	38	68	-23
<b>Horas de formação</b>	4 279	1 272	5 551	5 128	743	5 871	320
Homens	2 237	587	2 824	2 026	569	2 595	-229
Mulheres	2 042	685	2 727	3 102	174	3 276	549
<b>Participantes</b>	401	91	492	349	67	416	-76
Homens	234	33	267	131	41	172	-95
Mulheres	167	58	225	218	26	244	19

Nota particular para um acréscimo significativo das ações de formação internas que, em 2017, abrangeram um universo de 401 trabalhadores/as, mais 163 face ao ano anterior, sendo que a maior variação se regista no universo masculino.

Destaque especial para os 2 cursos de 35 horas sobre “Transporte Marítimo e Portos” levados a efeito com a colaboração da AGEPOR, congregando um total de 50 efetivos, o que concorreu em grande medida para o aumento do volume global de horas de formação em 2018, ainda que se tenha registado um decréscimo do número total de ações.

A taxa de participação, através da qual é possível aferir a parcela do efetivo efetivamente abrangido pela formação, independentemente do número de presenças, situou-se nos 44%, o que corresponde a um total de 130 trabalhadores envolvidos, dos quais 60 (46%), puderam frequentar 35 ou mais horas de formação.

PL



#### 6.4. Estágios

Dando continuidade a uma orientação há muito reconhecida no plano da responsabilidade social corporativa, a APL, S.A. prosseguiu em 2018 a regular colaboração com vários estabelecimentos de ensino superior e escolas técnico-profissionais, viabilizando um novo conjunto de estágios curriculares em diferentes departamentos da empresa.

De acordo com as suas áreas de formação escolar, expectativas e interesses profissionais, os candidatos foram acolhidos pelos serviços que manifestaram a necessária disponibilidade funcional para o devido acompanhamento e tutoria, tendo ocasião de participar em muitas das atividades desenvolvidas.

Assim, para além de um processo transitado de 2017, tiveram início durante o último ano 4 novos estágios curriculares, na maioria dos casos, enquanto derradeira etapa para a conclusão dos respetivos planos de estudo, comportando os cursos de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais (ISCTE), de Licenciatura em Geografia (IGOT), de Técnico Superior Profissional de Desenvolvimento de Dispositivos Móveis (ISTEC) e de Técnico de Logística (IEFP de Alcoitão).

#### 6.5. Ação Social

Contrariamente ao registado nos anos anteriores, em 2018 verificou-se um ligeiro aumento do número de beneficiários/as inscritos/as no sistema de Obras Sociais e Culturais (OSC) da APL, S.A., registando-se, no final do ano, um total de 2035 inscritos/as, que traduz um acréscimo de 0,4% face ao mesmo período do ano anterior.

Esta evolução decorre da conjugação do maior número de novas inscrições (decorrentes do nascimento de filhos/as de beneficiários ativos) face às anulações/suspensões resultantes do falecimento do titular e/ou cessação do direito a este subsistema de acordo com o regulamento em vigor.

No entanto, e no que respeita aos gastos inerentes à Ação Social, regista-se, de forma inversa, uma redução de cerca de 12%, facto que resulta da combinação dos seguintes fatores:

- Diminuição do valor pago a título de comparticipações de despesas médicas e medicamentosas e ligeiro acréscimo no custo do seguro de saúde;
- Diminuição global dos encargos relativos aos apoios sociais concedidos, congregando o acréscimo dos Subsídios de Aleitação e Infância com a redução dos valores abonados a título de Subsídio de Estudos, Colónias, Auxílio para Lar e Complemento de Pensão.



Saúde e Apoio Social	2017	2018	Var.
N.º de inscritos no sistema	2 026	2 035	9
Encargos com o sistema (€)	486 608	429 678	-56 930
Saúde	307 686	279 501	-28 185
Apoio Social	178 922	150 177	-28 745
Capitação (€)	240	211	-29

## 6.6. Segurança e Saúde no Trabalho

Durante o ano de 2018, as condições de segurança na empresa continuaram a ser uma prioridade através da implementação de medidas geradoras de melhoria das condições de trabalho das várias atividades profissionais.

O Sistema de Gestão de Segurança no Trabalho, sendo um veículo importante para a melhoria das condições de trabalho, manteve-se em desenvolvimento ao longo do ano.

O Plano de Emergência Interno teve o seu efetivo desenvolvimento. A implementação no terreno será concretizada no decurso de 2019.

Na área da Formação deu-se continuidade à realização de várias ações, designadamente no âmbito do alcoolismo.

Manteve-se o acompanhamento e coordenação ao nível da segurança das diferentes empreitadas realizadas no decorrer do ano.

CLG  
PP  
Rhone



## 7. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

### 7.1. Estratégia global

A estratégia global da APL assenta sobre a exploração das potencialidades do estuário do rio Tejo aos mais diversos níveis, nomeadamente:

- Para a localização de atividades portuárias ligadas à carga e aos passageiros, oferecendo condições de navegabilidade e segurança muito favoráveis;
- Para a implementação do transporte fluvial designadamente no segmento de contentores, que potencie uma transferência modal do modo rodoviário para o modo fluvial, permitindo reduzir substancialmente as emissões poluentes, o congestionamento, a sinistralidade da rodovia e consequentemente aumentar a qualidade de vida nas cidades e a sustentabilidade ambiental e económica da atividade portuária;
- Para a localização de atividades de ID&I ligadas à economia azul (do mar).
- Para a prática das atividades ligadas à náutica de recreio, ao desporto e ao turismo náutico, potenciadas com o clima e a envolvente da Cidade de Lisboa, da ponte sobre o Tejo, do Cristo Rei, que lhe conferem um enquadramento único a nível mundial.

No âmbito das intervenções que integram a “Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026” destacamos o aumento da eficiência do Terminal de Contentores de Alcântara que, em resultado da renegociação da sua concessão, deverá aumentar a capacidade de movimentação de contentores para cerca de 672 mil TEU/ano, obtido pela melhoria das condições operacionais proporcionadas quer pela introdução de modernos equipamentos de cais e de parque e dos meios de movimentação, quer pela modernização dos sistemas de tecnologias de informação para gestão e otimização dos contentores em parque

A modernização dos equipamentos de cais e de parque estima-se que permitirá uma redução da ordem dos 88% nas emissões de CO2 e um consequente impacto ao nível da melhoria da qualidade do ar, passando de um conjunto de equipamentos movidos 100% a diesel, para uma partição de alimentação de 95% a eletricidade e 5% a diesel, prevendo-se, apesar do aumento da capacidade, uma significativa melhoria dos efeitos ambientais mais localizados da operação do terminal, também nesta componente

Com a renegociação da concessão do terminal de Alcântara, pretendeu-se igualmente promover uma repartição modal mais favorável para modos de transporte mais favoráveis ao ambiente em particular o transporte fluvial e o transporte ferroviário, em detrimento do transporte rodoviário.



Efetivamente, a necessidade de mitigar os efeitos nocivos do tráfego rodoviário na AML torna imperativo viabilizar soluções de transferência da carga rodoviária para a fluvial, as quais se traduzem em claros benefícios ambientais, sociais e económicos.

O Porto de Lisboa e os 11 municípios situados na zona da sua jurisdição, partilham e defendem este mesmo ponto de vista pelo que a necessidade de obviar esta pressão urbana é um importante fator para a adoção da solução fluvial.

Para além destes benefícios a comunidade portuária reconhece um elevado potencial de desenvolvimento no transporte fluvial, enquanto atividade em si mesma, quer no incremento das mercadorias e tipo de operações que atualmente, já utilizam a via fluvial, quer na possibilidade de captação de novos tráfegos, cargas e mercados, dos quais se destaca o tráfego fluvial de contentores, a ocorrer entre terminais existentes e a criar e entre estes e plataformas logísticas, parques e terminais de 2.ª linha.

Vários estudos demonstram que a exploração dos corredores fluviais tem procura potencial significativa por empresas com dimensão relevante que têm sinalizado interesse em desenvolver soluções fluviais no estuário do Tejo, desde que servida de uma infraestrutura de navegação apropriada.

Na área do desenvolvimento do património dominial sob jurisdição da APL e de valorização dos Municípios Ribeirinhos onde o mesmo se situa, apostamos no reforço de uma intervenção integrada em ambas as margens do estuário enquanto fator de desenvolvimento.

O crescimento acentuado da procura na margem norte, a dificuldade, sentida em vários casos, de lhe dar uma resposta adequada, e as condições materiais, nomeadamente de território disponível, existentes em vários municípios, reforçaram as condições de promoção integrada de toda a área de jurisdição da APL permitindo aspirar a níveis de crescimento da atividade de gestão dominial cada vez mais interessantes.

Neste contexto, deverão continuar a ser implementadas soluções destinadas a valorizar e a desenvolver a oferta existente, numa lógica de integração e colaboração com outros agentes e stakeholders, proporcionando uma imagem inovadora de produtos e serviços, designadamente aqueles associados às atividades náuticas, logísticas e turísticas.

## 7.2. Atividade portuária

### ▪ CARGA

A atividade da carga é vital para o serviço de uma vasta zona centro do país com cerca de 4 milhões de habitantes, que se prolonga para além das fronteiras nacionais, assegurando não só os abastecimentos para consumo local como todo o comércio internacional, exportações e importações, das indústrias aí localizadas, assegurando custos compatíveis com os níveis de concorrência existentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Rome" and other illegible marks.



Sendo este um sector vital para a APL, identificam-se um conjunto de linhas de atuação futura que permitirão potenciar os esforços já realizados no sentido de assegurar o reposicionamento futuro deste porto, através nomeadamente de:

- Criar uma visão conjunta com os Municípios de ambas as margens do Tejo, a comunidade portuária, alinhando um posicionamento comum de desenvolvimento do porto;
- Melhorar as acessibilidades portuárias terrestres apostando no incremento do uso da ferrovia;
- Reforçar o posicionamento do porto de Lisboa no setor da carga contentorizada, através da requalificação das infraestruturas existentes e da modernização de equipamento e sistemas de I&T;
- Qualificar as concessões portuárias existentes e suas acessibilidades com vista a uma melhor integração no tecido urbano;
- Otimizar as cadeias logísticas associadas aos granéis sólidos, particularmente da indústria agro-alimentar;
- Incrementar as ligações do porto de Lisboa às zonas logísticas que servem o hinterland;
- Acompanhar as novas tendências energéticas, potenciando o desenvolvimento de novas soluções mais sustentáveis;
- Desenvolver as vias de tráfego fluvial com vista a servir as diversas plataformas logísticas e indústrias localizadas no hinterland do porto, alavancando o seu negócio, aumentando disponibilidade e reduzindo de custos de transporte.

De referir que a APL e a Liscont aprovaram um Memorando de Entendimento relativo ao consenso alcançado no processo de Renegociação do Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara.

Esta renegociação decorreu no âmbito dos trabalhos da comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas relativa ao Porto de Lisboa (Comissão de Negociação), tendo como base uma proposta apresentada pela concessionária. A modernização desta infraestrutura, prevista na Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 175/2017, atinge os 122 milhões de euros, sendo vital para a afirmação do TCA como um terminal portuário de referência, num setor de atividade altamente competitivo como é o mercado da carga contentorizada.



## ▪ TRANSPORTE FLUVIAL

A APL considera o desenvolvimento futuro da atividade fluvial de movimentação de cargas no rio Tejo como determinante para o Porto de Lisboa, em complemento das operações de carga e descarga dos navios fundeados ao largo, no estuário do Tejo, por meio de barcas, em articulação com os terminais de granéis sólidos de Alhandra, a montante, podendo também estabelecer-se com os terminais multiusos da zona oriental de Lisboa.

Existe, atualmente, alguma atividade de tráfego fluvial correspondente à movimentação de granéis sólidos agroalimentares entre terminais da margem esquerda e direita do Tejo, essencialmente ligada à gestão estratégica de capacidades de armazenagem destes granéis, bem como, à transferência de carga de importação de navios que, por impossibilidades de calado ou outra razão, não descarregam diretamente no terminal de destino.

A movimentação da carga no Porto de Lisboa que utiliza a via fluvial atingiu em 2016 as 664 mil toneladas, o que representa cerca de 6% do total de carga movimentada no porto e que certamente terá tendência para crescer fortemente, na medida em que seja possível captar novos investimentos para esta área, beneficiando de infraestruturas já existentes ou a criar.

A via fluvial é igualmente um importante meio para a prestação de serviços aos navios, como bancas, recolha de resíduos, fornecimentos de água e outros, e de prestação de apoio a serviços portuários, obras, manutenção de terminais e serviços marítimos.

## ▪ CRUZEIROS

Para 2019, as perspetivas são otimistas prevendo-se um novo recorde ao nível dos passageiros de cruzeiro. Há que salientar o batismo, em Lisboa, do novo navio de cruzeiros Mein Schiff 2 - ocorrido no dia 9 de fevereiro de 2019 – esta foi a primeira vez que Portugal e Lisboa foram escolhidos para o batismo de um navio de cruzeiros acabado de sair de estaleiro, o que revela a importância crescente da capital portuguesa como centro de cruzeiros. No dia 6 de março, será a vez do antigo Mein Schiff 2 ser batizado em Lisboa, passando a designar-se Mein Schiff Herz.

Mantêm-se assim o objetivo de aumentar o volume de passageiros e navios de cruzeiros que procuram a cidade de Lisboa, em particular no segmento do turnaround, alavancado no novo Terminal de cruzeiros, com forte aposta em elevados standards de níveis de serviço, associado à imagem de qualidade, de segurança e sustentabilidade ambiental.



## ▪ **DESPORTO, NÁUTICA E MARÍTIMO-TURÍSTICA**

Desenvolver uma estratégia articulada em ambas as margens do estuário do Tejo, que permita criar um conjunto de infraestruturas com capacidade de resposta a uma procura crescente no segmento da náutica de recreio

Estabelecer parcerias com os Municípios, clubes e associações ligadas à náutica de recreio para apoiar e incentivar a prática das atividades ligadas à náutica de recreio. Assume especial relevo o lançamento do concurso para a concessão do Oceano Campus, visando dotar o espaço da antiga doca de Pedrouços e dos terrenos envolventes de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da náutica de recreio e a atividades empresariais relacionadas com a inovação e o desenvolvimento na áreas da economia do mar.

Deste concurso resultara um desafio futuro para a APL na gestão deste novo tipo de concessão que privilegia o potenciar a exploração de infraestruturas públicas existentes com base no investimento de cariz privado dirigido a áreas específicas com elevados níveis de inovação.

### **7.3. Usos Dominiais**

A relação entre a APL e os Municípios que fazem parte da sua área de jurisdição tem-se pautado por uma extrema proximidade.

Antecipando o sentido do Decreto-lei 72/2019 de 28 de maio, cuja concretização prática deverá ser acompanhada ao longo dos próximos anos, a APL negociou e concretizou no passado recente, soluções de gestão partilhada de territórios ribeirinhos com vários municípios das quais se destacam, o protocolo celebrado com o Município de Alcochete relativo à gestão partilhada dos terrenos da antiga Dragapor, o protocolo celebrado com o Município de Vila Franca de Xira relativo à gestão partilhada de parte significativa da frente ribeirinha de Alhandra, o protocolo celebrado com o Município de Oeiras relativo à gestão partilhada de praias durante o ano de 2019, ou o protocolo, em fase final de negociação, com o Município do Seixal relativo à gestão partilhada das suas frentes ribeirinhas.

Saliente-se que, em todos os casos, as soluções encontradas integram-se numa perspetiva estratégica de longo-prazo de reflexão sobre os modelos de gestão por parte da APL das suas áreas dominiais sem utilização portuária reconhecida ou cuja utilização atual não seja considerada indispensável à estratégia de desenvolvimento definida para o Porto de Lisboa, bem como as áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

Neste contexto particular, a APL manterá sob sua jurisdição as áreas afetas às concessões portuárias, os equipamentos de apoio à gestão portuária como sejam, terminais fluviais, pontões e outras infraestruturas de acostagem ou apoio a navios, as docas e marinas em funcionamento e com atividade portuária, as instalações destinadas a áreas de comercialização ou reparação de embarcações ou outros equipamentos e serviços relacionados com a atividade portuária, imóveis e

Uly AP  
PP Rhom



instalações utilizados por entidades da administração central do estado ou do setor público e um conjunto de instalações destinadas a fins comerciais e ou serviços que se situam em zonas envolventes de instalações de uso portuário e que são indispensáveis ao equilíbrio financeiro da APL.

O reconhecimento crescente do potencial destes territórios conduziu igualmente a que se procurem encontrar soluções que contribuam para a existência de condições efetivas de acostagem em todo o estuário, assegurando que as mesmas serão objeto de uma utilização transparente e equilibrada.

Contudo, mesmo após todo o trabalho de antecipação e preparação já realizado, a aplicação do Decreto-lei 72/2019 de 28 de maio, que prevê a transferência de diversas competências e património da APL para os municípios da sua área de jurisdição, será muito relevante para o modelo de negócio da APL, impactando negativamente sobre as suas receitas e obrigando a um esforço global de reequilíbrio económico-financeiro que permita restabelecer a sustentabilidade da sua atividade mediante uma redução de custos equivalente à receita que deixara de existir. Para tal, será fundamental a negociação com os municípios envolvidos e a capacidade destes para absorver a capacidade operacional da APL, que, naturalmente será excedentária nas áreas objeto de transferência.

#### **7.4. Sistemas de informação**

Para 2019 prevê-se efetuar melhorias diversas na infraestrutura Informática da APL, bem como dos sistemas de comunicação:

- Adequação da infraestrutura da APL para suportar a JUL, com a implementação de um cluster de servidores para alojar os diversos ambientes aplicativos;
- Modernização do sistema VTS
- Substituição da infraestrutura que suporta o ambiente virtual VMware, onde estão alojados 85% dos servidores da APL;
- Substituição dos servidores de Base de dados Oracle afetos a todas as aplicações da APL;
- Início da implementação de um site de Disaster Recover no VTS, inicialmente na componente de Backups e Base de Dados Oracle, futuramente alargado a todo ambiente aplicativo;
- Substituição da atual central telefónica e todos os telefones por uma versão digital.

A Janela Única Logística consiste na info-estrutura de suporte à articulação de toda a cadeia logística nas componentes mar-porto-terra-plataforma logística. Esta info-estrutura garantirá a interoperabilidade informacional do Sistema Marítimo-Portuário e da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, constituindo-se como uma importante ferramenta para que os portos nacionais e restantes nós das cadeias logísticas se

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right corner of the page.



posicionem como fontes de incremento de valor nas cadeias logísticas, através da estruturação de serviços competitivos, sustentáveis e livres dos constrangimentos típicos dos que afectam as cadeias convencionais.

A Janela Única Logística terá uma enorme importância na lógica do transporte porta-a-porta, permitindo a interoperabilidade entre os vários nós das cadeias logísticas, ficando totalmente integrada com a Janela Única Portuária e as Auto-Estradas do Mar.

A modernização do sistema VTS constitui outro importante fator de modernização da APL, em linha com os objetivos estratégicos do CCTM que consistem principalmente em assegurar, com elevados níveis de qualidade e fiabilidade, os serviços de informação, de gestão do tráfego marítimo e de assistência à navegação na barra e no Porto de Setúbal.

É ainda de destacar o Projeto integrado de melhoria da Plataforma da Zona Oriental (PZO) do Porto de Lisboa, que perspetiva a implementação de uma solução conjunta e integrada com vista a colmatar limitações em termos de acessos, obtenção de informação operacional, controlo e fiscalização da atividade portuária na zona oriental do porto compreendida entre Santa Apolónia e o Poço Bispo. Este projeto representará um output para a JUL.

São previstas três fases:

- Projeto de infraestruturas que contempla melhoria de acessibilidades, sinalização vertical e horizontal e alteração de circulação na entrada. Serão ainda implementadas duas portarias e efetuado um reordenamento de toda a área portuária;
- Implementação de sistemas de informação – contempla a aquisição e instalação de equipamentos que visam obter quer um controlo de acessos quer a obtenção de diversa informação operacional (para além de um controlo das operações em tempo real);
- Implementação e integração de sistemas de segurança e videovigilância – visa a instalação de um sistema de CCTV no local e diversas integrações a sistemas existentes na APL.



## **8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

- 8.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento - 56
- 8.2. Gestão do Risco Financeiro - 47
- 8.3. Limite de crescimento do endividamento – 59
- 8.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Atrasos nos pagamentos (arrears) - 59
- 8.5. Recomendações do Acionista - Resultados obtidos - 61
- 8.6. Remunerações - 62
- 8.7. Estatuto do Gestor Público (art.º. 32.º e 33.º) – 68
- 8.8. Despesas não Documentadas ou confidenciais – 70
- 8.9. Relatório sobre Remunerações - 70
- 8.10. Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção – 71
- 8.11. Contratação Pública - 71
- 8.12. Sistema Nacional de Compras Públicas - 73
- 8.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais - 74
- 8.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado - 76
- 8.15. Auditorias do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos - 78
- 8.16. Informação Sítio do SEE - 78

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Ramon" and other illegible marks.



Apresenta-se quadro síntese relativo ao cumprimento das diversas orientações emitidas pela DGTF, sendo as mesmas objeto de comentário mais detalhado nos pontos subsequentes.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2018	Cumprimento			Quantific./ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>1. Objetivos de Gestão</b> (% cumprimento)	parcial			A identificação dos objetivos e respetivo cumprimento encontram-se no ponto 8.1	8.1
<b>2. Metas a atingir constantes no PAO 2018</b> (% cumprimento)	parcial			Vide ponto 8.1	8.1
<b>3. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b> (% cumprimento)			X		
<b>4. Gestão do Risco Financeiro</b> (taxa média de financiamento)	X			Taxa média de financiamento 2,3%	Vide ponto 8.2
<b>5. Limites de crescimento do endividamento</b> (Variação do endividamento)	X			Redução de -9,94% face a 2018	Vide ponto 8.3
<b>6. Evolução do PMP a fornecedores</b> (Variação em dias)		X		+18 dias face a 2018	Vide ponto 8.4
<b>7. Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos - "Arrears"</b>	X			853 156€ em 31/12/2018	Vide ponto 8.4
<b>8. Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>					
i) Elaborar um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sitio na internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março;	X			Vide ponto 8.9	Vide ponto 8.5
ii) Cumprir integralmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado;			X	Vide ponto 8.14	
iii) Regularizar os honorários relativos à prestação de serviços de revisão legal das contas de 2016 e de 2017, nos termos da deliberação social unânime por escrito, de 17 de janeiro de 2018.	X				
<b>9. Remunerações</b>					
9.1. Não atribuição de prémios de gestão	X				Vide ponto 8.6.A 2)
9.2. CA - Reduções remuneratórias vigentes em 2018	X				Vide ponto 8.6.A 2)
9.3. Fiscalização - Reduções remuneratórias vigentes em 2018			X		Vide ponto 8.6.A 3)
9.4. Auditor externo - Reduções remuneratórias vigentes em 2018			X		Vide ponto 8.6.B
<b>10. Artigos 32º e 33.º do EGP</b>					
10.1. Não utilização de cartões de crédito	X				Vide ponto 8.7

Uly B  
PP R. Romo



CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2018	Cumprimento			Quantific./ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
10.2. Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Vide ponto 8.7
10.3. Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Vide ponto 8.7
10.4. valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Vide ponto 8.7
<b>11. Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP</b>					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Vide ponto 8.8
<b>12. Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM n 18/2014</b>					Vide ponto 8.9
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	X			<a href="http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORТУARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%C9NERO.pdf">http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORТУARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%C9NERO.pdf</a>	
<b>13. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>					Vide ponto 8.10 <a href="http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORТУARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RAEPPRGRCIC_2018.pdf">http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORТУARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RAEPPRGRCIC_2018.pdf</a>
<b>14. Contratação Pública</b>					
14.1. Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Vide ponto 8.11
14.2. Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
14.3. Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
<b>15. Auditorias do Tribunal de Contas</b>			X		Vide ponto 8.15
<b>16. Parque Automóvel</b>					
N.º de viaturas	X				Vide ponto 8.13
<b>17. Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	X				Vide ponto 8.13
<b>18. Princípio da Unidade de Tesouraria</b> (art.º 125.º da Lei 82-B/2014/artigo 28º do DL 133/2013)	parcial				Vide ponto 8.14
18.1. Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP				6 092 039€	
18.2. Disponibilidades e aplicações na Banca comercial				6 071 703€	
18.3. Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receitas do Estado			X		A APL não auferiu juros

clg  
PP Rlsma



## 8.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

### Orientação

a) *Objetivos de gestão definidos pelo acionista para 2018 (artigo 38º do RJSPE), grau de execução dos mesmos, justificação de desvios e medidas corretivas aplicadas ou a aplicar;*

b) *Execução do plano de atividades e orçamento para 2018, princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, com justificação dos desvios e eventuais medidas corretivas aplicadas ou a aplicar*

A atividade desenvolvida pautou-se pelas orientações estabelecidas para o Sector Empresarial do Estado, conforme referido de forma mais detalhada nos pontos seguintes e pela prossecução dos projetos prioritários para o porto de Lisboa definidos pela tutela setorial.

Assim, foram tidas como referência as previsões constantes do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2018-2020.

Ilustram-se nos quadros seguinte os níveis de desempenho atingidos:

Indicadores		Unid.	OBJETIVO (Orçamento 2018)	Real 2018	Desvios	CUMPR.
Eficiência, rentabilidade e crescimento	EBITDA	milhares €	20 739	25 078	21%	S
	EBIT	milhares €	7 857	11 816	50%	S
	Resultado Líquido	milhares €	4 348	7 292	68%	S
	Volume de negócios	milhares €	45 751	46 326	1%	S
	Gastos operacionais/EBITDA	%	121,4%	95,3%	-26, p.p.	S
	Gastos c/ Pessoal/EBITDA	%	87,7%	70,1%	-17,6 p.p.	S
	Gastos c/ Pessoal	milhares €	18 196	17 585	-3,4%	S
	EBITDA/Receitas	%	40,8%	47,6%	6,8 p.p.	S
	Receitas (total de Ganhos)	milhares €	50 867	52 706	3,6%	S
	Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado Líquido/Capital próprio)	%	2,0%	3,3%	1,32 p.p.	S
Capacidade de endividamento	Dívida/Capital Próprio	--	0,30	0,27	-3,1%	S
	EBITDA/Juros Líquidos	--	12,24	14,78	20,7%	S
Estrutura	Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo não corrente)	--	0,64	0,66	3,0%	S
	Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo)	--	1,54	1,63	6,3%	S
Liquidez	Liquidez Geral (Ativo / Passivo)	--	2,54	2,63	3,8%	S
PMP a fornecedores	Calculo nos termos da RCM nº 34/2008 c/ alteração Desp.9870/2009	Dias	37	61	66,9%	N
Investimentos		milhares €	13 874	5 465	-60,6%	N



Indicadores		Unid.	OBJETIVO (Orçamento 2018)	Real 2018	Desvios	CUMPR.
Movimento de mercadorias	Carga movimentada (marítima)	1000 ton.	12 993 853	11 342 018	-12,7%	N
	Graneis líquidos	1000 ton.	1 948 893	1 567 696	-19,6%	N
	Graneis sólidos	1000 ton.	5 585 527	5 215 945	-6,6%	N
	Carga geral	1000 ton.	5 459 433	4 558 377	-16,5%	N
	Carga contentorizada	1000 ton.	5 217 327	4 409 926	-15,5%	N
	Carga Roll-on /Roof-off	1000 ton.	38 835	9 389	-75,8%	N
	Carga fracionada	1000 ton.	203 271	139 062	-31,6%	N
Cruzeiros	Escalas de navios	n.º	354	339	-4,2%	N
	Passageiros	n.º	623 734	577 603	-7,4%	N

No que se refere ao plano de atividades e orçamento para 2018 são de referir as orientações divulgadas para as empresas não reclassificadas do SEE através do ofício circular n.º 5127 da DGTF, de 29 de novembro de 2017 bem como a LOE 2018 e respetivo diploma de execução orçamental.

*c) Orientação dirigida às empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas sobre o carregamento de informação no SIGO/SOE.*

Não aplicável à APL.

## 8.2. Gestão do Risco Financeiro

### Orientação

*"Evolução da taxa média anual de financiamento, juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento"*

ANOS	(valores em euros)				
	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos financeiros (€)	1 697 090	2 082 223	2 511 198	3 389 356	5 156 692
Taxa média de financiamento (%)	2,3%	2,6%	2,7%	3,3%	4,5%

A gestão financeira encontra-se centralizada na direção responsável pela área de Finanças e Suporte, de acordo com orientações do Conselho de Administração e nos termos do descritor funcional da APL.

Cabe ao referido departamento assegurar a adequada gestão dos meios financeiros necessários ao investimento e ao funcionamento regular da empresa, centrando a sua atividade em particular ao nível da contabilidade e faturação, tesouraria, contas correntes

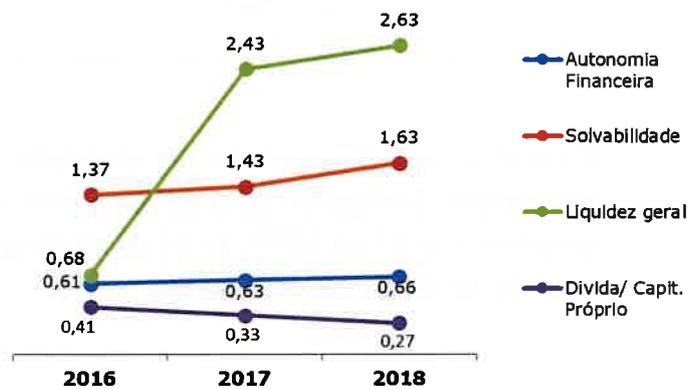
*Handwritten signatures and initials:*  
 C.A.  
 P.P.  
 R.P.



de clientes e fornecedores, aprovisionamento, registo de ativos e divulgação de informação pelas entidades competentes, obedecendo ao princípio da transparência financeira. Estas funções são levadas a cabo em articulação com as restantes unidades orgânicas, em particular as responsáveis pelas áreas de negócio

Em termos de controlo interno, são ainda de referir ações pontuais de auditoria a processos e a existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que identifica os riscos existentes e medidas de prevenção/mitigação específicas para cada área de atividade, incluindo a função financeira.

No que diz respeito aos rácios de autonomia financeira, solvabilidade e de endividamento é possível verificar que a APL, S.A. tem tido uma evolução positiva constante nos últimos três anos, conforme indicado no ponto 2.6.



A diminuição do nível de endividamento conjugado com os níveis historicamente baixos das taxas de juro tem permitido à empresa obter decréscimos contínuos nos juros e gastos similares suportados.

Quanto ao risco de liquidez tem vindo a ser minimizado apesar das amortizações de capital realizadas, decorrentes de financiamentos bancários contratualizados. Para tal contribuíram a racionalização de todos os gastos e investimentos da empresa e a alienação de imóveis nos anos de 2014 e 2016 sem utilidade futura para o Core Business da empresa.

O risco de crédito está maioritariamente associado às contas a receber sendo objeto de monitorização conjunta da área financeira, áreas de negócio e serviços jurídicos, com análises regulares aos valores em dívida, ponderando o perfil dos clientes, a antiguidade de saldos e a recuperabilidade dos valores a receber face às garantias existentes, permitindo ao longo dos últimos anos uma maior eficácia nas cobranças e uma diminuição do prazo médio de recebimentos.

Na sequência da análise económico-financeira dos clientes, a APL, S.A. adota políticas conservadoras constituindo perdas por imparidade referentes às contas a receber, conforme divulgado nas Notas 7 e 24 do ponto 10 – Demonstrações Financeiras e Notas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'U4', 'PP', 'Rhorne', and others.



### 8.3. Limite de crescimento do endividamento

#### Orientação

Nos termos da LOE2018, "(...) O crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 2%."

DL exec. orçamental – art.º 146.º - (...) são excluídos os novos investimentos com expressão material.

Consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a €10 000 000 ou a 10 % do orçamento anual da empresa.

A variação do endividamento (...) é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Variação do Endividamento = A/B			-9,94%
A	Financ.remunerado 2018	(+)	59 432 723
	Financ.remunerado 2017	(-)	72 615 925
	Capital Social 2018	(+)	60 000 000
	Capital Social 2017	(-)	60 000 000
	Novos investimentos	(-)	0
B	Financ.remunerado 2017	(+)	72 615 925
	Capital Social 2017	(+)	60 000 000

A APL, S.A. cumpriu e superou a orientação referente ao limite do crescimento do endividamento, com um decréscimo em termos absolutos de 13 183 milhares de euros relativamente ao ano de 2017.

### 8.4. Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos pagamentos (ARREARS)

#### Orientação

*Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição;*

PP Rlopu



As empresas com PMP superior a 60 dias devem assegurar que divulgaram nos termos do DLEO2018, nos respetivos sítios na internet, e atualizaram trimestralmente até ao fim do mês seguinte de cada trimestre, uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

#### ▪ ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Em relação à divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definido no DL nº65 A/2011, de 17 de maio (informação também disponibilizada no site da APL), a situação a 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

(Valores em euros)

Dívidas vencidas	Entre 0 e 90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011				TOTAL
		Após 90 até 120 dias	Após 120 até 240 dias	Após 240 até 360 dias	Após 360 dias	
Aquisições de bens e serviços	3 246	1 447	14 829	6 264	13 445	39 231
Aquisições de capital	* 703 641	0	0	0	110 284	813 926
<b>TOTAL</b>	<b>706 888</b>	<b>1 447</b>	<b>14 829</b>	<b>6 264</b>	<b>123 729</b>	<b>853 156</b>

Importa notar que:

Aquisições de bens e serviços - Os valores em dívida resultam maioritariamente de faturas de fornecedores de telecomunicações e “utilities” que se encontram em análise para posterior encontro de contas ou pagamento. Refira-se que durante o 1º semestre ano de 2019 foram já concluídos alguns desses processos.

Aquisições de capital - O intervalo de 0 a 90 dias inclui faturas de um fornecedor que é também concessionário (cliente) da APL, S.A. No seguimento de um Acordo assinado entre ambas as partes, a APL, S.A. procede ao encontro de contas faseado entre cliente/fornecedor.

O intervalo após os 360 dias inclui dívidas de processos em contencioso, pendentes de decisão judicial.

#### ▪ PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Relativamente ao prazo de pagamentos verificou-se a seguinte evolução:

Prazo médio de pagamentos a fornecedores	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Dias	61	43	18	41,9%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP' and 'Rome'.



O prazo registado em dezembro de 2018 foi fortemente influenciado pela situação referida no ponto anterior, relativa às faturas que vêm sendo objeto de encontro de contas cliente/fornecedor nos termos do acordado com a entidade.

Expurgando o efeito desta situação, o prazo de 2018 passaria de 61 para 52 dias. Também as faturas pendentes no escalão superior a 360 dias, referentes a dívidas em processo de contencioso contribuem para um prazo de pagamentos mais elevado.

## 8.5. Recomendações do Acionista – Resultados Obtidos

### Orientação

*Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas*

No dia 21 de maio de 2019 foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas aos anos de 2016 e de 2017 (Ata n.º 32 da AG).

Foram emitidas as seguintes recomendações sobre o relatório de 2017:

- i) *Elaborar um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sitio na internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março;*

O referido relatório encontra-se publicado na página da internet da empresa:

[http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_PORTO\\_LISBOA/AUTORIDADE\\_PORTUARIA/RELATORIOS\\_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%20C9NERO.pdf](http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORTUARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%20C9NERO.pdf)

- ii) *Cumprir integralmente o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado;*

Vide ponto 8.14

- iii) *Regularizar os honorários relativos à prestação de serviços de revisão legal das contas de 2016 e de 2017, nos termos da deliberação social unânime por escrito, de 17 de janeiro de 2018.*

Todas as faturas emitidas foram devidamente regularizadas, conforme se segue:

Fatura	Data emissão	Data compensação
Fatura 2019/107 - Rev. Contas 2017 (60%)	01-04-2019	29-04-2019
Fatura 2019/151 - Rev. contas 2018 (40%)	08-05-2019	27-05-2019
Fatura 2018/214 - Rev. Contas 2016	24-05-2018	11-06-2018
Fatura 2018/223 - Ver. contas 2017 (40%)	06-06-2018	26-06-2018



## 8.6. Remunerações

### A. Órgãos Sociais

Apresenta-se em seguida a situação remuneratória dos diversos órgãos sociais no ano 2018.

A Deliberação Social Unânime por Escrito (DSUE) datada de 23/05/2016 nomeou os membros do Conselho de Administração (CA) para o triénio 2016-2018 e fixou as correspondentes remunerações.

Reiterando os princípios constantes da DSUE que nomeou os anteriores membros dos órgãos sociais, a DSUE vigente estabelece o seguinte:

*“(...) durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do PAEF são prorrogadas, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (Decreto-Lei de execução do Orçamento do Estado para 2016) os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:*

- i. Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas;*
- ii. Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração (...)”*

Porém, e à semelhança do verificado desde 2013 de acordo com o despacho n.º 1695/2013 – SEAP, de 05/06/2013, segundo o qual não se aplicam as reduções remuneratórias previstas em virtude de regulamentação internacional específica, associado à declaração de inconstitucionalidade da norma que estabelecia as reduções remuneratórias (vide Ac. N.º 413/2014, de 30 de maio) e mantendo-se inalteradas as circunstâncias e enquadramento próprios da atividade das administrações portuárias, estendeu-se aos membros dos órgãos sociais a partir de junho de 2014 a não aplicação das reduções remuneratórias a que se vinha procedendo desde 2011, sendo certo que tal foi oportunamente objeto de ofício da APP para a tutela setorial.

Em 2018 mantiveram-se, igualmente, as reduções remuneratórias decorrentes do disposto no art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

As remunerações do Conselho Fiscal não foram objeto de alteração, seguindo os critérios fixados no despacho 764/SETF/2012, de 24 de maio, com as disposições legais aplicáveis.

Para efeitos de identificação dos valores abonados remete-se para os quadros seguintes.



### Orientação

*Das remunerações, designadamente:*

*Dos órgãos sociais confirmando a:*

- 1) **Mesa de Assembleia Geral** - *Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2018*

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
Início - Fim				
2013-2015	Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa	575,00	0,00
2013-2015	Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa *	375,00	0,00
			TOTAL	0,00

### Orientação

- 2) **Conselho de Administração** - *Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2018, indicando ainda:*

- a. *Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, por cada um dos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo a remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, a menção às diferentes componentes que lhe deram origem;*

Os membros do CA não auferem remuneração variável. As restantes remunerações são as indicadas nos quadros seguintes.

- b. *Montantes pagos, a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum;*

Nos termos do Decreto-lei n.º 15/2016, de 9 de março, "os conselhos de administração da APL, S. A., e da APSS, S. A., são integrados por um presidente e quatro vogais (...) comuns às duas empresas e exercem as suas funções em regime de acumulação", sendo a remuneração dos administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, suportados, em partes iguais, pela APL, S. A., e pela APSS, S. A.

- c. *Remuneração paga sob forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque os mesmos foram concedidos;*  
d. *Não atribuição de prémio de gestão;*

Não existe participação nos lucros nem pagamento de quaisquer prémios.

*Handwritten signatures and initials:*  
 C. Silva  
 P. P.  
 R. Romão



*e. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.*

Não aplicável.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem			N.º mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Maria Lídia Ferreira Sequeira	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	APP – Associação dos Portos de Portugal	Presidente	Público (não remunerado)
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Presidente do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
	Infraestruturas de Portugal, SA	Presid. Comiss. matérias financeiras do Conselho Geral e de Supervisão	Público (não remunerado)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Carlos Alberto do Maio Correia	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)



Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classific.	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas Representação
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	B	4 864,34	1 945,74
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	B	3 891,47	1 556,59
Carlos Alberto do Maio Correia	S	B	3 891,47	1 556,59

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remunerat. (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	91 449,64	0,00	91 449,64	-4 572,44	86 877,20
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Ricardo Jorge de Sousa Roque	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Carlos Alberto do Maio Correia	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
<b>TOTAL</b>			<b>384 088,28</b>	<b>-19 204,20</b>	<b>364 884,08</b>

## Notas:

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

\* Inclui Remuneração + Despesas de Representação + Subsídios de Férias e de Natal + Subsídio de Alimentação

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia (*)	Montante Pago Ano	Identificação	Encargo anual			Identificação	valor
Maria Lídia Ferreira Sequeira	4,77	1 068,48	Segurança Social	14 247,86	n.a.	n.a.	OSC (****)	87,85
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4,77	1 087,56	CGA	16 506,66	n.a.	n.a.	OSC (****)	356,85
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	4,77	1 011,24	Segurança Social	16 506,66	n.a.	n.a.	OSC (**)	852,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque	4,77	1 082,79	Segurança Social	16 506,66	230,22	n.a.	n.a.	n.a.
Carlos Alberto do Maio Correia	4,77	1 082,79	Segurança Social	16 506,66	580,74	n.a.	OSC (***)	1 010,00
<b>TOTAL</b>		<b>5 332,86</b>		<b>80 274,49</b>	<b>810,96</b>			<b>2 306,70</b>

NOTA: os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(\*) Nos termos da Lei n.º42/2016, de 28 de Dezembro

(\*\*) Apoios sociais (Subsídio de Estudos) e regime Complementar de Saúde

(\*\*\*) Apoios sociais (Subsídio de Estudos)

(\*\*\*\*) Regime Complementar de Saúde

*Handwritten signatures and initials:*  
 Uley JAP  
 AP R. Gomes



Membro do CA	Encargos com viaturas €									
	Viatura atrib. (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência viatura (2)	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanesc.	OBS
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	N Uso de Serviço (1)	32 674	Aquisição	2013	---	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 31/12/2018
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	S Uso Pessoal	21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 02/03/2018
			33 285	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 03/03/2018 a 31/12/2018
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	S Uso Pessoal	4 096	Aquisição	2005	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2018 a 12/03/2018
			21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 13/03/2018 a 31/12/2018
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	S Uso Pessoal	21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 31/12/2018
Carlos Alberto do Maio Correia	S	S Uso Pessoal	4 142	Aquisição	2005	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2018 a 01/03/2018
			33 285	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 02/03/2018 a 31/12/2018

**NOTAS:**

(1) "Uso de Serviço" - Viatura afeta em exclusivo ao Conselho de Administração mas não existe utilização pessoal pelo titular indicado (deslocação para a residência, utilização em fins-de-semana e férias)

(2) Considerado o valor de mercado em 2018, conforme informação constante da declaração para efeitos de IRS 2018

(Unid: euros)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Maria Lídia Ferreira Sequeira	445,22	0,00	813,15	Refeições	100,96	1 359,33
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	1 579,55	2 881,86	1 282,30	Taxi/Transfer	156,64	5 900,35
Ricardo Jorge de Sousa Roque	79,00	101,63	0,00	Taxi	32,07	212,70
Carlos Alberto do Maio Correia	4 872,13	412,35	375,30	Taxi/Refeições	307,47	5 967,25
						13 439,63



## Orientação

### 3) Fiscalização - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2018

#### a) Conselho Fiscal

Mandato *	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) €	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
2013-2015	Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	DSUE	25-02-2013	1 362,01	1
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Luisa Rilho	DSUE	25-02-2013	1 021,51	2
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Isabel Louro Caria Alcobia <sup>(a)</sup>	DSUE	08-06-2015	1 021,51	1
2013-2015	Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	DSUE	25-02-2013	1 021,51	2

OBS: Não foram nomeados titulares do Conselho Fiscal para o mandato 2016-2018

(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15, tendo renunciado ao cargo em 31/07/2018.

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

Nome	Remuneração Anual 2017 (€)		
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	19 068,14	0,00	19 068,14
Maria Luisa Rilho	14 301,14	0,00	14 301,14
Maria Isabel Louro Caria Alcobia <sup>(a)</sup>	9 358,72	0,00	9 358,72
TOTAL	42 728,00	0,00	42 728,00

(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15, tendo renunciado ao cargo em 31/07/2018.

#### b) Revisores Oficiais de Contas

Em 17 de janeiro de 2018 foi eleito novo Revisor Oficial de Contas para efeitos de revisão das contas anuais relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, devido ao anterior ROC ter atingido em maio de 2017 o número limite de mandatos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "R. Rom".



Mandato	Cargos	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição OROC	N.º de registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2016-2018	ROC	<b>Efetivo:</b> <b>Vítor Almeida &amp; Associados, SROC</b> representada por: Vítor Manuel Batista de Almeida <b>Suplente:</b> <b>Rosa, Correia e Associados, SROC, S.A.</b>	191 691 143	20161491 20160331 20161455	DSUE	17-01-2018	Contrato de prestação de serviços	---	---

Nome ROC/FU	Valor anual do contrato de prestação de serviços 2018 (€)			Valor anual de serviços adicionais 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)
Vítor Almeida & Associados, SROC	18 387,22	0,00	18 387,22	Não existiram serv. adicionais			

O valor indicado no quadro anterior trata-se do montante contratualizado. O valor efetivamente pago foi o seguinte:

REMUNERAÇÃO PAGA À SROC	€	%
Serviços de Revisão de contas (ano 2016 e 40% do ano 2017)	25 742,11	100%
Outros Serviços	---	
<b>TOTAL</b>	<b>25 742,11</b>	<b>100%</b>

NOTA: Não inclui IVA

## B. Auditor Externo

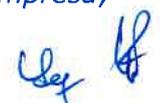
Não aplicável. Nos termos do n.º1 do art.º5.º, dos estatutos "A sociedade tem como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração, o conselho fiscal e o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas (...)".

### 8.7. Estatuto do Gestor Público (art.ºs 32.º e 33.º)

#### Orientação

Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, no que se refere:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;




- b) *Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.*

Conforme o disposto no art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, os membros do Conselho de Administração da APL não utilizaram cartão de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa nem lhes foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal.

- c) *Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.*

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria Lídia Ferreira Sequeira	80,00	232,12	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	80,00	163,23	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	80,00	320,21	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	233,86	
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	223,16	
<b>TOTAL</b>		<b>1 172,58</b>	

NOTAS:

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.  
Os eventuais excedentes ao plafond fixado foram suportados pelos utilizadores.

- d) *Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.*

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Maria Lídia Ferreira Sequeira	485,44	2 205,08	407,67	2 612,75	(a)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	389,15	1 662,43	427,77	2 090,20	(a) (b)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	389,15	2 288,84	919,65	3 208,49	(b) (a)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	389,15	1 762,54	871,04	2 633,58	(a)
Carlos Alberto do Maio Correia	389,15	1 764,23	756,56	2 520,79	(b)
<b>TOTAL</b>				<b>13 065,81</b>	

(a) Viatura da APL, S.A.

(b) Viatura da APSS, S.A.

NOTAS:

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.  
Os eventuais excedentes ao plafond fixado foram suportados pelos utilizadores.

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: A signature and the initials "Caf".  
 - Bottom right: The initials "PP" and "R.Roque".



## 8.8. Despesas não documentadas ou confidenciais

### *Orientação*

*Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais*

Todas as despesas realizadas se encontram documentadas. Não existem despesas confidenciais.

## 8.9. Relatório sobre remunerações

### *Orientação*

*Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março*

O referido diploma determina que "(...) as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações."

A APL constituiu uma das empresas âncora no âmbito do "Projeto Igualdade de Género nas Empresas - Break Even - Promoting Gender Equality In Business", liderado pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, em parceria com o Cesis - Centro de Estudos para a Intervenção Social, o CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e o Centro de Investigação em Género (Centre for Gender Research), da Universidade de Oslo.

No ano de 2016 foi aprovada e publicada a carta de compromisso e um plano de ação neste âmbito, como culminar do trabalho de levantamento e diagnóstico realizado em 2015.

No se refere concretamente a remunerações, as mesmas são fixadas por Portaria, numa tabela salarial única e comum a todas as administrações portuárias, que assenta numa lógica de carreiras/categorias e cargos de direção e chefia. O diploma prevê ainda as regras de atribuição das remunerações acessórias. Como tal, o risco de discriminação encontra-se, por esta via, controlado.

A carta de compromisso e o plano de ação, aprovados pela ordem de serviço n.º 12/2016, de 6 de maio encontram-se publicados na intranet da empresa.



O relatório de remunerações pode ser consultado na página da internet da APL em:

[http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_PORTO\\_LISBOA/AUTORIDADE\\_PORTUARIA/RELATORIOS\\_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%C9NERO.pdf](http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORTUARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RELAT%20REMUNER%20IGUALD%20G%C9NERO.pdf)

## 8.10. Prevenção da Corrupção

### *Orientação*

*Elaboração e divulgação de relatório anual de prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE*

A APL, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, bem como elaborou o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativamente ao ano de 2018.

Ambos os documentos estão divulgados no site da APL, SA:

[http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_PORTO\\_LISBOA/AUTORIDADE\\_PORTUARIA/RELATORIOS\\_PUBLICACOES/Plano\\_Atualizado\\_20181220.pdf](http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORTUARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/Plano_Atualizado_20181220.pdf)

[http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL\\_PORTO\\_LISBOA/AUTORIDADE\\_PORTUARIA/RELATORIOS\\_PUBLICACOES/RAEPPRGRCIC\\_2018.pdf](http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDADE_PORTUARIA/RELATORIOS_PUBLICACOES/RAEPPRGRCIC_2018.pdf)

## 8.11. Contratação Pública

### *Orientação*

- a) *Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.*
- b) *Indicação dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referencia à última atualização.*

A APL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, do Setor Empresarial do Estado dotada de *jus imperium*, regendo-se pelo disposto nos seus estatutos, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas, pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objetos da sociedade, incluindo normas de direito público

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including "PP" and "RAON".



quando atue no uso de poderes de autoridade, e pelo direito privado, encontrando-se sujeita às regras de concorrência.

No que respeita aos procedimentos pré-contratuais adotados existem fundamentalmente dois diplomas com particular interesse e aplicação:

- a. A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (com as respetivas retificações e diplomas de regulamentação) que aprovou a Lei da Água, que prevê a atribuição de contratos de concessão e de licenças de utilização de parcelas do domínio público por prazos superiores a um ano seja efetuada através de procedimento concursal, designadamente concurso público, e
- b. O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, estabelecendo a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

A APL é uma entidade adjudicante especial por ter sido criada para satisfazer necessidades de interesse geral, com caráter comercial, no setor dos transportes (por colocar à disposição dos transportadores marítimos e fluviais portos marítimos e interiores) sobre a qual o Estado exerce uma influência dominante (na medida em que tem a totalidade do seu capital social e dos direitos de voto e designa a totalidade dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização), nos termos do artigo 7.º n.º 1, alínea a) e artigo 9.º n.º 1, alínea b), subalínea ii), do CCP.

Nessa medida, tem sido entendimento da APL, sufragado em parecer externo, que o regime de contratação previsto no CCP é apenas aplicável quando relativo a contratos que digam direta e principalmente respeito a uma ou várias das atividades exercidas pela APL no setor dos transportes e, cumulativamente, o respetivo objeto abranja prestações típicas dos seguintes contratos (de acordo com os limites fixados pelo Regulamento EU n.º 1336/2013, de 13 de dezembro):

- Empreitadas de obras públicas cujo valor seja igual ou superior a 5 186 000 euros;
- Concessão de obras públicas;
- Locação ou aquisição de bens móveis cujo valor seja superior a 414 000 euros;
- Aquisição de serviços cujo valor seja igual ou superior a 414 000 euros.

Não é, também, vinculativa a aplicação do CCP no caso de contratação diretamente relacionadas com atividades direta e principalmente relacionadas com colocar à disposição dos transportadores marítimos e fluviais portos marítimos e interiores, mas de valor inferior aos limites indicados.

Não obstante, é atualmente orientação do Conselho de Administração que toda a contratação efetuada pela APL, seja tramitada ao abrigo do regime constante do Código dos Contratos Públicos.



Com efeito, na sequência da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, foi revogado o Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas da APL (publicado pela Ordem de Serviço n.º 4/2014, de 24 de março).

Atualmente toda a contratação tramita através da Divisão de Contratação Pública e Compras, preferencialmente por plataforma eletrónica, incluindo a concessão da utilização privativa do domínio público hídrico do Estado afeto à APL, através da aplicação dos preceitos contidos no CCP.

Exceção feita para algumas contratações cujo valor contratual não ultrapassa os 5 000 euros, efetuadas diretamente pelos serviços com posterior reporte à Divisão de Contratação Pública e Compras.

Prevê-se que seja brevemente elaborado um Manual de Contratação da APL, através de uma comissão com elementos de várias áreas de negócio, por forma a uniformizar todos os procedimentos de contratação.

*c) Indicação de quais os atos ou contratos celebrados, com valor superior a 5 ME, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de contas (LOPTC)*

Em 2018 não foram celebrados contratos de valor superior a 5ME. Ganha especial destaque o contrato celebrado entre a APL, S.A. e a sociedade "Transas Marine Limited", no valor de 951 606 euros, tendo por objeto a modernização do VTS do porto de Lisboa.

## **8.12. Sistema Nacional de Compras Públicas**

### *Orientação*

*"Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)"*

A APL, S.A. aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas como entidade voluntária.

No entanto, e após consulta à ANCP, tem-se verificado que as aquisições correntemente efetuadas não estão contempladas nos acordos-quadro disponíveis através desta agência ou têm especificidades que não permitem o recurso àquelas prestações nos moldes definidos, sendo mais vantajoso para a APL adquiri-las através de procedimentos pré-contratuais previstos no CCP.



### 8.13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

*Orientações previstas no artigo 145.º do DLEO 2018, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.*

*Caso tenha sido autorizada a exceção ao cumprimento das medidas de redução de custos, deverá ser indicado o respetivo Despacho autorizador.*

*Caso tenha sido autorizado outro indicador para medir a eficiência operacional, deverá ser apresentado um quadro de suporte do respetivo apuramento e evolução e indicado o respetivo Despacho autorizador.*

*Caso se tenha verificado o aumento do número de Recursos Humanos face ao ano de 2017 deverá ser apresentado o respetivo Despacho autorizador, tendo em consideração o disposto no artigo 144.º do DLEO2018.*

PRC	2018	2018	2017	2016	2018/2017	
	Exec	Orç	Exec	Exec	valor	%
<b>0. EBITDA</b>	25 077 697	20 739 457	20 784 775	21 994 000	4 292 922	21%
<b>1. CMVMC</b>	--	--	--	--	--	--
<b>2. FSE</b>	6 325 195	6 975 148	7 616 140	6 357 755	-1 290 944	-17,0%
<b>3. GASTOS COM O PESSOAL CORRIGIDOS DOS ENCARGOS i), ii) e iii)</b>	17 584 904	18 195 863	17 314 001	16 718 756	270 903	1,6%
i) Indemnizações pagas por rescisão <sup>a)</sup>						
ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018 <sup>a)</sup>						
iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei 42/2016, de 29 dezembro <sup>a)</sup>						
<b>4. GASTOS OPERACIONAIS (1)+(2)+(3)</b>	<b>23 910 099</b>	<b>25 171 010</b>	<b>24 930 141</b>	<b>23 076 510</b>	<b>-1 020 041</b>	<b>-4,1%</b>
<b>5. VOLUME DE NEGÓCIOS <sup>b)</sup></b>	46 325 742	45 750 691	44 270 700	41 235 709	2 055 043	4,6%
<b>6. PESO GASTOS OPERAC. / VOL. NEGÓC. (4) / (5)</b>	51,61%	55,02%	56,31%	55,96%	-4,7 p.p.	
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	22 490	26 956	27 028	14 671	-4 538	-16,8%
(i) Gastos com Alojamento (FSE)	14 143	11 044	11 073	19 867	3 070	27,7%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G. com Pessoal)	9 863	14 000	11 112	7 954	-1 249	-11,2%
(iii) Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	165 723	199 228	158 172	169 826	7 551	4,8%
<b>Total = i+ii+iii</b>	<b>212 219</b>	<b>251 228</b>	<b>207 385</b>	<b>212 318</b>	<b>4 834</b>	<b>2,3%</b>
<b>7. Estudos, pareceres e projetos de consultoria</b>	257 639	214 169	219 451	360 313	38 188	17,4%

a) Não aplicável à APL

b) Não existem subsídios à exploração nem indemnizações compensatórias.

c) Inclui gastos com rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.



PRC (cont.)	2018	2018	2017	2016	2018/2017	
	Exec	Orç	Exec	Exec	valor	%
<b>N.º TOTAL DE RH - 31 Dezembro (a+b+c)</b>	<b>299</b>	<b>304</b>	<b>302</b>	<b>300</b>	<b>-3</b>	<b>-1%</b>
a. Órgãos Sociais (N.º de titulares)	9	10	10	10	-1	0
Mesa de Assembleia Geral	2	2	2	2	0	0
Conselho de Administração	5	5	5	5	0	0
Conselho Fiscal (membros efetivos)	2	3	3	3	-1	0
b. Cargos de Direção e Chefia (N.º de titulares) *	40	41	41	41	-1	0
c. Restantes Trabalhadores (N.º)	250	253	251	249	-1	0
d. N.º trabalhadores / N.º Cargos direção (c/b)	<b>6,3</b>	<b>6,2</b>	<b>6,1</b>	<b>6,1</b>	<b>12,8%</b>	<b>2,1%</b>
e. N.º de viaturas	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

NOTA: \* Chefias de níveis I a IV (ou equiparados), chefias art.º 4.º EPAP e chefias departamento de Pilotagem.

#### a) Rácio gastos operacionais/volume de negócios

DL exec. orçamental – art.º 145.º - (...) o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017 (...)

Verificou-se uma redução face a 2017 (de 56,31% para 51,61%) devido ao efeito conjugado da diminuição dos gastos operacionais e do aumento do volume de negócios (vide capítulo 9).

#### b) Redução de Gastos Operacionais

DL exec. orçamental – art.º 145.º - (...) devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

O aumento dos gastos com pessoal face a 2017 é referido no ponto 9.2

b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;

O aumento deste conjunto de gastos face a 2017 decorre principalmente das amortizações das viaturas adquiridas, já que nos gastos correntes com a frota se observou uma poupança superior a 9 mil euros (135 para 126 mil euros).

c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Este Decreto-Lei veio ainda estabelecer um conjunto de regras sobre veículos (art.º 39.º), admitindo a aquisição/locação de viaturas imprescindíveis à atividade da empresa, condicionada à respetiva inscrição no plano de atividades e com pressuposto de uma redução de encargos face à situação anterior.

No aumento de estudos e pareceres face ao ano anterior destacam-se, em 2018, dois pareceres de valor expressivo ocorridos no ano (assessoria jurídica sobre o "Dossier Matinha" e "Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental sobre a Relocalização do Cais Terminal Tanquipor), representando em conjunto mais de 60 mil euros.



### c) Gastos com pessoal e n.º de trabalhadores

Orientação DGTF - Durante o ano de 2018, as empresas do setor empresarial do Estado devem prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

Os encargos com pessoal de 2018 não devem ser superiores aos valores estimados para 2017, corrigidos de:

- encargos estimados para efeitos de valorizações remuneratórias nos termos do desp.3746/2017 dos Ministros Adjunto e das Finanças;
- encargos decorrentes da aplicação do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, quando existam, considerando-se repostos os direitos adquiridos na sua totalidade a partir de 1 de janeiro de 2018.

Se por razões económicas (v.g. encargos decorrentes da reposição salarial) e/ou de serviço público for previsto um aumento dos encargos com o pessoal ou do número de trabalhadores este deve ser devidamente justificado e quantificado.

O aumento dos gastos com pessoal face a 2017 é referido no ponto 9.2.

Quanto ao número de trabalhadores, verificou-se uma redução, conforme indicado de forma mais detalhada no capítulo 6.

Apesar do referido quanto à evolução de cada uma das anteriores naturezas de gastos, importa referir que o total de gastos operacionais decresceu de 2017 para 2018, conforme analisado no ponto 9.2.

## 8.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

### *Orientação*

*Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 135.º LOE2018 e art.º 104.º do DLOE 2017.*

*Identificação das disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP.*

*Em conformidade com o disposto no n.º3 do art.º 28.º do RJSPE, as empresas públicas não financeiras dispensadas do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria deve ser assegurada a prestação de informação à DGTF, através de formulário SIRIEF para o efeito, sobre os montantes e as entidades em que se encontrem aplicadas a totalidade das suas disponibilidades, incluindo receitas próprias e aplicações financeiras, seja qual for a natureza das mesmas.*

Em 1 de janeiro de 2017, foi implementada a FUP – Fatura Única Portuária, que inclui na mesma fatura todos os serviços prestados aos Agentes de Navegação, pelas Administrações Portuárias, SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteira, Capitánias, AT – Autoridade Tributária e Sanidade. É da responsabilidade das Administrações Portuárias a

*Handwritten signatures and initials:*  
PP Rloyme



emissão e respetiva cobrança da FUP em conta DO – depósitos à ordem constituída para o efeito no IGCP, como consequência, as disponibilidades no IGCP aumentaram consideravelmente em detrimento das disponibilidades na banca comercial.

Salienta-se que a APL, S.A. recorre à banca comercial para obter financiamentos que para além de substituírem anteriores operações, permitem também realizar os investimentos necessários, de modo a garantir, a operacionalidade e segurança do Porto, a saber: dragagens do Canal da Barra, intervenções e/ou construção de infraestruturas marítimas, aquisição de embarcações e equipamentos marítimos, e outros.

Para além do exposto, a APL, S.A. tem cumprido nos últimos anos e irá continuar a cumprir nos próximos anos um plano de serviço da dívida bastante ambicioso com o objetivo primordial de reduzir drasticamente o passivo remunerado, com uma redução de 31,4% no triénio 2016 a 2018.

Os serviços que a APL, S.A. utiliza na banca comercial decorrem de contrapartidas negociadas com o objetivo de obter o melhor “pricing” e obviamente reduzir os encargos financeiros.

Atentos ao ofício nº SGC – 2018/19521 de 7 de dezembro de 2018 enviado pelo IGCP, em resposta ao nosso ofício DMS 616625 com o pedido de isenção ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a APL, S.A. ao longo do ano de 2019 irá continuar a proceder à transferência de algumas operações bancárias da banca comercial para o IGCP, (ex. Pagamentos automáticos a fornecedores), tentando, porém, salvaguardar a relação que ainda mantém com a banca comercial com o intuito prioritário de financiar os investimentos a realizar, atuais e futuros.

Refira-se que no ano de 2018 não foram auferidos rendimentos de depósitos à ordem e não foram realizadas aplicações financeiras.

(Unid: €)

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BIC PORTUGUES, SA	1 071 396	116 885	321 116	507 337
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA	132 289	105 734	105 734	116 399
MILLENNIUM BCP	3 457 550	2 236 602	2 656 629	3 089 993
BANCO POPULAR PORTUGAL, SA	11 356	11 356	11 356	11 356
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO, SA	263 627	293 857	230 389	267 611
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	170 721	178 966	481 820	260 473
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	1 890 065	1 456 937	1 358 861	1 423 564
MONTEPIO INVESTIMENTO, SA	95 670	95 670	95 670	95 670
NOVO BANCO, SA	298 010	298 010	298 010	299 300
<b>Total disponibilidades Banca Comercial</b>	<b>7 390 683</b>	<b>4 794 017</b>	<b>5 559 585</b>	<b>6 071 703</b>
JUROS AUFERIDOS BANCA COMERCIAL (TOTAL) (Banco Popular)	0	0	0	0
AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA - IGCP, E.P.E.	11 029 831	8 329 985	9 389 039	6 092 039

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "Phome".



### 8.15. Auditorias do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos

#### *Orientação*

*"Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado."*

No período 2016-2018 foi efetuada nenhuma auditoria do Tribunal de Contas à APL.

### 8.16. Informação Site do SEE

#### *Orientação*

*"Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2018 no site do SEE (portal da DGTF)"*

A 31/12/2018 toda a informação indicada se encontrava disponível no site do SEE. Contudo, parte dela não se encontrava atualizada devido ao facto de não se encontrarem aprovadas as contas de 2016 e de 2017.

Em maio de 2016, por Deliberação Social Unânime, apenas foram nomeados os membros do Conselho de Administração. Em 17/01/2018 foram nomeados os Revisores Oficiais de Contas que iniciaram a partir daí os procedimentos destinados à certificação legal dos exercícios 2016 e 2017.

Até à data de encerramento deste relatório não tinham ainda sido nomeados novos membros dos restantes órgãos sociais (Assembleia Geral e Conselho Fiscal) para o mandato 2016-2018, mantendo-se os anteriores em funções.



Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / NA	Data atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos órgãos sociais	S		
- Identificação dos órgãos Sociais	S		
- Estatuto remuneratório fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha síntese	S		
Informação Financeira e Histórica atual	S		
Princípios do Bom governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras Transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S		
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

49/18  
PP  
Rhom



## **9. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

9.1 Rendimentos e Ganhos - 82

9.2 Gastos e Perdas - 84

9.3 Endividamento - 87

9.4 Prazos Médios de Pagamento e Recebimento - 87

9.5 Investimento - 88

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Romeo".*



## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A APL encerrou o ano com um conjunto de resultados positivos que apresentaram uma evolução favorável face ao período homólogo de 2017

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Desempenho Económico	VAR 18/17	VAR 18/16
25 077 697	20 784 775	21 994 000	EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization)	20,7%	14,0%
11 815 871	7 522 653	8 149 475	EBIT (earnings before interest and taxes)	57,1%	45,0%
7 292 399	4 409 959	4 815 421	Result. Líquido	65,4%	51,4%

No que respeita ao resultado líquido, com um aumento absoluto de 2 882 mil euros, apresenta uma variação proporcionalmente mais expressiva que o EBITDA e o EBIT já que a diminuição dos juros e gastos similares suportados face a 2017 teve um efeito positivo pelo desagravamento dos encargos financeiros da empresa.

Para esta evolução contribuíram de forma mais relevante:

- O aumento das rubricas de Vendas e Serviços Prestados e de Outros Rendimentos e Ganhos

Na verdade, o acréscimo das vendas e serviços (+ 1 165 milhares de euros) é explicado pela faturação relativa ao arresto de um navio que se encontra no porto desde agosto de 2017. Não se prevendo resolução desta situação a curto prazo nem o pagamento da dívida correspondente, foi constituída, em contrapartida, uma imparidade no valor da faturação estimada para essa embarcação. Este facto representa uma situação excecional que acabou por afetar os 3 níveis de resultados da empresa. Em novembro de 2018 o cliente saldou cerca de metade da dívida, o que levou a uma anulação parcial da imparidade no final do ano.

Quanto a Outros Rendimentos e Ganhos, com acréscimo absoluto de e 1 455 mil euros, são de destacar os aumentos em rendimentos de usos dominiais e a mais-valia decorrente da venda de terreno situado na Rua da Manutenção.

- A redução de Fornecimentos e Serviços Externos (- 1 291 milhares de euros)

Em 2017 teve lugar Volvo Ocean Race, que representou um encargo de 1 968 milhares de euros no âmbito dos FSEs da empresa (cerca de 26%). Apesar de no ano 2018 ter tido lugar outro evento de grande relevo (Seatrade2018), os respetivos gastos com FSE (foram inferiores aos do evento anterior, sendo ainda obtidos patrocínios de entidades externas (registados em outros rendimentos e ganhos).

Cley  
PP Rfome



## 9.1. Rendimentos e Ganhos

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Rendimentos e Ganhos	VAR 18/17	VAR 18/16
33 228 925	32 063 618	29 531 723	Vendas e Serviços Prestados	3,6%	12,5%
132 859	213 380	108 458	Trabalhos para Própria Entidade	-37,7%	22,5%
31 082	9 975	2 964	Subsídios à Exploração	211,6%	948,7%
16 769	246 423	39 586	Reversões	-93,2%	-57,6%
254 504	394 856	497 851	Ganhos/Aumento Justo Valor	-35,5%	-48,9%
19 041 953	17 586 792	18 730 475	Outros Rendimentos e Ganhos	8,3%	1,7%
0	275	388	Juros e Rend. Similares Obtidos	-100,0%	-100,0%
<b>52 706 092</b>	<b>50 515 319</b>	<b>48 911 446</b>	<b>Total</b>	<b>4,3%</b>	<b>7,8%</b>

Com um crescimento global de 2 191 milhares de euros (+ 4,3%) relativamente a 2017, destacam-se como variações mais expressivas:

- No âmbito das Vendas e Serviços Prestados:
  - Na TUP Navio (+ 1 096 milhares de euros; 16,3%) o aumento resulta no essencial da faturação do navio-tanque arreado no porto, conforme já referido, e que em 2018 representou um valor bastante superior ao de 2017 (cerca de +1 498 mil euros). A variação da TUP navio expurgada deste efeito seria de facto negativa (- 1 221 mil euros; -18,2%);
  - Quanto à Tarifa de pilotagem (- 49 milhares de euros ; -1%) a redução é decorrente do menor numero de navios, que afetou a tonelagem bruta total registada em 2018 (apesar do GT médio por navio ter aumentado);
  - No âmbito dos rendimentos das concessões a redução em termos de taxa variável (- 150 milhares de euros ; -2,3%), que se deve à diminuição da carga movimentada, foi compensada em grande parte pelo aumento da componente fixa (+ 134 milhares de euros ; +1,2%);
  - A diminuição da carga, em especial o movimento de contentores, levou também à diminuição da receita com o ISPS (- 27 milhares de euros ; - 11,4%);
  - Náutica de Recreio e atividade marítimo-turística (+ 146 milhares de euros; +7,3%).
- No âmbito dos Outros Rendimentos e Ganhos (+1 455 milhares de euros):
  - A parte de receitas provenientes de Usos Dominiais contabilizadas em Outros Rendimentos e ganhos evidenciaram uma recuperação face ao período



homólogo de 2017 (+ 526 milhares de euros ; 6,3%) devido a celebração de novos contratos na sequência de ocupação de espaços / renovações contratuais;

- A mais-valia decorrente da venda de terreno situado na Rua da Manutenção (429 milhares de euros);
- O aumento de Rendimentos de Anos Anteriores face a 2017 (+ 298 milhares de euros) justifica-se no essencial pela faturação em 2018 de consumos de água relacionados com o auto de transferência para a Câmara Municipal de Lisboa de áreas anteriormente integradas na área de jurisdição da APL (220 mil euros).

Em sentido inverso, observam-se diminuições nas seguintes rubricas:

- Menor volume de horas imputadas a projetos comunitários (trabalhos para a própria empresa), devido à conclusão do projeto e-Impact em junho de 2018 (- 81 milhares de euros; -37,7%);
- Diminuição de Reversões (- 230 milhares de euros;- 93,2%) devida à anulação de provisões para processos judiciais em curso efetuada em 2017;
- Diminuição dos ganhos de justo valor (- 140 milhares de euros; -35,5%) devida às alterações de valor do derivado existente.

## Volume de Negócios

Ainda no âmbito dos ganhos, mas na perspetiva do Volume de Negócios da empresa (indicador que integra, para além das Vendas e Serviços Prestados, uma parte das receitas contabilizadas em Outros Rendimentos e Ganhos) apresenta-se a evolução:

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Volume de Negócios	VAR 18/17	VAR 18/16
13 245 712	12 167 902	9 934 675	Regulamento de Tarifas	8,9%	33,3%
17 532 636	17 548 652	17 367 662	Concessões	-0,1%	0,9%
2 140 424	1 994 058	1 939 930	Náutica Recreio e Ativ. Marít.-Turística	7,3%	10,3%
310 152	353 006	289 457	Outras Prestações de Serviços	-12,1%	7,1%
<b>33 228 925</b>	<b>32 063 618</b>	<b>29 531 723</b>	<b>Serviços Prestados</b>	<b>3,6%</b>	<b>12,5%</b>
8 916 505	8 390 195	7 928 746	Usos Dominiais	6,3%	12,5%
3 829 307	3 763 640	3 808 950	Rendas/Rendimentos Prop. Investimento	1,7%	0,5%
<b>12 745 812</b>	<b>12 153 835</b>	<b>11 737 697</b>	<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>4,9%</b>	<b>8,6%</b>
<b>45 974 737</b>	<b>44 217 453</b>	<b>41 269 420</b>	<b>Volume Neg. Atividade Corrente</b>	<b>4,0%</b>	<b>11,4%</b>
351 005	53 247	-33 711	Rendimentos de anos anteriores	559,2%	-1141,2%
<b>46 325 742</b>	<b>44 270 700</b>	<b>41 235 709</b>	<b>Volume Negócios - TOTAL</b>	<b>563,2%</b>	<b>-1129,8%</b>



## 9.2. Gastos e Perdas

No final do ano 2018 o nível global de gastos ficou aquém do contabilizado em 2017 (- 2 488 milhares de euros ; -5,5%).

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Gastos e Perdas	VAR 18/17	VAR 18/16
6 325 195	7 616 140	6 357 755	Fornecimentos e Serviços Externos	-17,0%	-0,5%
17 584 904	17 314 001	16 718 756	Gastos com o Pessoal	1,6%	5,2%
13 276 153	13 145 554	13 844 525	Depreciações e Amortizações	1,0%	-4,1%
975 552	1 833 509	381 636	Perdas por Imparidade	-46,8%	155,6%
0	0	0	Perdas/Redução Justo Valor	--	--
146 940	138 056	1 203 558	Provisões	6,4%	-87,8%
2 581 476	2 945 407	2 255 741	Outros Gastos e Perdas	-12,4%	14,4%
1 697 090	2 082 223	2 511 198	Juros e Gastos Similares Suport.	-18,5%	-32,4%
<b>42 587 311</b>	<b>45 074 889</b>	<b>43 273 169</b>	<b>Total</b>	<b>-5,5%</b>	<b>-1,6%</b>

– Fornecimentos e Serviços Externos (- 1 291 milhares de euros ; -17%) dos quais:

• Diminuições, com destaque para:

- A conta de "Outros serviços" teve a redução mais relevante em termos absolutos (-1 300 milhares de euros; -97,1%) devido à contabilização de parte dos gastos do evento VOR em 2017. Em menor escala mas afetada pelo mesmo acontecimento (em cerca de 65 mil euros) foi a conta de Vigilância e Segurança, que em 2018 apresentou um total inferior ao de 2017 (- 53 milhares de euros).
- A rubrica de Dragagens de Manutenção, que é geralmente a mais representativa no âmbito dos FSEs (17% em 2017 e 14% em 2018), apresentou uma execução financeira menor que a de 2017 (- 417 milhares de euros ; -31,8%);
- A redução de consumos de energia elétrica bem como a variação de -4,4% nas tarifas de acesso às redes levou a uma diminuição de 64 mil euros nos custos de energia (-9,7%);

• Aumentos mais significativos:

- Em termos de Publicidade e Propaganda (+ 386 milhares de euros) é de destacar a realização do evento SEATRADE2018, que representou um gasto total de 431 mil euros em FSE, dos quais 410 mil registados nesta rubrica;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'WJ', 'H', 'P', and 'Ribeira'.



No que respeita a Trabalhos Especializados (+ 139 milhares de euros ; 35,6%), importa referir os acréscimos nas seguintes áreas face a 2017:

- Trabalhos complementares às dragagens efetuadas (levantamentos hidrográficos e caracterização de sedimentos) – de 40 mil para 79 mil euros;
- Assessoria no âmbito dos sistemas de informação – de 96 para 116 mil euros;
- Prestação de serviços de revisão legal de contas – com aumento de cerca de 23 mil euros, uma vez que o novo ROC foi nomeado no início de 2018 para proceder à revisão de contas dos anos 2016 a 2018, conforme referido no ponto 8.16 deste relatório;
- Alguns dos processos em curso envolveram pareceres jurídicos de montantes mais significativos, designadamente sobre o regime de IVA Doca de Pedrouços e IRC2013 e o dossier "Ação Cível – Matinha, para além de algum acréscimo na prestação de serviços mensal devido a mais horas adicionais face ao ano anterior. Estes trabalhos implicaram um aumento de 54 mil euros;
- No ano 2018 os projetos com financiamento comunitário envolveram mais encargos com FSEs do que no ano anterior (+26 mil euros).

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Fornecimentos e Serviços Externos	VAR 18/17	VAR 18/16
528 297	389 670	725 546	Trabalhos Especializados	35,6%	-27,2%
570 656	184 635	159 402	Publicidade e Propaganda	209,1%	258,0%
811 091	864 478	874 170	Vigilância e Segurança	-6,2%	-7,2%
896 554	1 313 858	668 901	Conserv.Repar. - Dragagens	-31,8%	34,0%
1 195 732	1 168 521	1 626 454	Restante Conserv.Repar.	2,3%	-26,5%
154 967	136 691	121 595	Combustíveis	13,4%	27,4%
712 740	791 590	749 285	Água e eletricidade	-10,0%	-4,9%
122 657	99 109	134 905	Rendas e alugueres	23,8%	-9,1%
68 231	74 143	88 145	Comunicações	-8,0%	-22,6%
158 527	169 808	177 993	Seguros	-6,6%	-10,9%
670 385	653 382	566 840	Limpeza, Higiene e Conforto	2,6%	18,3%
435 357	1 770 256	464 518	Outros FSE	-75,4%	-6,3%
<b>6 325 195</b>	<b>7 616 140</b>	<b>6 357 755</b>	<b>Total</b>	<b>-17,0%</b>	<b>-0,5%</b>



- Gastos com o Pessoal (+ 271 milhares de euros ;+ 1,6%) dos quais:
  - Remunerações dos órgãos sociais, com uma redução de 5 mil euros (-2,2%) devido à saída de um dos membros do Conselho Fiscal e julho de 2018;
  - Remunerações do pessoal e respetivos encargos, com um aumento de 260 mil euros (+1,6%), que decorre no essencial de acessos na carreira e diuturnidades (já que o número de trabalhadores ao serviço não apresentou variação face ao período homólogo) e do aumento do subsídio de refeição;
  - Benefícios Pós-emprego, com um aumento de 29 mil euros (+39,1%), em grande medida nas pensões por acidente;
  - Seguros/ ação social, com uma redução de 26 mil euros (-5,7%), com destaque para a diminuição de encargos com o auxílio para estudos (-24 mil euros);
  - Outros gastos com o pessoal, que sofreram um acréscimo de 13 mil euros (+16,3%) e onde se destaca o aumento da formação interna, com cerca de +13 mil euros.

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Gastos com o Pessoal	VAR 18/17	VAR 18/16
242 483	247 843	264 902	Remuneração dos Órgãos Sociais	-2,2%	-8,5%
13 556 950	13 338 151	12 787 818	Remuneração do Pessoal	1,6%	6,0%
103 689	74 530	114 724	Benefícios Pós-emprego	39,1%	-9,6%
3 152 089	3 110 428	2 989 875	Encargos sobre Remunerações	1,3%	5,4%
436 301	462 771	478 828	Seguros e Ação Social	-5,7%	-8,9%
93 392	80 279	82 609	Outros Gastos com o Pessoal	16,3%	13,1%
<b>17 584 904</b>	<b>17 314 001</b>	<b>16 718 756</b>	<b>Total</b>	<b>1,6%</b>	<b>5,2%</b>

- Perdas por Imparidade (- 858 milhares de euros ;- 46,8%) apresentam uma redução explicada pela anulação de parte da imparidade correspondente à dívida do navio arretado no porto, conforme referido no início deste capítulo.
- Outros gastos e Perdas (-364 milhares de euros ;-12,4%), onde se destacam as reduções que resultam do registo em 2017 de abates de bens das concessões a reverter e da reposição de IVA referente às intervenções realizadas na Doca de Pedrouços.
- Juros e Gastos Similares (-385 milhares de euros ;-18,5%) com uma redução decorrente da diminuição do passivo remunerado (vide ponto 9.3).

PP



### Gastos Operacionais

Este conjunto de gastos registou uma variação absoluta de – 1 020 mil euros (-4,1%) devido ao decréscimo considerável dos FSEs, conforme atrás referido.

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Gastos Operacionais	VAR 18/17	VAR 18/16
6 325 195	7 616 140	6 357 755	Fornecimentos e Serviços Externos	-17,0%	-0,5%
17 584 904	17 314 001	16 718 756	Gastos com o Pessoal	1,6%	5,2%
<b>23 910 099</b>	<b>24 930 141</b>	<b>23 076 510</b>	<b>Total</b>	<b>-4,1%</b>	<b>3,6%</b>

### 9.3. Endividamento e juros associados

A APL vem reduzindo substancialmente o seu nível de endividamento e, conseqüentemente, os juros associados conforme se pode observar nos quadros seguintes.

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Financiamentos Obtidos	VAR 18/17	VAR 18/16
59 432 723	72 615 925	86 611 380		-18,2%	-31,4%

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Juros e Gastos Sim. Suportados	VAR 18/17	VAR 18/16
1 697 090	2 082 223	2 511 198		-18,5%	-32,4%

### 9.4. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento

Relativamente aos prazos médios de pagamentos e recebimentos verificou-se a seguinte evolução:

2018	2017	2016	Clientes e Fornecedores	VAR 18/17	VAR 18/16
61	43	53	<b>Prazo Médio de Pagamentos</b> (nos termos da RCM 34/2008, de 22 fev., com alteração Despacho 9870/2009, de 13 abril)	18	8
43	51	49	<b>Prazo Médio de Recebimentos</b> (Saldo clientes/Vol negócios) *365	-8	-5

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Uq', 'Rhoque', and 'pp'.



## 9.5. Investimento

Apresenta-se nos quadros seguintes uma retrospectiva dos investimentos realizados no último triénio bem como resumo das ações e projetos desenvolvidos em 2018.

Este apuramento não inclui os bens das concessões registadas no imobilizado da APL em 2018.

(Unidade: Euro)

2018	2017	2016	Investimentos	VAR 18/17	VAR 18/16
5 441 162	1 080 817	1 744 402		403,4%	211,9%

ÁREA de ATIVIDADE PROJETOS / intervenções	Montante (euros)
<b>Autoridade Portuária</b>	<b>3 286 379</b>
Dragagem Cana da Barra Sul	1 950 242
Reabilitação de edifícios e infraestruturas terrestres diversas	279 923
Reabilitação Gare Marítima Alcântara	92 994
Reabilitação da envolvente do edifício do Ministério do Mar	41 058
Reabilitação de infraestruturas marítimas diversas	106 620
Reparação de equipamentos marítimos: lanchas, pontões e de	221 778
Lanchas: aquisição de embarcação	129 995
Arquivo histórico dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra	152 229
TIC - Atualização de sistemas e equipamentos	78 560
TIC - Projeto e-Impact	153 178
SIG - Sistema de informação geográfica	22 911
Equipamento hidrográfico	30 225
Outros investimentos	26 665
<b>Carga</b>	<b>511 643</b>
Projeto Via Lisboa	511 643
<b>Cruzeiros</b>	<b>63 750</b>
Terminal de Cruzeiros de Lisboa - Nova Gare	63 750
<b>Frentes ribeirinhas</b>	<b>1 554 283</b>
Reabilitação do Terraplino de St.ª Apolónia	1 526 374
Requalificação de zonas portuárias	27 909
<b>Náutica de Recreio</b>	<b>25 107</b>
Doca Alcântara	6 770
Doca Bom Sucesso	13 120
Doca St.º Amaro	5 217
<b>Sub-Total</b>	<b>5 441 162</b>
Fundo Compensação Trabalho (1)	1 205
<b>Total</b>	<b>5 442 367</b>

(1) O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP' and 'Rhom'.



## **10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS**

- 10.1. Demonstrações financeiras - 91
  - Balanço - 92
  - Demonstração de Resultados por Naturezas - 93
  - Demonstração de Fluxos de Caixa - 94
  - Demonstração de Alterações do Capital Próprio - 95
- 10.2. Notas às Demonstrações Financeiras – 96

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cley', 'R', 'E', 'PL', and 'Rhom'.*



(página deixada propositadamente em branco)

W. P. F.  
PP R. P.



### 10.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ug', 'PP', and 'Rhom'.



## Balço

		(Unidade: Euro)	
Rubricas	Notas	2 018	2 017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	4	247 489 083,01	251 936 040,42
Propriedades de Investimento	5	53 589 452,64	55 627 743,77
Ativos Intangíveis	6	33 159 572,03	34 252 466,63
Outros ativos financeiros	12	3 907,38	3 077,81
Outras Contas a Receber	10		
<b>Total do Ativo não Corrente</b>		<b>334 242 015,06</b>	<b>341 819 328,63</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	7	6 493 810,60	7 277 220,09
Adiantam. <sup>tos</sup> a Fornecedores e Depósitos Cauçã	19	1 767,10	1 650,90
Estado e Outros Entes Públicos	8	343 706,98	315 155,73
Outras Conta a Receber	9	4 173 673,33	3 984 012,55
Diferimentos	10	374 208,48	461 172,84
Ativos não Correntes detidos para Venda	11		
Caixa e Depósitos Bancários	12	12 196 436,32	14 872 302,80
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>23 583 602,81</b>	<b>26 911 514,91</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>357 825 617,87</b>	<b>368 730 843,54</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Realizado	13	60 000 000,00	60 000 000,00
Reservas Legais	13	4 848 865,75	4 407 869,84
Outras reservas	13	81 390 207,70	80 120 431,26
Resultados Transitados	13	21 465 998,64	20 611 887,85
Outras variações do Capital Próprio	13	46 868 391,26	47 445 192,87
Resultado Líquido do Período	13	7 292 399,02	4 409 959,14
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>221 865 862,37</b>	<b>216 995 340,96</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões	14	2 543 205,42	2 396 265,66
Financiamentos obtidos	15	37 678 484,51	50 296 391,67
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	16	7 383 259,99	8 516 481,32
Passivos por Impostos Diferidos	17	3 356 906,19	2 994 068,94
Outras Contas a Pagar	18	10 251 895,10	10 573 275,33
<b>Total do Passivo não Corrente</b>		<b>61 213 751,21</b>	<b>74 776 482,92</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	19	1 034 846,64	1 476 468,82
Adiantamentos de Clientes	7	993 932,97	1 040 427,70
Estado e Outros Entes Públicos	8	3 050 531,28	1 438 376,77
Acionistas / Sócios		1 845 076,00	
Financiamentos Obtidos	15	21 754 238,00	22 319 533,00
Outras Contas a Pagar	18	6 737 104,53	6 886 167,03
Diferimentos	10	39 190 690,83	43 403 958,37
Passivos Financeiros detidos para Negociação	20	139 584,04	394 087,97
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>74 746 004,29</b>	<b>76 959 019,66</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>135 959 755,50</b>	<b>151 735 502,58</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>357 825 617,87</b>	<b>368 730 843,54</b>

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Conselho de Administração

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal



## Demonstração de Resultados

(Unidade: Euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	2 018	2 017
Vendas e Serviços Prestados	21	33 228 924,61	32 063 617,82
Subsídios à Exploração		31 082,28	9 975,37
Trabalhos para a Própria Entidade		132 858,81	213 379,50
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-6 325 195,21	-7 616 139,56
Gastos com o Pessoal	23	-17 584 904,12	-17 314 000,95
Imparidades de Dívidas a Receber	24	-973 110,48	-1 648 175,16
Provisões (Aumentos/Reduções)	14	-146 939,76	39 600,94
Aumentos/Reduções do Justo Valor	20,28	254 503,93	394 856,00
Outros Rendimentos e Ganhos	25	19 041 953,29	17 587 067,63
Outros Gastos e Perdas	26	-2 581 476,29	-2 945 406,56
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>25 077 697,06</b>	<b>20 784 775,03</b>
Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações	4,5,6	-13 276 152,71	-13 145 554,14
Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis (Perda/Reversão)	4,5	14 327,00	-116 567,90
<b>Resultados Operacionais (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>11 815 871,35</b>	<b>7 522 652,99</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	27	0,00	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados	28	-1 697 090,26	-2 082 222,80
<b>Resultado antes de Imposto</b>		<b>10 118 781,09</b>	<b>5 440 430,19</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	29	-2 826 382,07	-1 030 471,05
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>7 292 399,02</b>	<b>4 409 959,14</b>
Resultado por Ação		0,61	0,37

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal

Conselho de Administração



## Demonstração de Fluxos de Caixa

(Unidade: Euro)

	2018	2017
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	45 117 102,39	41 703 248,88
Pagamentos a Fornecedores	-8 072 940,99	-5 159 277,22
Pagamentos ao Pessoal	-18 250 783,20	-18 056 175,95
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>	<b>18 793 378,20</b>	<b>18 487 795,71</b>
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	-1 036 615,33	-934 482,64
Outros Recebimentos/Pagamentos	-2 714 367,29	-681 645,31
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)</b>	<b>15 042 395,58</b>	<b>16 871 667,76</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-3 534 866,91	-2 151 669,18
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	540 177,60	1 784,00
Subsídios ao Investimento	129 203,19	84 278,47
Juros e recebimentos Similares		275,20
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)</b>	<b>-2 865 486,12</b>	<b>-2 065 331,51</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	5 000 000,00	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-18 192 589,16	-14 009 868,72
Juros e Gastos Similares	-1 660 186,78	-2 042 238,88
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)</b>	<b>-14 852 775,94</b>	<b>-16 052 107,60</b>
<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)</b>	<b>-2 675 866,48</b>	<b>-1 245 771,35</b>
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	14 872 302,80	16 118 074,15
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	12 196 436,32	14 872 302,80
Variação de Disponibilidades	-2 675 866,48	-1 245 771,35

Diretora  
Finanças e  
Suporte

Ana Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Conselho de Administração

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal

Ricardo Roque



## Demonstração de Alterações de Capital Próprio

(Unidade: Euro)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>3 926 327,74</b>	<b>78 929 064,23</b>	<b>17 274 284,61</b>	<b>48 213 292,65</b>	<b>4 815 421,01</b>	<b>213 158 390,24</b>
<b>Alterações no Período</b>							
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio			195 091,36		-768 099,78		-573 008,42
Aplicação do Result. Líquido do Período Findo em 31/12/2016		481 542,10	996 275,67	3 337 603,24		-4 815 421,01	
<b>Movimentos do Período</b>		<b>481 542,10</b>	<b>1 191 367,03</b>	<b>3 337 603,24</b>	<b>-768 099,78</b>	<b>-4 815 421,01</b>	<b>-573 008,42</b>
Resultado Líquido do Período Findo em 31/12/2017						4 409 959,14	4 409 959,14
<b>Resultado Integral</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>4 407 869,84</b>	<b>80 120 431,26</b>	<b>20 611 887,85</b>	<b>47 445 192,87</b>	<b>4 409 959,14</b>	<b>216 995 340,96</b>
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>							
Realização de Capital							
Distribuições							
Outra Operações							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>4 407 869,84</b>	<b>80 120 431,26</b>	<b>20 611 887,85</b>	<b>47 445 192,87</b>	<b>4 409 959,14</b>	<b>216 995 340,96</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>4 407 869,84</b>	<b>80 120 431,26</b>	<b>20 611 887,85</b>	<b>47 445 192,87</b>	<b>4 409 959,14</b>	<b>216 995 340,96</b>
<b>Alterações no Período</b>							
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio				-1 845 076,00	-576 801,61		-2 421 877,61
Aplicação do Result. Líquido do Período Findo em 31/12/2017		440 995,91	1 269 776,44	2 699 186,79		-4 409 959,14	0,00
<b>Movimentos do Período</b>		<b>440 995,91</b>	<b>1 269 776,44</b>	<b>854 110,79</b>	<b>-576 801,61</b>	<b>-4 409 959,14</b>	<b>-2 421 877,61</b>
Resultado Líquido do Período Findo em 31/12/2018						7 292 399,02	7 292 399,02
<b>Resultado Integral</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>4 848 865,75</b>	<b>81 390 207,70</b>	<b>21 465 998,64</b>	<b>46 868 391,26</b>	<b>7 292 399,02</b>	<b>221 865 862,37</b>
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>							
Realização de Capital							
Distribuições							
Outra Operações							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>60 000 000,00</b>	<b>4 848 865,75</b>	<b>81 390 207,70</b>	<b>21 465 998,64</b>	<b>46 868 391,26</b>	<b>7 292 399,02</b>	<b>221 865 862,37</b>

Diretora  
Finanças e  
SuporteAna Paula  
Rodrigues

Lídia Sequeira

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco

José Castel-Branco  
Vogal

Conselho de Administração

Ricardo Medeiros

Ricardo Medeiros  
dos Santos  
Vogal

Carlos Maio

Carlos Maio  
Correia  
Vogal

Ricardo Roque

Ricardo Roque  
Vogal



## 10.2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Nota 1 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras - 99
- Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas - 99
- Nota 3 – Fluxos de Caixa - 107
- Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis - 109
- Nota 5 – Propriedades de Investimento - 110
- Nota 6 – Ativos Intangíveis - 113
- Nota 7 – Clientes - 114
- Nota 8 – Estado e Outros Entes Públicos - 114
- Nota 9 – Outras Contas a Receber - 115
- Nota 10 – Diferimentos - 115
- Nota 11 – Ativos não Correntes Detidos para Venda - 116
- Nota 12 – Caixa e Depósitos Bancários - 116
- Nota 13 – Capital Próprio e Resultados Transitados - 116
- Nota 14 – Provisões - 118
- Nota 15 – Financiamentos Obtidos - 119
- Nota 16 – Benefícios Pós-Emprego - 119
- Nota 17 – Passivos por Impostos Diferidos - 120
- Nota 18 – Outros Passivos - 121
- Nota 19 – Fornecedores - 121
- Nota 20 – Outros Passivos Financeiros - 122
- Nota 21 – Rédito - 122
- Nota 22 – Fornecimentos e Serviços Externos - 123
- Nota 23 – Gastos com o Pessoal - 123
- Nota 24 – Imparidades de Dívidas a Receber - 124
- Nota 25 – Outros Rendimentos e Ganhos - 124
- Nota 26 – Outros Gastos e Perdas - 125
- Nota 27 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos - 125
- Nota 28 – Juros e Gastos Similares Suportados - 125
- Nota 29 – Impostos Sobre o Rendimento - 126
- Nota 30 – Partes Relacionadas - 128
- Nota 31 – Locações - 128
- Nota 32 – Garantias - 128
- Nota 33 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo - 129
- Nota 34 – Matérias Ambientais - 129
- Nota 35 – Outras informações - 130
- Nota 36 – Eventos Subsequentes - 139
- Nota 37 – Instalações Portuárias de Serviço Público - 140



## Identificação da Entidade e Enquadramento

Denominação Social: APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima de Capitais Exclusivamente Públicos

Sede: Gare Marítima de Alcântara 1350-355 Lisboa

Número de Pessoa Coletiva: Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 1ª Secção – sob o n.º 501202021 (anterior matrícula n.º 7913/1998-11-26).

A APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. foi inicialmente constituída sob a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-Lei nº336/98, de 3 de novembro, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APL, S.A. passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da empresa.

A APL, S.A. sucedeu assim automática e globalmente à Administração do Porto de Lisboa. Manteve a personalidade jurídica, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à APL, S.A. os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado e integrados no património da APL, S.A., S.A., todos os equipamentos e edifícios (ainda que implantados sobre terrenos dominiais) afetos à Administração do Porto de Lisboa.

A empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Lisboa do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passaram também a constituir património da APL, S.A., a imóvel do INPP afeto ao Departamento de Pilotagem de Lisboa.

A área de jurisdição do Porto de Lisboa, definida no Decreto-Lei 336/98 de 3 de Novembro, abrange, na vertente terrestre 11 concelhos: Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, estendendo-se por 110 km ribeirinhos. Na sua vertente fluvio-marítima abarca uma superfície de 32500 ha, tendo como limites, a jusante, o alinhamento das Torres de São Julião e Bugio e a montante, Vila Franca de Xira.

A APL, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Lisboa nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PL" and "Rogério".



Assim, são competências da empresa:

- A atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução modificação e extinção da licença ou concessão;
- O licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- A expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, no termos legais;
- A fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- A proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- O uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização;
- A assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a APL, S.A. pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APL, S.A., incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

A APL, S.A. terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da Política Comum de Transportes e da Política Nacional para o Sector Marítimo-Portuário, a empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infraestruturas portuárias, com o conseqüente afastamento da área operacional (cada vez mais *Landlord Port* e menos *Tool Port*) e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos contratuais das atuais concessões portuárias variam entre 6 e 30 anos.

A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 14 963 937 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 60 000 000 euros (ver Nota 13). Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.



### Nota 1 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período de 2018 foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF").

### Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das referidas demonstrações.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### - Ativos Fixos Tangíveis (Nota 4)

Os ativos fixos tangíveis, integrados à data de constituição da empresa, (ver "Identificação da Entidade e Enquadramento") foram subsequentemente registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do "Valor em Uso Continuado".

Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e respetivas despesas de compra, bem como quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração das respetivas instalações que a empresa espera incorrer. A metodologia adotada para cálculo foi o "custo considerado" à data de transição.

Os ativos tangíveis em curso representam os que se encontram em fase de construção, sendo a respetiva depreciação iniciada a partir do momento em que se encontram na condição de uso pretendida pela gestão.

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes são registadas em ativos fixos tangíveis, sendo as restantes registadas como gastos do período em que são efetuadas.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido como outros rendimentos e ganhos no período em que ocorre a alienação, quando seja apurada uma mais-valia ou como gastos e perdas, quando seja apurada uma menos-valia.

#### . Depreciações

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data em que o bem se encontra em condição de uso. As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens e que refletem o padrão de consumo dos benefícios económicos dos bens.



A APL, S.A. não tem registado nas suas contas de ativos fixos tangíveis os bens de domínio público por não constituírem bens controlados pela empresa. (ver “Identificação da Entidade e Enquadramento”).

O método de amortização utilizado para os ativos tangíveis é o das quotas constantes, sendo as principais taxas de depreciação consideradas as seguintes:

- Edifícios e Outras Construções (Infraestruturas Marítimas) - 2% e 1%
- Equipamento básico - 10% e 5%
- Equipamento de transporte - 25% e 20%
- Equipamento administrativo - 33,33% e 10%
- Outros ativos fixos tangíveis - 20% e 10%

#### ⇒ Bens de Áreas Concessionadas (Nota 2)

As alienações de ativos fixos tangíveis - equipamento básico aos concessionários tiveram lugar nos anos de 2000 e 2014, conforme se segue:

Concessionário	IVA	Valor (€)
Sotagus, S.A.	s/ iva	11 472 352
Terminal Multiusos do Beato	Isento	1 047 476
ETE - Empresa de Trafego e Estiva, S.A.	Isento	62 350
LCT - Lisbon Cruise Terminals, Lda	c/ iva	317 100

Na alienação de ativos fixos ao concessionário LCT - Lisbon Cruise Terminals, L.<sup>da</sup> (atual LCP – Lisbon Cruise Port, L.<sup>da</sup>), a APL,S.A. auferiu no ano de 2014 mais-valias no montante de 215 803 €, reconhecidas ao longo do prazo da concessão que finaliza no ano 2049.

No que se refere às infraestruturas as mesmas mantêm-se incluídas no património da APL, S.A. e encontram-se relevadas nos seus ativos fixos tangíveis (vide nota 4).

Como contrapartida da cedência dessas infraestruturas, a APL, S.A. recebe uma renda durante o período da concessão. Essas rendas encontram-se registadas na rubrica de prestações de serviços (vide nota 21).

Procedeu-se ao registo contabilístico no ativo fixo tangível e intangível dos bens das concessões portuárias de serviço público a reverter gratuitamente, e que à data do final do prazo da concessão apresentavam valor efetivo, mediante a atribuição da vida útil económica estimada pela APL, S.A.. (vide nota 6 e nota 37).

#### · Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento, e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, foi incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que foram incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideraram-se como infraestruturas portuárias os cais e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.



O ativo intangível foi reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível foi reconhecido em subconta apropriada da 4326 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo será amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos foram reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível/tangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

#### . Mensuração

A mensuração inicial foi realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário foi obtido com base em informação contabilística a fornecida pelo mesmo. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

#### . Venda de ativos ao concessionário

A mais-valia obtida no início do contrato e apurada na venda de ativos a concessionários é diferida pelo período de vigência do contrato de concessão.

#### . Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo é realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 4326 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.



Procedeu-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação a ocorrer no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

– Caixa e equivalentes a caixa (Nota 3)

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor e com prazo inferior a 90 dias.

– Propriedades de Investimento (Nota 5)

As propriedades de investimento compreendem bens detidos pela empresa pelos quais se obtêm rendimentos. As propriedades são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, sendo mensuradas subsequentemente pelo modelo do custo. Os ativos incluídos nesta rubrica estão mensurados ao custo de aquisição, apurado à data da transição.

O método de depreciação utilizado para as propriedades de investimento é o das quotas constantes, sendo a vida útil considerada de 50 anos.

Os rendimentos relacionados com propriedades de investimento em utilização são registados na rubrica outros rendimentos e ganhos e reconhecidos no período a que se referem (vide nota 25).

– Ativos Intangíveis (Nota 6)

São constituídos essencialmente por projetos e programas de informática e encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis em curso representam os que se encontram em fase de implementação, sendo a respetiva depreciação iniciada a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso.

O método de amortização utilizado para os ativos intangíveis é o das quotas constantes, sendo as vidas úteis consideradas as seguintes:

- Programas de Computador - 33,33%
- Outros Ativos Intangíveis - 10% e 3,33%

– Contas a Receber de Clientes e Outras Contas a Receber (Notas 7 e 9)

As contas a receber de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas das respetivas perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a



quantia registada e o seu valor recuperável, determinado com base numa avaliação económico-financeira (vide nota 24). O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

– Ativos Não Correntes Detidos para Venda (Nota 11)

Os ativos são classificados desta forma quando a sua quantia escriturada for recuperada através da venda e não pelo seu uso continuado. Considera-se que esta condição apenas se verifica quando a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. Essa venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como detido para venda. Estes ativos encontravam-se mensurados pelo valor contabilístico à data da transição.

A 31/12/2018 não existiam bens desta natureza registados uma vez que o último ativo foi alienado em 2016.

– Provisões (Nota 14)

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. Pondera-se que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste na melhor estimativa dos recursos necessários para regularizar a obrigação.

As provisões são revistas na data do relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A empresa possui provisões para processos judiciais em curso destinadas a fazer face a encargos esperados decorrentes dos referidos processos.

A provisão constituída tem como base a informação prestada pelo gabinete jurídico e os pedidos de indemnização existentes, devidamente ponderados pelo expectável desfecho da decisão judicial.

– Financiamentos Obtidos (Nota 15)

Os financiamentos obtidos são reconhecidos no passivo corrente (curto prazo) e não corrente (médio/longo prazo) pelo valor da obrigação, tendo por base o custo amortizado (método do juro efetivo).

Os juros decorrentes destes empréstimos são reconhecidos como juros e gastos similares suportados na demonstração dos resultados.

– Benefícios Pós-Emprego (Nota 16)

A empresa adota como política contabilística para reconhecimento das responsabilidades acima referidas, o critério previsto na NCRF 28 – contabilização dos juros e dos serviços correntes em gastos do período e dos ganhos e perdas atuariais em capitais próprios.



Para a cobertura destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudos atuariais desenvolvidos anualmente por entidade independente, foram constituídas provisões, as quais se encontram registadas na rubrica de benefícios pós-emprego - pensões e assistência médica e medicamentosa.

o Pensões

- Nos termos do artigo nº 2 do Dec. Lei nº 336/98, de 3 de novembro, a APL, S.A. ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras administrações portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do ex-INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Dec. Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o Departamento de Pilotagem do Porto de Lisboa.
- A empresa possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados, no âmbito do Dec. Lei nº 42 880 de 21 de março de 1960, Dec. Lei nº 605/73 de 13 de novembro e Dec. Lei nº 404/82 de 24 de setembro, respetivamente.

o Ação Social

- Assistência Médica e Medicamentosa e Assistência Hospitalar

A empresa tem instituídos determinados benefícios de ação social pós-emprego para os colaboradores afetos à Caixa Geral de Aposentações e seus familiares.

No ano 2009 o Regulamento das Obras Sociais e Culturais sofreu uma alteração significativa com a integração na ADSE dos beneficiários (ativos, aposentados e outros titulares, admitidos até 1 de Janeiro de 1998) que à data de 31 de dezembro de 2009 ainda se encontravam inscritos nas OSC.

A participação da empresa passou a corresponder a 50% do montante suportado pelo beneficiário relativamente às despesas médicas previamente participadas pela ADSE, até ao limite fixado por esta entidade.

– Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 20)

Sempre que disponível, o justo valor dos derivativos é estimado com base em cotações de mercado. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivativos é estimado através do método de fluxos de caixa descontados, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivativos de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

– Rédito (Nota 21)

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, bem como das taxas dominiais e das rendas de propriedades de investimento, cobradas aos utilizadores de espaços na área de jurisdição da APL, S.A.. Esses valores são registados líquidos de impostos e de eventuais descontos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CP', 'PP', and 'BR'.



– Impostos Sobre o Rendimento (Nota 29)

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, a empresa adota o disposto na NCRF 25.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Estes impostos são registados em resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos ganhos e perdas, apenas dedutíveis ou tributáveis noutros períodos.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São geralmente reconhecidos ativos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas na data do relato.

– Locações (Nota 31)

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração estão contabilizados pelo método da locação operacional, sendo as rendas pagas reconhecidas como gasto do período a que respeitam.

– Subsídios do Governo (Nota 33)

Em conformidade com a NCRF 22, os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos registados em capitais próprios e posteriormente reconhecidos como rendimentos ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (ver Nota 25).

Nos capitais próprios – Outras variações no capital próprio, estes subsídios são apresentados líquidos do efeito fiscal, os quais a partir de 2013 passaram a ser registados em Outras Contas a Pagar, conforme preconizado pela CNC – FAQ13.

– Matérias Ambientais (Nota 34)

Por norma, os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incursos, salvo exceções, em que os estudos ambientais levados a cabo no âmbito de projetos de construção, caso em que são registados como ativos tangíveis em curso. Concluída a obra, e com o início da utilização, são transferidos para ativos tangíveis.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Phon'.*



- Especialização de Exercícios

A empresa regista os seus ganhos e perdas de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os ganhos e perdas são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou liquidadas, sendo as diferenças registadas na rubrica de diferimentos.

- Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

Durante o período findo em 31/12/2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e pressupostos subjacentes à preparação das demonstrações financeiras foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Ativos Fixos Tangíveis/ Estimativas de Vidas Úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição/obra, sendo utilizado o método da linha reta a partir da data em que se encontra na condição de uso pretendido pela gestão.

As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

- Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e nos valores contabilísticos dos passivos e respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas.

- Imparidade de Ativos (Notas 5 e 24)

O valor da perda por imparidade corresponde à totalidade do valor da dívida e é reconhecido na demonstração de resultados.



### Nota 3 – Fluxos de Caixa

#### ▪ Movimentos do período

O ano 2018 apresenta uma variação de -2 676 milhares de euros, o que representa uma redução de disponibilidades superior à verificada no ano transato, resultando num saldo de caixa/DO no final do período 18% inferior ao de 2017.

(Unidade: Euro)		
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	15 042 396	16 871 668
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	-2 865 486	-2 065 332
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	-14 852 776	-16 052 108
<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)</b>	<b>-2 675 866</b>	<b>-1 245 771</b>

#### a. Atividades Operacionais

O aumento dos montantes relativos a recebimentos de clientes não permitiu compensar os aumentos verificados nos pagamentos, levando a uma diminuição de fluxos das atividades operacionais.

#### b. Atividades de Investimento

Os fluxos associados a estas atividades refletem também uma variação que decorre do aumento de pagamentos devido ao maior volume de investimentos realizados em 2018: 5 465 mil euros (face a 1 079 mil euros em 2017).

#### c. Atividades de Financiamento

O montante de amortizações de capital em termos líquidos no ano de 2018 foi ligeiramente inferior ao ano de 2017, 13 192 589 euros (ano 2017: 14 009 869 euros).

Com o objetivo de manter o decréscimo contínuo dos gastos financeiros, a APL, S.A. no último trimestre do ano de 2018 procedeu a uma consulta ao mercado bancário, tendo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos um financiamento de curto prazo no montante de 5 000 000 euros com um "pricing" muito competitivo, spread 0,4%, e procedeu à amortização parcial de outro financiamento de curto prazo obtido junto do Banco Santander em anos anteriores, com um spread de 2,35%.

#### ▪ Desagregação de caixa e depósitos bancários

A desagregação dos montantes que integravam a rubrica de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2017 e de 2018 é a seguinte:

(Unidade: Euro)		
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa	32 694	72 365
Depósitos bancários	12 163 742	14 799 938
<b>Total Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>12 196 436</b>	<b>14 872 303</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



- Saldos não disponíveis para uso

Para a construção dos edifícios sitos no Cais do Sodré destinados à instalação das Agências Europeias, AESM – Agência Europeia de Segurança Marítima e OEDT – Observatório Europeu contra a Droga e Toxicodependência em Portugal foi obtido um financiamento de médio/longo prazo junto a um sindicato bancário constituído pelas Entidades Bancárias, Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco.

Para efeitos de liquidação do referido empréstimo foi constituída uma conta reserva consignada exclusivamente para o depósito das rendas e o serviço da dívida.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2018 os saldos constantes da referida conta eram os seguintes:

2017 - 566 574 euros

2018 - 693 649 euros

- Disponibilidades depositadas no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública a 31 de dezembro

<b>Disponibilidades</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
IGCP	6 092 039	10 274 895
Banca Comercial	6 071 703	4 525 043
TOTAL	12 163 742	14 799 938

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "R.Royne".



### Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis

Indicam-se no quadro seguinte as variações dos ativos fixos tangíveis da empresa no período de 01/01/2017 a 31/12/2018:

(Unidade: Euro)

Ativos Fixos Tangíveis	Edifícios (432)	Equipam.º Básico (433)	Equipam.º Transporte (434)	Equipam.º Administat. (435)	Outros Ativos Fixos Tangíveis (437)	Perdas por Imparidade Acumuladas (439) (a)	Ativos Fixos Tangíveis em Curso (453)	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2017</b>								
Custo de Aquisição	415 777 701	17 432 013,41	378 522	3 308 025	9 517 753	-3 114 940	3 210 103	446 509 177
Depreciações Acumuladas	-158 957 881	-15 472 193,41	-341 758	-2 665 982	-9 414 289	0	0	-186 852 103
<b>Valor Líquido a 01/01/2017</b>	<b>256 819 820</b>	<b>1 959 820,00</b>	<b>36 764</b>	<b>642 043</b>	<b>103 464</b>	<b>-3 114 940</b>	<b>3 210 103</b>	<b>259 657 074</b>
<b>Movimentos do Período</b>								
Aumentos								
Aquisições	342 482	35 019,45	116 954	91 726	39 026		137 691	762 900
Aquisições de Bens reversíveis								0
Depreciações - Alienações/Abates								0
Outras	1 129 112							1 129 112
Diminuições								0
Depreciações	-8 876 931	-582 452,45	-27 985	-82 690	-82 525			-9 652 584
Depreciações de Bens reversíveis								0
Alienações/Abates								0
Outras	-19 226							-19 226
Perdas por imparidade								0
Reversões de Perdas por imparidade						55 763		55 763
Transferências de AFT em curso	1 885 662						-1 885 662	0
Outras transferências							3 001	3 001
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-5 538 900</b>	<b>-547 433,00</b>	<b>88 969</b>	<b>9 036</b>	<b>-43 499</b>	<b>55 763</b>	<b>-1 744 969</b>	<b>-7 721 034</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>								
Custo de Aquisição	415 928 833	17 467 032,86	495 476	3 393 188	9 556 779	0	1 465 134	448 306 443
Depreciações Acumuladas	-167 707 090	-16 054 645,86	-369 743	-2 742 109	-9 496 814	0	0	-196 370 403
<b>Valor Líquido a 31/12/2017</b>	<b>248 221 743</b>	<b>1 412 387,00</b>	<b>125 733</b>	<b>651 079</b>	<b>59 965</b>	<b>0</b>	<b>1 465 134</b>	<b>251 936 040</b>
<b>1 de janeiro de 2018</b>								
Custo de Aquisição	415 928 833	17 467 032,86	495 476	3 393 188	9 556 779	0	1 465 134	448 306 443
Depreciações Acumuladas	-167 707 090	-16 054 645,86	-369 743	-2 742 109	-9 496 814	0	0	-196 370 403
<b>Valor Líquido a 01/01/2018</b>	<b>248 221 743</b>	<b>1 412 387,00</b>	<b>125 733</b>	<b>651 079</b>	<b>59 965</b>	<b>0</b>	<b>1 465 134</b>	<b>251 936 040</b>
<b>Movimentos do Período</b>								
Aumentos								
Aquisições	2 109 958,67	151 660,15		16 984,56	1 983 286,87		831 150,69	5 093 041
Aquisições de Bens reversíveis								0
Depreciações - Alienações/Abates		21 709,59	23 808,20					45 518
Outras							99 555,73	99 556
Diminuições								0
Depreciações	-8 879 413,43	-521 644,20	-39 508,00	-79 527,56	-115 536,87			-9 635 630
Depreciações de Bens reversíveis								0
Alienações/Abates		-21 709,59	-23 808,20					-45 518
Trabalhos para a própria entidade								0
Outras	-3 924,02							-3 924
Perdas por imparidade								0
Reversões de Perdas por imparidade								0
Transferências de AFT em curso	1 918,92	8 101,05					-10 019,97	0
Outras transferências								0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-6 771 460</b>	<b>-361 883,00</b>	<b>-39 508</b>	<b>-62 543</b>	<b>1 867 750</b>	<b>0</b>	<b>920 686</b>	<b>-4 446 957</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>								
Custo de Aquisição	418 036 787	17 626 794	495 476	3 410 173	11 540 066	0	2 385 820	453 495 116
Depreciações Acumuladas	-176 586 504	-16 576 290	-409 251	-2 821 637	-9 612 351	0	0	-206 006 033
<b>Valor Líquido a 31/12/2018</b>	<b>241 450 283</b>	<b>1 050 504</b>	<b>86 225</b>	<b>588 536</b>	<b>1 927 715</b>	<b>0</b>	<b>2 385 820</b>	<b>247 489 083</b>

(a) Constituição de imparidade para o abate de colunas "jet-grouting" na sequência das anomalias de tetadas na empreitada de "Reabilitação e Reforço do Cais entre St.ª Apolónia e Jardim do Tabaco - 2.ª fase" - Ver enquadramento na NOTA 35

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



Das aquisições efetuadas em 2018 destacam-se:

- Colunas jet -grouting do terraplano St.<sup>a</sup> Apolónia, Projeto Via Lisboa, Pavimentação do parque do jardim do Tabaco, Aquisição de nova lancha de pilotagem e a Instalação do mobiliário de arquivo do novo centro de documentação do Barreiro.

#### Nota 5 – Propriedades de Investimento

Encontram-se registados como Propriedades de Investimento:

- a. O edifício “Vasco da Gama”, registado com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”;
- b. Edifícios e terreno situado junto à Av. Da Ribeira das Naus, no Cais do Sodré, ocupados pela Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) e pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), tendo sido registados pelo valor de construção dos imóveis, acrescido do valor do respetivo mobiliário e equipamento audiovisual;
- c. Edifícios situados em Pedrouços para utilização da Fundação Champalimaud, registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”;
- d. Todos os outros edifícios situados na área de jurisdição do porto de Lisboa que, à data do balanço não estão a ser utilizados na atividade da APL, S.A., encontrando-se arrendados ou para arrendamento num futuro próximo, registados com base em avaliação patrimonial efetuada por entidades independentes, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Apesar de a empresa adotar como critério de registo o do valor contabilístico à data da transição do sistema POC para o SNC, relativamente ao grupo de bens referidos na alínea d) foi elaborada para o fecho do ano 2010 (com recurso a meios internos da APL, S.A.) uma avaliação destinada a determinar o Valor Razoável de Mercado (valor estimado de transação do imóvel) em uso continuado de cada imóvel, baseada nos seguintes pressupostos:

- Não foi considerado o valor do terreno;
- Não são propriedades de investimento os imóveis cujo uso está afeto aos serviços da Administração Portuária ou a quaisquer outras entidades ou autoridades, de natureza pública ou privada, que prossigam fins relacionados com a atividade portuária nas suas diversas vertentes de carga, passageiros, náutica de recreio ou outras atividades de apoio;
- Não são Propriedades de Investimento os imóveis cuja demolição ou eventual venda, se prevê venha a ocorrer no futuro próximo.
- Tomou-se por referência o rendimento efetivo dos imóveis, isto é, a taxa/renda em vigor para cada um, dado que, independentemente de quaisquer análises de mercado, sendo os contratos estabelecidos objeto de concurso ou consulta ao mercado, considera-se que o rendimento efetivo é ajustado ao seu valor de mercado.
- No que se refere à taxa de rendimento optou-se por utilizar a taxa média definida pela entidade supracitada, isto é, 6 %.

Calq  
PP  
Rhone



- No caso de imóveis devolutos, optou-se por uma taxa/renda potencial que, por comparação com outros imóveis com idênticas características, quer ao nível da localização, quer ao nível do tipo de utilização e estado de conservação, possam ser considerados similares quanto ao valor de mercado à data de 31/12/2010.
- Não obstante constituírem propriedades de investimento, excluíram-se desta avaliação interna os imóveis situados na zona ribeirinha entre Santos e o Cais do Sodré, dado que os mesmos foram, com referência a Agosto de 2010, objeto de uma avaliação realizada por uma entidade independente.

Valor das avaliações das Propriedades de Investimento (referidas na alínea d):

- Avaliação Interna de Propriedades de Investimento 54 685 975 euros.
- Avaliação de Propriedades de Investimento da zona ribeirinha entre Santos e o Cais do Sodré realizada por entidade independente – 20 381 621 euros.

Apesar de a avaliação ter sido efetuada em 2010, nos exercícios seguintes têm sido efetuados testes de imparidades às propriedades de investimento por forma a detetar algum indício de imparidade e proceder ao reconhecimento de eventuais perdas, sempre que aplicável.

ANO	VALOR	OBS.	
2011 - 2012	---		
2013	476 589,00	Constituição	Parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro
2014	-352 979,00	Reversão parcial	Parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro
	-123 610,00	Reversão parcial	Parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro
2015	42 838,43	Constituição	Decréscimo de valor patrimonial de Terreno na Rua do Açúcar (conforme notificação da Autoridade Tributária para efeitos de IMI)
2016	---		
2017	172 331,00	Constituição	Parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro, Armazém A e Pavilhão Oceano à Vista
2018	-14 327,00	Reversão	Parque de estacionamento a jusante da doca de Santo Amaro

À data de 31/12/2018 não foi efetuada qualquer atualização às avaliações anteriores por se considerar que as mesmas continuam a apresentar valores em linha com a evolução do mercado.

O montante das rendas referentes a propriedades de investimento em 2017 e 2018 foi o seguinte:

Propriedades de Investimento	(Unidade: Euro)	
	2018	2017
Valor das rendas	9 739 205	9 126 603

PP Rêgime



Indicam-se em seguida os movimentos registados em propriedades de investimento nos períodos de 2017 e 2018:

(Unidade: Euro)

Propriedades de Investimento	Terrenos e Recursos Naturais (421)	Edifícios e Outras Construções (422)	propriedades de investimento em curso (452)	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2017</b>				
Custo de Aquisição	1 989 954	81 972 703		83 962 657
Imparidades acumuladas	-42 838	0		-42 838
Depreciações Acumuladas	0	-26 159 671		-26 159 671
<b>Valor Líquido a 01/01/2017</b>	<b>1 947 116</b>	<b>55 813 032</b>		<b>57 760 148</b>
Aumentos				
Aquisições		7 009		7 009
Depreciações				0
Imparidade - redução				0
Diminuições				
Depreciações		-1 967 082		-1 967 082
Perdas por imparidade		-172 331		-172 331
Alienações/Abates				0
Outras				0
Transferências em Curso				0
<b>Movimentos do Período</b>		<b>-2 132 404</b>		<b>-2 132 404</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>				
Custo de Aquisição	1 989 954,20	81 979 711,89		83 969 666
Imparidades acumuladas	-42 838,43	-172 331,00		-215 169
Depreciações Acumuladas	0	-28 126 753		-28 126 753
<b>Valor Líquido a 31/12/2017</b>	<b>1 947 115,77</b>	<b>53 680 628,00</b>		<b>55 627 743,77</b>
<b>1 de janeiro de 2018</b>				
Custo de Aquisição	1 989 954,20	81 979 711,89		83 969 666,09
Imparidades acumuladas	-42 838,43	-172 331,00		-215 169,43
Depreciações Acumuladas	0,00	-28 126 752,89		-28 126 752,89
<b>Valor Líquido a 01/01/2018</b>	<b>1 947 115,77</b>	<b>53 680 628,00</b>		<b>55 627 743,77</b>
Aumentos				
Aquisições			9 180	0
Depreciações				0
Imparidade - redução		14 327		14 327
Diminuições				
Depreciações		-1 951 065		-1 951 065
Perdas por imparidade				0
Alienações/Abates	-110 733			-110 733
Outras				0
Transferências em Curso				0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-110 733</b>	<b>-1 936 738</b>	<b>9 180</b>	<b>-2 047 471</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>				
Custo de Aquisição	1 879 221	81 979 712	9 180	83 858 933
Imparidades acumuladas	-42 838	-158 004		-200 842
Depreciações Acumuladas	0	-30 077 818	0	-30 077 818
<b>Valor Líquido a 31/12/2018</b>	<b>1 836 383</b>	<b>51 743 890</b>	<b>9 180</b>	<b>53 580 273</b>

De referir neste âmbito o projeto do novo parque de estacionamento dos edifícios das Agências europeias.

Handwritten signatures and initials: "Wdy", "H", "PP", "Rhome".



### Nota 6 – Ativos Intangíveis

À data de 31 de dezembro de 2018, os Ativos Intangíveis são constituídos por programas informáticos. Foram ainda incluídos, conforme critérios estabelecidos para as administrações portuárias após consulta à Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os bens a reverter de concessões portuárias de serviço público e respetivas amortizações.

Indicam-se no quadro seguinte os movimentos registados nos períodos de 2017 e 2018:

Ativos Intangíveis	Programas de Computador	Bens Reversíveis	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	(Unidade: Euro)
					TOTAL
	(443)	(445)	(446)	(454)	
<b>1 de janeiro de 2017</b>					
Custo de Aquisição	7 404 883	48 418 078	299 279	9 092 851	65 215 090
Alienações/Abates	0	0	0	-12 200	-12 200
Transferências	13 125	0	0	-13 125	0
Depreciações Acumuladas	-7 216 501	-30 164 260	-54 037	0	-37 434 797
<b>Valor Líquido a 01/01/2017</b>	<b>201 507</b>	<b>18 253 818</b>	<b>245 242</b>	<b>9 067 526</b>	<b>27 768 093</b>
<b>Aumentos</b>					
Aquisições	28 426	6 852 220	134 749	67 621	7 083 016
Trab Própria entidade				213 380	
Depreciações - Alienações/Abates		134 749			134 749
Transferências em curso					0
Outras			1 137 390		1 137 390
<b>Diminuições</b>					
Depreciações	-176 966	-1 338 946	-9 976		-1 525 888
Alienações/Abates		-458 750			-458 750
Outras		-99 522			-99 522
Transferências	24 194		8 754 735	-8 778 928	0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-124 346</b>	<b>5 089 750</b>	<b>10 016 898</b>	<b>-8 497 928</b>	<b>6 484 374</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>					
Custo de Aquisição	7 470 628	64 838 421	299 279	569 598	73 177 925
Alienações/Abates					
Transferências					
Depreciações Acumuladas	-7 393 467	-31 467 979	-64 013		-38 925 459
<b>Valor Líquido a 31/12/2017</b>	<b>77 161</b>	<b>33 370 442</b>	<b>235 266</b>	<b>569 598</b>	<b>34 252 467</b>
<b>1 de janeiro de 2018</b>					
Custo de Aquisição	7 470 628	64 838 421	299 279	569 598	73 177 925
Alienações/Abates	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Depreciações Acumuladas	-7 393 467	-31 467 979	-64 013	0	-38 925 459
<b>Valor Líquido a 01/01/2018</b>	<b>77 161</b>	<b>33 370 442</b>	<b>235 266</b>	<b>569 598</b>	<b>34 252 467</b>
<b>Aumentos</b>					
Aquisições	121 312			108 472	229 784
Trab Própria entidade	33 303				
Depreciações - Alienações/Abates					0
Transferências em curso					0
Outras		399 829			399 829
<b>Diminuições</b>					
Depreciações	-67 246	-1 612 236	-9 976		-1 689 458
Alienações/Abates				-66 353	-66 353
Outras					0
Transferências	453 869			-453 869	0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>541 238</b>	<b>-1 212 407</b>	<b>-9 976</b>	<b>-411 750</b>	<b>-1 092 895</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>					
Custo de Aquisição	8 079 112	65 238 250	299 279	157 848	73 774 488
Alienações/Abates					
Transferências					
Depreciações Acumuladas	-7 460 713	-33 080 215	-73 989		-40 614 916
<b>Valor Líquido a 31/12/2018</b>	<b>618 399</b>	<b>32 158 035</b>	<b>225 290</b>	<b>157 848</b>	<b>33 159 572</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right corner of the page.



No final do ano encontravam-se nos intangíveis em curso os seguintes projetos : Projeto e-Impact, SIG-Geoportal APL, aplicação GPI e software de gestão de arquivo

### Nota 7 – Clientes

Nos períodos de 2017 e 2018 a rubrica referente a Clientes apresentava a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Clientes</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>	<b>6 493 811</b>	<b>7 277 220</b>
<b>Médio / Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Clientes Conta Corrente	0	0
<b>Curto Prazo</b>	<b>6 493 811</b>	<b>7 277 220</b>
Clientes Conta Corrente	7 028 967	7 300 245
Clientes c/ Cheques s/ Provisão	25 759	25 759
Clientes de Cobrança Duvidosa	21 945 040	21 949 906
Clientes c/ Juros de Mora	37 681	34 801
Perdas por Imparidade (ver nota 24)	-22 543 637	-22 033 491
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>-993 933</b>	<b>-1 040 428</b>
Adiantamentos de Clientes	-993 933	-1 040 428
<b>Total Clientes</b>	<b>5 499 878</b>	<b>6 236 792</b>

Relativamente às cauções e garantias de clientes é de referir que para além dos “Adiantamentos de clientes indicados no quadro anterior existem ainda garantias bancárias, seguros-caução e depósitos de caução registados em contas estatísticas.

No seu total os montantes referentes a garantias e cauções de clientes ascendem em 2018 a 20 817 mil euros (21 075 mil euros em 2017).

### Nota 8 – Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos de 2017 e 2018 a rubrica referente a Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte composição, não se verificando qualquer situação de atraso ou incumprimento nas obrigações para com estas entidades:

	(Unidade: Euro)	
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo Corrente</b>	<b>343 707</b>	<b>315 156</b>
Estimativa de Impostos sobre o rendimento (IRC)		
IVA regularizações	2 861	12 284
IVA a recuperar	83 640	0
IVA reembolsos pedidos	233 429	274 024
IVA liquidações Oficiosas	0	2 288
Outras tributações	23 778	26 560
<b>Passivo Corrente</b>	<b>3 050 531</b>	<b>1 438 377</b>
Impostos sobre o rendimento (IRC)	2 438 606	661 826
Valor pago em excesso referente ao IRC 2017	-24 938	
Estimativa de Impostos sobre o rendimento IRC 2018	2 463 545	
Aplicações Financeiras (IRC) - Retenções	0	-69
Pagamento por Conta	-573 165	-456 714
Retenção de Impostos sobre o rendimento (IRS)	343 246	336 197
IVA a pagar	75 725	205 585
Contribuições para Segurança Social	124 386	113 551
Contribuições para a CGA	235 772	238 985
Outras tributações	405 961	339 015

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cg P', 'PP', and 'E'.



### Nota 9 – Outras Contas a Receber

Nos períodos de 2017 e 2018 a rubrica referente a Outras Contas a Receber apresentava a seguinte composição:

(Unidade: Euro)		
<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo Corrente</b>		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	2 139 846	1 814 404
Outros Devedores	3 805 669	4 379 646
- Beneficiários Plano Assistência Médica Medicamentosa	51 563	66 379
- Reestruturação do Trabalho Portuário	691 983	691 983
- Diversos	3 062 123	3 621 284
Perdas por Imparidade Acumuladas	-1 771 841	-2 210 037
<b>Total Outras Contas a Receber</b>	<b>4 173 673</b>	<b>3 984 013</b>

A rubrica Diversos inclui o valor da garantia bancária do consórcio empreiteiro no valor de 1 546 967 euros não liberada pela APL e que decorre das anomalias detetadas nas colunas "jet-grouting" da empreitada "Reabilitação e Reforço do Cais entre St.<sup>a</sup> Apolónia e Jardim do Tabaco" – 2<sup>a</sup> Fase.

### Nota 10 – Diferimentos

Nos períodos de 2017 e 2018 a rubrica referente a Diferimentos apresentava a seguinte composição:

(Unidade: Euro)		
<b>Diferimentos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ATIVO</b>	<b>374 208</b>	<b>461 173</b>
<b>Médio / Longo prazo</b>	<b>60 976</b>	<b>98 979</b>
Gastos a reconhecer Contratos Financiam. <sup>to</sup>	55 004	92 433
Gastos a reconhecer Diversos	5 971	6 546
<b>Curto Prazo</b>	<b>313 233</b>	<b>362 193</b>
Gastos a reconhecer Contratos Financiam. <sup>to</sup>	37 429	37 429
Gastos a reconhecer Diversos	275 804	324 765
<b>PASSIVO</b>	<b>39 190 691</b>	<b>43 403 958</b>
<b>Médio / Longo prazo</b>	<b>29 827 595</b>	<b>34 550 821</b>
Assistência Médica	320 591	374 023
Rendas (Usos Dominiais, União Europeia e TML)	1 112 501	2 508 806
Bens das concessões - a reverter (ver nota 2)	28 211 691	31 479 014
Mais Valias - TCL (Terminal Cruzeiros Lisboa) (ver nota 2)	182 812	188 978
Concessão TSA/TML (contrato <i>lump sum</i> )		
<b>Curto Prazo</b>	<b>9 363 096</b>	<b>8 853 137</b>
Assistência Médica	53 432	53 432
Rendas (Usos Dominiais, União Europeia e TML)	5 721 542	5 245 261
Bens das concessões - a reverter (ver nota 2)	3 581 956	3 548 279
Mais Valias - TCL (Terminal Cruzeiros Lisboa) (ver nota 2)	6 166	6 166

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Cly", "R", "R", and "R".



### Nota 11 – Ativos não Correntes Detidos para Venda

A 31/12/2018 a APL não possuía ativos não correntes para venda.

### Nota 12 – Outros Ativos Financeiros

Integram esta rubrica os montantes relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho nos termos da Lei n.º70/2013, de 30 de Agosto. Os saldos acumulados no final de 2017 e de 2018 eram os seguintes:

	(Unidade: Euro)	
<b>Outros ativos Financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fundo de Compensação do Trabalho	3 907	3 078

### Nota 13 – Capital Próprio e Resultados Transitados

Na demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos de 2017 e 2018 analisam-se as seguintes rubricas:

#### – Capital Realizado

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 336/98, de 3 de novembro (ver “Identificação da Entidade e Enquadramento”), o Capital Social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 14 963 937 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 60 000 000 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção-Geral das Finanças.

O capital atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 12 000 000 ações, com o valor nominal de 5 euros. As ações são nominativas e revestem a forma escritural. O valor total do capital, detido exclusivamente pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, é de 60 000 000 euros.

#### – Reserva Legal

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da empresa, anualmente deverá ser transferido para Reserva Legal, no mínimo 10% do lucro do exercício até que seja atingido pelo menos 20% do capital.

A reserva legal não se encontra disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar capital ou para compensar prejuízos.



No ano de 2018, serão aplicados nesta rubrica 10% (440 995,91 euros) do resultado líquido do ano de 2017.

#### – Outras Reservas

No ano de 2018 serão aplicados nesta rubrica 1 269 776,44 euros do resultado líquido de 2017.

Esta rubrica integra:

##### . Reservas não Distribuíveis – Concessões

Foram relevadas na conta 553 – Reservas não distribuíveis, as quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do Ativo Intangível/Tangível e o rendimento do período, incluídas nos Resultados Líquidos anuais.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do Ativo Intangível seguido do reconhecimento no Ativo Fixo Tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O Ativo Tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no Capital Próprio – Concessões.

Em 2018 foram efetuados os lançamentos relativos ao registo de bens adquiridos pelos concessionários, saldando-se numa variação de 273 500,77 euros.

#### – Resultados Transitados

Nesta rubrica procede-se ao registo do valor remanescente dos Resultados Líquidos do ano anterior após a aplicação em Reserva Legal e em Reservas não Distribuíveis.

No ano de 2018, serão aplicados nesta rubrica 1 817 194,99 euros do resultado líquido de 2017.

Por Despacho Conjunto das Finanças e do Mar de 20/05/2019 foi determinado que seria aprovada em Assembleia Geral a seguinte transferência de dividendos para o acionista Estado:

. 963 084,20€ do resultado líquido de 2016;

. 881 991,80 do resultado líquido de 2017.

#### – Outras variações no Capital Próprio

Foram reconhecidos nesta rubrica os Subsídios ao Investimento (líquidos de impostos), sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como Rendimentos e Ganhos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam (débito em Outras variações de Capital Próprio e crédito em Outros Rendimentos e Ganhos).

Em 2018 as variações desta rubrica foram as seguintes:

. Imputação de subsídios ao investimento - 1 097 927,61 euros;

. Ganhos/Perdas atuariais relativos aos Planos de pensões e Assistência Médica/Medicamentosa - 521 126,00 euros.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Pharm" and other illegible marks.



## – Resultado Líquido

A proposta de aplicação de resultados terá a distribuição que se segue:

(Unidade: Euro)

	<b>RL 2016</b> (aplic. em 2017)	<b>RL 2017</b> (aplic. em 2018)
<b>Resultado Líquido Total</b>	<b>4 815 421,01</b>	<b>4 409 959,14</b>
Reservas Legais	481 542,10	440 995,91
Reservas não Distribuíveis	996 275,67	1 269 776,44
Resultados Transitados	2 374 519,04	1 817 194,99
Distribuição de dividendos	963 084,20	881 991,80

Quanto à distribuição do resultado líquido de 2018, a proposta será efetuada nos termos indicados no capítulo 11.

## Nota 14 – Provisões

As provisões constituídas apresentavam no final de 2018 um saldo de 2 543 205 euros e eram referentes a Processos Judiciais em Curso.

(Unidade: Euro)

<b>Provisões</b>	<b>Processos Judiciais em curso</b>	<b>Outras provisões</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Quantia escriturada a 01/01/2017</b>	<b>2 435 867</b>	<b>0</b>	<b>2 435 867</b>
<b>Aumentos</b>	<b>138 056</b>	<b>0</b>	<b>138 056</b>
Constituição	47 816		47 816
Reforço			0
Reforço - efeito temporal	90 240		90 240
Outros			0
<b>Diminuições</b>	<b>-177 657</b>	<b>0</b>	<b>-177 657</b>
Uso			0
Reversão	-177 657		-177 657
Outras			0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>-39 601</b>	<b>0</b>	<b>-39 601</b>
<b>Quantia escriturada a 31/12/2017</b>	<b>2 396 266</b>	<b>0</b>	<b>2 396 266</b>
<b>Quantia escriturada a 01/01/2018</b>	<b>2 396 266</b>	<b>0</b>	<b>2 396 266</b>
<b>Aumentos</b>	<b>146 940</b>	<b>0</b>	<b>146 940</b>
Constituição	68 494		68 494
Reforço			0
Reforço - efeito temporal	78 446		78 446
Outros			0
<b>Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Uso			0
Reversão			0
Outras			0
<b>Movimentos do Período</b>	<b>146 940</b>	<b>0</b>	<b>146 940</b>
<b>Quantia escriturada a 31/12/2018</b>	<b>2 543 205</b>	<b>0</b>	<b>2 543 205</b>

Durante o ano 2018 foram efetuados os seguintes movimentos:

- Reforços de provisões no montante total de 78 445,98 euros referentes a juros de mora do ano 2018 referentes a diversos processos em curso;
- Constituição de provisões no montante de 68 493,78 euros, referentes a:

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



- . Processo n.º 1370/18.0BELSB, do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Unidade Orgânica 2 (n/NÍ 1136/18);
- . Processo n.º 153/18.1BELSB, do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Unidade Orgânica 5 (n/NÍ).

### Nota 15 – Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos apresentavam no final de 2017 e 2018 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Financiamentos de Instituições de Crédito e Outras Entidades</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Curto Prazo (até 1 ano):</b>	<b>21 754 238</b>	<b>22 319 533</b>
CGD	6 250 000	1 250 000
Sindicato Novo Banco/CGD	1 300 000	1 950 000
BBVA	2 145 906	2 150 000
BPI	4 000 000	4 000 000
Banco Santander Totta	8 058 332	12 969 533
<b>Médio/Longo Prazo (Superior a 1 ano):</b>	<b>37 678 485</b>	<b>50 296 392</b>
CGD	6 875 000	8 125 000
Sindicato Novo Banco/CGD	20 197 974	22 365 421
Sindicato BPI/Millennium BCP	0	0
BBVA	0	2 136 519
BPI	6 000 000	10 000 000
Banco Santander Totta	4 605 510	7 669 451
<b>Total de Financiamentos</b>	<b>59 432 723</b>	<b>72 615 925</b>

No ano de 2018 o endividamento bancário apresentou um decréscimo de -13 183 202 euros (-18,2%) face a 2017. Esse decréscimo decorre das amortizações de capital efetuadas, cerca de 12% das quais correspondem a amortizações extraordinárias.

### Nota 16 – Benefícios Pós-Emprego

Tal como sucede anualmente, a APL solicitou a uma entidade independente a elaboração de estudos atuariais relativos a Pensões (Fundo de Pensões ex-INPP, Pensões de Sobrevivência, Vitalícias e de Sangue) e a Assistência Médica/Medicamentosa reportados a 31/12/2018.

- Pensões

A empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do ex-INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo DL nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o departamento de pilotagem do Porto de Lisboa e possui ainda uma responsabilidade relacionada com o pagamento de pensões vitalícias de sobrevivência e de sangue a alguns aposentados no âmbito do DL nº 42 880 de 21 de março de 1960, DL nº 605/73 de 13 de novembro e DL nº 404/82 de 24 de setembro, respetivamente.



(Unidade: Euro)

<b>Fundo de Pensões ex-INPP, Pensões de Sobrevivência, Vitalícias e de Sangue</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-5 221 633</b>	<b>-6 335 891</b>
Gastos financeiros	-70 042	-74 530
Ganhos e (perdas) actuariais	453 871	477 204
Pagamentos efetuados no exercício	595 129	711 584
<b>Saldo Final</b>	<b>-4 242 675</b>	<b>-5 221 633</b>
Provisão em balanço	-4 242 675	-5 221 633
Percentagem de cobertura da provisão	100%	100%
Pressupostos:		
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Percentagem de casados	75,00%	75,00%
Diferença de idades entre conjuges	3	3
Taxa de desconto	1,64%	1,43%
Taxa crescimento pensões	1,00%	1,00%
Taxa inflação	2,00%	2,00%

- Assistência médica e medicamentosa

(Unidade: Euro)

<b>Assistência Médica e Medicamentosa - Responsabilidade por Serviços Passados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>-3 294 848</b>	<b>-3 352 792</b>
Gastos financeiros	-45 909	-40 899
Gastos Correntes	-23 561	-24 836
Ganhos e (perdas) actuarias	67 255	-56 497
Pagamentos efetuados no exercício	156 478	180 176
<b>Saldo Final</b>	<b>-3 140 585</b>	<b>-3 294 848</b>
Provisão em balanço	3 140 585	-3 294 847,82
Percentagem de cobertura da provisão	100%	100%
Pressupostos:		
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábuas de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	1,64%	1,43%
Taxa de inflação nos cuidados de saúde	3,00%	3,00%

### Nota 17 – Passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 os passivos por impostos diferidos respeitam aos ganhos líquidos reconhecidos no âmbito dos ativos das concessões (ver nota 2).

Os movimentos ocorridos foram os seguintes:

(Unidade: Euro)

<b>Passivos por Impostos Diferidos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>2 994 069</b>	<b>2 568 785</b>
Bens a reverter no final da concessão	362 837	425 284
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>3 356 906</b>	<b>2 994 069</b>



A empresa não tem impostos diferidos ativos registados, devido a incerteza quanto à sua recuperação. A taxa de imposto aplicada em 2018 foi a seguinte:

- . IRC – 21%
- . Derrama Municipal : 1,5% concelho de Lisboa e 1,4% concelho de Oeiras
- . Derrama Estadual : até 5%

#### Nota 18 – Outras Contas a Pagar

As Outras Contas a Pagar apresentavam no final de 2017 e 2018 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>10 251 895</b>	<b>10 573 275</b>
Credores – Ajust. subsídios	10 251 895	10 573 275
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>6 737 105</b>	<b>6 886 167</b>
Pessoal	7 151	6 960
Fornecedores de investimento	2 058 601	260 633
Credores por acréscimo de gastos	3 153 311	4 541 918
Credores – Ajust. subsídios	344 029	341 402
Credores diversos	1 174 013	1 735 255
<b>Total Outras Contas a Pagar</b>	<b>6 737 105</b>	<b>6 886 167</b>

A rubrica mais relevante - Credores – ajustamentos em subsídios – refere-se ao imposto diferido do período corrente respeitante a subsídios ao investimento.

#### Nota 19 – Fornecedores

Os Fornecedores apresentavam no final de 2017 e 2018 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Fornecedores</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fornecedores c/c	1 030 452	1 472 568
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Fornecedores c/ Depósito Caução	4 394	3 901
<b>Total Fornecedores</b>	<b>1 034 847</b>	<b>1 476 469</b>
Depósito de Garantia	0	-750
Adiantamentos a Fornecedores	-1 767	-901
<b>Total Fornecedores c/ Adiantamentos</b>	<b>1 033 080</b>	<b>1 474 818</b>
Fornecedores de Investimentos (Valores incluídos na nota 18, na rubrica "Outras contas a pagar")	2 058 601	260 633
<b>Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores</b> (RCM 34/2008, de 22 fev)	<b>39</b>	<b>43</b>

As garantias relativas a fornecedores ascendem a 3 215 086,44 euros, parte das quais referidas no quadro acima, nas rubricas "Fornecedores c/ Depósito de Caução" e "Depósito de Garantia". Para além desses montantes indicados no quadro anterior existem ainda seguros e depósitos de caução registados em contas estatísticas.

*Handwritten signatures and initials:*  
 C. G. P.  
 R. Romu



De referir que a de montante mais significativo corresponde a 48% do valor total e respeita à empreitada de “Reabilitação e Reforço do Cais entre St.<sup>a</sup> Apolónia e Jardim do Tabaco – 2.<sup>a</sup> fase”.

#### Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

Em 27/12/2007 a APL, S.A. financiou-se junto de uma instituição bancária no montante de 21 500 000 euros, com o objetivo de reestruturar o passivo financeiro de curto prazo em médio e longo prazo. Este financiamento vence-se em 2019, sendo o reembolso efetuado através de 20 prestações semestrais.

Durante os primeiros dois semestres, o financiamento venceu juros a uma taxa de 3,90%. Durante os restantes semestres, a taxa aplicável resulta da aplicação de uma fórmula que tem por base observações diárias da Euribor a 6 meses face a um intervalo pré-estabelecido, com um mínimo de 4,30% e um máximo de 6,70%.

Em qualquer um dos semestres a partir do 2º ano de vigência do contrato a instituição bancária poderá optar por alterar a taxa de juro do contrato para Euribor 6 meses mais 0,12% de *spread*.

O reembolso antecipado total ou parcial do financiamento implicará o cancelamento da estrutura de taxa de juro subjacente, sendo que, tal cancelamento originará o apuramento do correspondente “valor de mercado” com referência à data da cessação da operação, que deverá ser deduzido ou acrescido ao montante do reembolso pretendido.

A 31 de dezembro de 2018, o justo valor do derivado embutido no financiamento, ascende a 139 584,04 euros (2017: 394 088 euros).

#### Nota 21 – Rédito

O Rédito apresentava no final dos anos 2017 e 2018 a seguinte composição:

	(Unidade: Euro)	
<b>Rédito</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Serviços Prestados</b>	<b>33 228 925</b>	<b>32 063 618</b>
Regulamento de Tarifas	13 245 712	12 167 902
Concessões	17 532 636	17 548 652
Exploração de Náutica e Marítimo-Turística	2 140 424	1 994 058
Outras Prestações de Serviços	310 152	353 006
<b>Usos Dominiais</b>	<b>8 816 160</b>	<b>8 335 038</b>
Taxas dominiais	8 686 721	7 973 823
Licenças em fase de decisão	129 439	361 216
<b>Juros do TSA (exTML)</b>	<b>0</b>	<b>26 565</b>
<b>Rendas de Propriedades de Investimento</b>	<b>3 829 307</b>	<b>3 763 640</b>
<b>Rendimentos de anos anteriores</b>	<b>351 005</b>	<b>53 247</b>
<b>Outros</b>	<b>100 346</b>	<b>28 592</b>
<b>Total Volume de negócios</b>	<b>46 325 742</b>	<b>44 270 700</b>
<b>Total do rédito</b>	<b>46 325 742</b>	<b>44 270 700</b>

A variação registada decorre dos fatores indicados no ponto 9.1 deste relatório.



### Nota 22 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam no final de 2017 e 2018 a composição indicada no quadro seguinte.

(Unidade: Euro)

<b>Fornec. e Serviços Externos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Subcontratos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>4 053 844</b>	<b>3 987 515</b>
Trabalhos especializados	528 297	389 670
Publicidade e propaganda	570 656	184 635
Vigilância e segurança	811 091	864 478
Honorários	33 225	42 994
Outras comissões	0	0
Conservação e reparação	2 092 286	2 482 379
Outros serviços especializados	18 288	23 360
<b>Materiais</b>	<b>79 016</b>	<b>68 416</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>899 663</b>	<b>953 699</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>105 418</b>	<b>118 227</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>1 187 254</b>	<b>2 488 283</b>
Rendas e alugueres	122 657	99 109
Comunicações	68 231	74 143
Seguros	158 527	169 808
Royalties	60 013	116 276
Contencioso e notariado	27 997	14 623
Despesas de representação	41 222	22 756
Limpeza, higiene e conforto	670 385	653 382
Outros serviços	38 222	1 338 186
<b>Total</b>	<b>6 325 195</b>	<b>7 616 140</b>

Relativamente às variações identificadas, vide ponto 9.2 deste relatório.

### Nota 23 – Gastos com o Pessoal

Os Gastos com Pessoal apresentavam no final de 2017 e 2018 a composição indicada no quadro seguinte.

(Unidade: Euro)

<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remunerações dos órgãos sociais	242 483	247 843
Redução decorrente da RCM 36/2012	0	0
<b>Remunerações Líquida dos órgãos sociais (Nota 30)</b>	<b>242 483</b>	<b>247 843</b>
Remunerações do pessoal *	13 562 574	13 338 151
<b>Remunerações Líquida do Pessoal</b>	<b>13 562 574</b>	<b>13 338 151</b>
Benefícios pós-emprego	98 066	74 530
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	3 152 089	3 110 428
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	147 062	144 035
Gastos de ação social	289 239	318 735
Outros	93 392	80 279
<b>Total</b>	<b>17 584 904</b>	<b>17 314 001</b>

NOTA: Em 2018 inclui pensão transitória paga ao pessoal que aguardava aposentação (5 623 euros).

Relativamente às variações mais relevantes identificadas, vide ponto 9.2 deste relatório.

Em 2018 o efetivo médio manteve-se nos 296 trabalhadores.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'G.B.', 'R.R.', and 'R.R.M.'.



### Nota 24 – Imparidades de Dívidas a Receber

Nos períodos de 2017 e 2018 a rubrica referente a Imparidades apresentou a seguinte evolução:

(Unidade: Euro)

Imparidades	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Cientes	20 505 343	1 661 178		-133 030	22 033 491
Devedores diversos	1 510 030			-17 200	1 492 830
OSC-Plano assist. médica e medicame	43 538		-13 002	-4 314	26 222
Oper. CCTPL	690 985				690 985
<b>Total 2017</b>	<b>22 749 897</b>	<b>1 661 178</b>	<b>-13 002</b>	<b>-154 544</b>	<b>24 243 528</b>
Cientes	22 033 491	975 552		-465 406	22 543 637
Devedores diversos	1 492 830			-431 880	1 060 950
OSC-Plano assist. médica e medicame	26 222		-2 442	-3 875	19 906
Oper. CCTPL	690 985				690 985
<b>Total 2018</b>	<b>24 243 528</b>	<b>975 552</b>	<b>-2 442</b>	<b>-901 161</b>	<b>24 315 478</b>

### Nota 25 – Outros Rendimentos e Ganhos

Os Outros Rendimentos e Ganhos apresentavam no final de 2017 e 2018 a composição indicada no quadro seguinte.

(Unidade: Euro)

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	2017
Rendimentos suplementares	160 357,54	56 338,25
Descontos de pronto pagamento obtidos	81,93	185,77
Alienações - Mais valias	434 883,68	7 949,81
Juros de mora	94 406,95	99 062,88
Outros		
Anulação de gastos de anos anteriores	46 008,53	204 757,07
Rendimentos de anos anteriores	351 005,45	53 246,81
Imputação de subsídios ao investimento	1 545 883,98	1 618 222,66
Regularização de IVA	82 841,18	73 511,86
Patrocínios	12 000,00	0,00
Imputação Rendimentos Bens Reverter - Concessões (a)	3 567 121,75	3 319 644,69
Sinistros	1 540,00	0,00
Juros do TSA (exTML)	0,00	26 564,50
Outros não especificados	100 355,53	28 629,59
Rendas e Rendimentos de Propried. Investimento	3 829 306,86	3 763 640,05
Outros Rendimentos suplementares - Taxas Dominiais (b)	8 816 159,91	8 335 038,49
Juros obtidos	0,00	275,20
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>19 041 953,29</b>	<b>17 587 067,63</b>

#### Notas:

(a) Reconhecimento de rendimento relacionado com o registo dos bens a reverter das concessões portuárias de serviço público (ver nota 2).

(b) Ver Nota 21

Relativamente às variações mais relevantes identificadas, vide ponto 9.1 deste relatório.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RR' and 'E'.



### Nota 26 – Outros Gastos e Perdas

Nos períodos de 2017 e 2018 as rubricas referentes a Outros Gastos e Perdas apresentaram os seguintes valores:

(Unidade: Euro)		
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos indiretos <sup>(1)</sup>	353 276,43	531 124,88
Dívidas incobráveis	6 414,45	12 080,97
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	324 001,00
Outros	2 221 785,41	2 078 199,71
Anulação receitas anos anteriores	48 817,72	32 799,19
Gastos de anos anteriores	595 299,60	404 955,85
Donativos e quotizações	73 502,49	53 688,99
Insuficiência da Estimativa para Impostos	0,00	18 200,48
Comparticipações AMT e DGRM	1 400 013,44	1 310 253,07
Multas fiscais e não fiscais	0,00	9 379,31
Juros de Mora e Compensatórios	0,00	236 192,69
Outros	104 152,16	12 730,13
<b>Total Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2 581 476,29</b>	<b>2 945 406,56</b>

(1) Inclui o IVA (dado que a empresa apresenta IVA numa base de pro-rata) e o IMI.

Relativamente às variações mais relevantes identificadas, vide ponto 9.1 deste relatório.

### Nota 27 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Passou a ser considerada neste âmbito apenas a conta 7915, tal como definido para as demonstrações financeiras pela CNC. Não foram registados valores em 2018. Vide nota 25, rubrica “Juros Obtidos”.

O ganho financeiro referente ao derivado embutido no financiamento do BBVA (vide nota 20) foi de 254 504 euros em 2018 (2017: 394 856 euros) e encontra-se registado na rubrica de aumentos de justo valor.

### Nota 28 – Juros e Gastos Similares Suportados

Os Juros Suportados por financiamentos são registados como gastos do período:

(Unidade: Euro)		
<b>Juros e Gastos Similares Suportados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Juros suportados	1 697 090	2 082 223

A redução dos encargos financeiros decorre no essencial da redução do capital em dívida em conjugação com a descida das taxas de juro, conforme referido nos pontos 8.2 e 9.3 deste Relatório.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Nota 29 – Imposto Sobre o Rendimento

O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é efetuado com base em declarações de autoliquidação, que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estas podem ser sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais por um período de 12 anos. A partir de 2014 os prejuízos fiscais de um determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos doze anos seguintes, limitados a 70% do lucro tributável.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Cdq", "PP", and "Rhoma".



RECONCILIAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL	2018		2017	
	Art.º	Montante (€)	Art.º	Montante (€)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>7 292 399</b>		<b>4 409 959</b>
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1,5 e 6 do DL159/2009, de 13/07)		0		0
<b>TOTAL</b>		<b>7 292 399</b>		<b>4 409 959</b>
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	(art.º 18.º, n.º 2)	595 300	(art.º 18.º, n.º 2)	404 956
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor	(art.º 18.º, n.º 9)	9 387	(art.º 18.º, n.º 9)	14 413
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(art.º 18.º, n.º 12)	86 080	(art.º 18.º, n.º 12)	86 833
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	(art.º 19.º, n.º 4 e 39.º)	1 120		
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. a))	2 463 545	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. a))	680 027
Impostos diferidos	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. a))	362 837	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. a))	368 645
Despesas não documentadas	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. b))		(art.º 23.º-A, n.º 1, al. b))	381
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais	---		---	
Perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais	(art.ºs 28.º-A a 28.º-C)		(art.ºs 28.º-A a 28.º-C)	1 270 270
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. e))	58 177	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. e))	245 572
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. f))		(art.º 23.º-A, n.º 1, al. f))	1 721
Indemnizações por eventos seguráveis	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. g))		(art.º 23.º-A, n.º 1, al. g))	4 391
Encargos não devidamente documentados	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. c))	184	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. c))	154
Encargos com combustíveis	(art.º 23.º-A, n.º 1, al. j))		(art.º 23.º-A, n.º 1, al. j))	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais	(art.ºs 28.º, 28.º-A a 28.º-C)	1 180 175		
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	(art.º 31.º-B), (art.º 34.º, n.º 1)	1 958 962	(art.º 31.º-B), (art.º 34.º, n.º 1)	2 184 657
Créditos incobráveis não aceites como gastos	(art.º 41.º)	305 587	(art.º 41.º)	14 521
Realizações de utilidade social não dedutíveis	(art.º 43.º)	12 551	(art.º 43.º)	12 551
Menos-valias contabilísticas				
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias sem intenção de reinvestimento	(art.º 46.º)	377 781	(art.º 46.º)	1 784
Donativos não previstos ou além dos limites legais	(art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	300	(art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	
Outros		291		156 458
<b>TOTAL</b>		<b>14 704 675</b>		<b>9 857 291</b>
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor	(art.º 18.º, n.º 9)	-254 504	(art.º 18.º, n.º 9)	-394 856
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(art.º 18.º, n.º 12)	-751 607	(art.º 18.º, n.º 12)	-891 760
Reversão de ajustamentos em inventários tributados e de perdas por imparidade tributadas	(art.º 28.º, n.º 3), (art.º 35.º, n.º 3)	-2 442	(art.º 28.º, n.º 3), (art.º 35.º, n.º 3)	-13 002
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores	(art.ºs 28.º, 28.º-A, n.º 1 e 31.º-B, n.º 7)		(art.ºs 28.º, 28.º-A, n.º 1 e 31.º-B, n.º 7)	-2 428 887
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores	(art.º 20.º, do DR 25/2009, de 14/9)	-7 906	(art.º 20.º, do DR 25/2009, de 14/9)	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa para impostos				
Benefícios Fiscais		-43 998		-25 035
Mais-valias contabilísticas		-428 718		-1 784
Outras deduções (nomeadamente imputação de rendimentos de bens a reverter)		-3 587 615		-3 381 574
<b>TOTAL</b>		<b>-5 076 790</b>		<b>-7 136 897</b>
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL</b>		<b>9 627 886</b>		<b>2 720 394</b>
<b>PREJUÍZO FISCAL DEDUZIDO</b>				
<b>MATÉRIA COLETÁVEL</b>		<b>9 627 886</b>		<b>2 720 394</b>
Imposto à taxa normal		2 021 856		571 283
<b>COLETA</b>		<b>2 021 856</b>		<b>571 283</b>
Benefícios Fiscais				
Pagamento especial por conta	(art.º 93.º)		(art.º 93.º)	
<b>Total das Deduções</b>		<b>0</b>		<b>0</b>
<b>Total do IRC Liquidado</b>		<b>2 021 856</b>		<b>571 283</b>
Retenções na fonte				69
Pagamento por conta	(art.º 105.º)	542 655	(art.º 105.º)	439 167
Pagamento Adicional por conta		30 510		17 547
<b>IRC a Pagar</b>				
<b>IRC a Recuperar</b>		<b>1 448 691</b>		<b>114 500</b>
Derrama Municipal		140 174		39 583
Derrama Estadual (art.º 87º - A)		286 394		36 612
Tributações Autónomas		15 120		14 349
<b>TOTAL A RECUPERAR</b>				
<b>TOTAL A PAGAR</b>		<b>1 890 380</b>		<b>205 043</b>
<b>Imposto Corrente</b>		<b>2 463 545</b>		<b>661 826</b>
<b>Impostos Diferidos</b>		<b>362 837</b>		<b>368 645</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>		<b>2 826 382</b>		<b>1 030 471,05</b>



### Nota 30 – Partes Relacionadas

As remunerações dos órgãos sociais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 foram os seguintes:

(Unidade: Euro)		
<b>Partes Relacionadas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Remuneração dos Órgãos Sociais</b>		
Conselho de Administração	195 241	197 595
Vencimento base	115 022	114 810
Subsídio de férias	8 683	9 704
Subsídio de Natal	9 194	9 619
Ajudas de custo	2 471	3 741
Despesas de representação	57 205	57 205
Subsídio de alimentação	2 666	2 517
Comissão de Fiscalização	47 242	47 670
Vencimento base	40 602	40 860
Subsídio de férias	3 320	3 405
Subsídio de Natal	3 320	3 405
Assembleia Geral	0	1 900
Redução decorrente da RCM 36/2012	0	677
<b>Total Partes Relacionadas</b>	<b>242 483</b>	<b>247 843</b>

### Nota 31 – Locações

Relativamente às viaturas utilizadas pela APL, S.A. em regime de leasing operacional, verificou-se uma estabilização de 2017 para 2018 (9 viaturas a 31 de dezembro de cada ano).

A situação relativa às rendas vincendas em ambos os anos é a indicada no quadro, sendo que nenhuma é de duração igual ou superior a 1 ano.

(Unidade: Euro)		
<b>Locações</b>		
<b>Prazo de vencimento /tipo de viatura</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>até 1 ano</b>	<b>46 524</b>	<b>53 939</b>
Mercadorias	0	514
Passageiros	46 524	53 424

### Nota 32 – Garantias

Garantias bancárias prestadas pela APL, S.A. a terceiros:

- Garantia bancária no valor de 500 000 euros prestada a favor da Câmara Municipal de Lisboa, para garantir os trabalhos de escavação e contenção periférica no processo de empreitada de construção dos edifícios sede da AESM – Agência Europeia de Segurança Marítima e OEDT – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência;
- Garantias bancárias nos valores de 7 466,04 euros, 7 684,23 euros e 7 184,47 euros prestadas a favor do chefe dos serviços de finanças do 6.º bairro fiscal de Lisboa, nos termos do n.º 1 do art.º 199 do Código do Procedimento e do Processo Tributário.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cleg', 'PP', and 'Blom'.



### Nota 35 – Outras informações

#### 1. Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

Em Agosto de 2018 foi publicada a Lei n.º 50/2018, que veio estabelecer o quadro da transferência de áreas e competências atualmente detidas por diversas entidades, entre as quais as administrações portuárias, para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

O art.º 18.º do referido diploma, aborda as questões relativas às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, passando para a competência dos órgãos municipais a gestão de:

- a) áreas afetas à atividade da náutica de recreio e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- b) áreas dos portos de pesca secundários e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- c) áreas sob jurisdição dos portos sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis a estes afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias;
- d) áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária e os bens imóveis aí integrados, bem como os bens móveis afetos, abrangendo as atualmente incluídas nas autoridades portuárias.

O diploma em apreço prevê uma concretização faseada, a decorrer até 1 de janeiro de 2021, data em que se consideram transferidas todas as competências para as entidades municipais que tenham manifestado a sua concordância nesse sentido.

O art.º 19.º do mesmo diploma referia ainda a competência dos órgãos municipais nas praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público do Estado. Em 27 de novembro de 2018 foi publicado o decreto-lei n.º 97/2018, que veio regulamentar esta matéria.

Já em 2019 é de referir a publicação de mais dois decretos-lei regulamentares:

- Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, relativo a:
  - a) Serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;
  - b) Transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo -se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "Rhome".



### Nota 33 – Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os movimentos referentes a subsídios auferidos pela APL em 2018 foram os seguintes:

(Unidade: Euro)

Subsídios do Governo e Apoios do Governo	Subsídios do Estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades					
	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Outras entidades			Dos quais, da União Europeia		
				Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Valor atribuído em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
1 Subsídios relacionados com ativos/ao investimento									
Ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	16 589 317		266 571	50 336 284	106 849	1 126 914	50 336 284	106 849	1 126 914
Equipamento básico	94 197		9 421						
Ativos intangíveis									
Programas de computador				208 061	22 354	32 365	208 061	22 354	32 365
Outros ativos	2 626 515		51 848	1 175 287		58 765	1 172 287		58 765
2 Subsídios relacionados com rendimentos à exploração						31 082			31 082
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a:									
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento									
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração									
<b>Totais (1+2-3)</b>	<b>19 310 029</b>	<b>0</b>	<b>327 840</b>	<b>51 719 631</b>	<b>129 203</b>	<b>1 249 126</b>	<b>51 716 631</b>	<b>129 203</b>	<b>1 249 126</b>

Os montantes recebidos no ano são provenientes de fundos europeus e relativos aos seguintes projetos:

Reabilitação do Pontão Digama (MAR2020)– 106 848,75 €

E-Impact (INEA – CEF) - 53 436,72€, parte dos quais registados em subsídios à exploração (31 082,28€).

### Nota 34 – Matérias Ambientais

Em 31 de dezembro de 2018 não se encontrava registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da empresa que não existem, à data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a empresa.

Os dispêndios de caráter ambiental refletidos nas contas foram os seguintes:

(Unidade: Euro)

Dispendios de caráter ambiental	2018	2017
<b>Gastos de Exploração</b>	<b>547 831</b>	<b>148 086</b>
Recolha de resíduos sólidos, saneamento urbano e rede de saneamento no porto de Lisboa	254 479,52	83 767,68
Recolha de resíduos a embarcações *	209 750,61	14 847,65
Manutenção de Espaços Verdes	70 058,86	45 670,67
Estudos Impacto Ambiental e Caracteriz. Sedimentos Dragagens	12 660,00	3 800,00
Recolha resíduos origem animal	882,28	0,00
<b>Valores integrados no Ativo</b>	<b>365 605</b>	<b>18 889</b>
Estudos de impacto Ambiental e AIA - projeto Via Lisboa	334 857,56	18 889,01
Espaços verdes junto ao Ministério do Mar	30 747,02	0
<b>TOTAL</b>	<b>913 436</b>	<b>166 975</b>

\* NOTA: Parte significativa dos gastos incorridos com recolha de resíduos a embarcações são posteriormente faturados a terceiros, encontrando-se o rendimento registado em prestações de serviços - Tarifa de resíduos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Cely', 'PP', and 'Ramon'.



- Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, relativo a:
  - a) Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários;
  - b) Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

Desconhecendo-se o desfecho desta situação, não estamos em condições de determinar os seus efeitos nas demonstrações financeiras.

## 2. Recomendações do Tribunal de Contas

O relatório de auditoria do Tribunal de Contas n.º 19/2007 – 2ª secção refere na pág. 10, paragrafo 23 que, *"Quanto à dívida da Parque Expo, S. A. 23. Desde 1993 que os sucessivos Ministros da tutela da APL, em desrespeito pelo DL 207/93, de 14-06, não fixaram, através de despacho conjunto, o valor da compensação que a Parque Expo, S. A. deve pagar à APL pelos prejuízos económicos decorrentes da desafecção dos terrenos onde se realizou a Expo 98."*

Em consequência, o referido relatório recomenda ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, que *"Cumpra o n.º 2 do artº 4 do DL 207/93, de 14-06, que determina que os ministros tutelares da APL devem fixar, através de despacho conjunto, o valor da compensação que a Parque Expo, S. A. tem de pagar à APL pelos prejuízos económicos decorrentes da desafecção de terrenos, onde se realizou a Exposição Internacional de Lisboa de 1998."*

Estando a quantificação do valor da indemnização devida à APL pela desapropriação dos terrenos correspondentes à área de intervenção da Expo 98, pendente de publicação do referido despacho conjunto, não é possível relevar o mesmo nas contas da APL. Contudo, a situação está devidamente evidenciada no presente relatório em conformidade com o cálculo efetuado para o impacto da compensação devida à APL, S.A. pela Sociedade Parque Expo 98, S.A. pela desafecção dos terrenos inclusos na área de jurisdição da APL, S.A..

Efetivamente, pelo Decreto-Lei nº 207/93, de 14 de junho, foram desafetados do domínio público os bens imóveis compreendidos na zona de intervenção da Expo 98, situados na área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, bem como extintos os direitos de uso privativo constituídos sobre os mesmos. Nos termos do artigo 4º do citado diploma, a sociedade Parque Expo 98, S.A. devia compensar a APL, S.A. pelos prejuízos efetivos sofridos, atendendo, nomeadamente, ao valor das taxas dominiais e portuárias que vinham sendo cobradas e ponderando a duração prevista em tais usos.

O critério estabelecido pelo normativo em apreço apenas teve subjacente a previsão do decréscimo das receitas da APL, S.A., resultante da extinção dos usos privativos perspectivados à luz da precariedade contratual decorrente das licenças outorgadas ou do prazo dos contratos de concessão celebrados. Não se tomaram em consideração, quer as áreas dominiais desafetadas, mas livres de ocupação titulada, quer a circunstância de o recurso a títulos precários de curta duração, em regra anualmente renováveis, constituir um procedimento corrente da APL, S.A..



Tendo em consideração o exposto, o montante da compensação, atualizada à data de 31/12/2018, totalizava 13 006 109,52 € euros.

Os Conselhos de Administração têm desenvolvido junto das Tutelas, as diligências para a resolução desta matéria para que a APL, S.A. venha a ser ressarcida pelo montante em dívida.

Já em 2018, pelo Decreto-Lei n.º 67/2018, de 17/08/2018, na sequência de extinção da Parque Expo 98, S.A., foram definidos os termos e os efeitos daí decorrentes, designadamente a transmissão dos seus bens móveis e imóveis e dos respetivos direitos e obrigações para o Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e para o Município de Lisboa. Nos termos do n.º1, do art.º 4.º daquele decreto:

*"O Estado, através da Direção -Geral do Tesouro e Finanças, sucede à Parque EXPO 98, em todas as relações jurídicas contratuais e processuais que esta integra, à data da sua extinção, bem como nos respetivos direitos e deveres, independentemente de quaisquer formalidades, incluindo a obrigação perante a Administração do Porto de Lisboa, S. A., por conta da compensação prevista no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 207/93, de 14 de junho, a ser determinada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do mar, durante o ano de 2018."*

Até ao final do ano 2018 não ocorreu qualquer desenvolvimento.

### 3. Protocolos celebrados com a CMO – Câmara Municipal de Oeiras

Desde o ano de 1994 foram celebrados diversos protocolos entre a CMO – Câmara Municipal de Oeiras e a APL, SA, nomeadamente, quatro protocolos, datados de 2 novembro 1994, 26 março 1998, setembro 2000 e 17 janeiro 2002.

Os protocolos celebrados têm por objeto a definição dos termos de cooperação para a valorização e requalificação da zona ribeirinha de Oeiras, bem como o estabelecimento das responsabilidades na intervenção, repartição nos encargos e distribuição de receitas, que tem como princípio geral, a equidade entre ambas as entidades.

Em 16 de fevereiro de 1990 foi também celebrado um contrato de concessão, entre a CMO e a APL, S.A., que concede à Câmara Municipal de Oeiras o direito de utilização de parte da zona ribeirinha, pertencente ao domínio público marítimo, sita no Concelho de Oeiras, onde foram construídos pela CMO a Piscina Oceânica, um porto de recreio e pesca e um passeio marítimo. A CMO, como concessionária, ficava também responsável pela conservação/manutenção, limpeza e segurança até ao final do prazo de concessão, cuja duração é de 30 anos.

No final do prazo de concessão todos os bens construídos reverterem para o Estado com integração do domínio afeto à APL, SA. Em contrapartida da utilização da área em terra como a área do leito do rio a CMO pagaria à APL, S.A. taxas dominiais.

No seguimento do desenvolvimento dos protocolos e contrato de concessão verificaram-se alguns diferendos entre ambas as partes, tendo a CMO, a partir de 1996 deixado de proceder ao pagamento das taxas dominiais decorrentes do contrato de concessão. Por seu lado, a APL,S.A. interrompeu a faturação das taxas dominiais em abril de 2002, sendo que, posteriormente retomou a mesma

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "PP" and "Rhom".



faturação, com efeitos retroativos, em consonância com recomendação emitida pelo Tribunal de Contas na auditoria efetuada à APL em 2007<sup>1</sup>.

Em 2011 foi assinado um novo protocolo entre a APL e a Câmara Municipal de Oeiras (CMO), cujo objetivo principal é servir de base ao estabelecimento legal de um novo regime de jurisdição de áreas, entre a APL, S.A. e a Câmara Municipal de Oeiras.

Objetivos acessórios:

- Substituir todos os outros protocolos já celebrados entre estas entidades
- Permitir o encontro de contas entre a APL, S.A. e a CMO, nomeadamente, no que se refere às taxas dominiais em dívida pela Câmara Municipal de Oeiras, decorrentes do contrato de concessão e participações da APL, S.A. em intervenções nas frentes ribeirinhas executadas e financiadas totalmente pela CMO.

Não tendo sido ainda possível a concretização do encontro de contas, a APL,S.A. tem procedido ao ajustamento em imparidades da faturação anual das taxas dominiais, decorrentes do contrato de concessão. A imparidade constituída para o efeito totalizava, em 31 de dezembro de 2018, 4 895 847 euros.

#### 4. Certificação Legal de Contas (CLC)

A opinião emitida pelo auditor na certificação das demonstrações financeiras de 2017 mantinha uma reserva por limitação de âmbito referindo que o ativo intangível e o passivo (Rendimento a Reconhecer) se encontram subavaliados pelo facto de não ser possível quantificar o impacto decorrente da celebração, em 2008, do aditamento ao contrato de concessão celebrado entre a APL e a LISCONT.

A Assembleia da República aprovou a Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, que revogou o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro, na execução do qual tinha sido celebrado, em 21 de outubro de 2008, entre a APL e a concessionária LISCONT aditamento que, como contrapartida de significativos investimentos por esta última, prorrogou o prazo da concessão de 2015 para 2042 e concedeu isenções parciais de taxas, designadamente em determinadas áreas da concessão (no prolongamento do cais a construir pela concessionária, por exemplo).

Perante a recusa da concessionária em reconhecer o efeito invalidante da Lei n.º 14/2010 sobre o Aditamento a APL, S.A., interpôs ação (para tribunal arbitral, como legalmente previsto), pedindo a apreciação da invalidade do Aditamento tendo, no dia 15 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral proferido acórdão recusando a aplicação, por inconstitucionalidade, das normas da Lei n.º 14/2010, e, em consequência, julgou improcedente o pedido de anulação do aditamento. Na sequência deste acórdão o Ministério Público interpôs recurso para o Tribunal Constitucional. Entretanto o projeto para a "Expansão do Terminal de Contentores de Alcântara", apresentado pela concessionária no âmbito do aditamento de 2008 foi objeto de Declaração de Impacto Ambiental desfavorável, datada de 22 julho de 2011, encontrando-se em apreciação as suas consequências e medidas a desenvolver.

<sup>1</sup> RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 19/2007 – 2ª SECÇÃO – PROCESSO N.º 03/06



Até à extinção ou declaração de invalidade do Aditamento outorgado em 2008 as obrigações decorrentes do Aditamento (prazo de concessão, taxas, isenções,...) mantêm-se nos termos nele estipulado e das demais normas aplicáveis.

A APL, S.A. aguardava a decisão do tribunal constitucional, a qual foi proferida a 3 de março de 2014 no acórdão nº 202/2014 do Tribunal Constitucional em que concluem pela inconstitucionalidade das normas constantes da lei de 2010, por violação do princípio da proteção da confiança legítima.

O despacho n.º 4550-A/2014 de 27 de março do Ministério das Finanças, UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos refere o despacho datado de 14 de março de 2014 de Sua Exa. o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações que determinou lançar o processo de renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas em que sejam parte as Administrações Portuárias dos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal e cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020. Por via do mesmo despacho, Sua Exa. O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações indicou não só o Presidente e o respetivo suplente de todas as comissões de negociação como, também, indicou os membros efetivos das comissões de negociação, nomeadas porto a porto. No mesmo despacho entendeu-se sujeitar a renegociação de todos os contratos visados ao regime jurídico das Parcerias Público-Privadas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio, por este assegurar a transparência e a melhor defesa do interesse público.

Em 2017, pelo despacho nº 10869/2017, de 28 de novembro, Sua Ex.ª a Sr.ª Ministra do Mar revogou o Despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 14 de março de 2014 e que ao regime de renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários não se aplica o disposto pelo Decreto -Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, excluindo-se, pois, as Administrações Portuárias do seu âmbito de aplicação.

Em 2018, pelo despacho nº 2130/2018, de 21 de fevereiro, Sua Ex.ª a Sr.ª Ministra do Mar procedeu à substituição da Presidente da comissão de renegociação relativa ao Porto de Lisboa com o objetivo de prosseguir as negociações. Durante o ano, o Conselho de Administração da APL, S.A. promoveu e deu continuidade aos trabalhos de renegociação da concessão do Terminal de Contentores de Alcântara, em estreita colaboração com a UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos.

## 5. Outras matérias referentes ao ano de 2018 e anos anteriores

### a) Enquadramento em sede de IVA das atividades desenvolvidas pela APL, S.A.

Com o objetivo de clarificar, enquadrar e uniformizar com as restantes Administrações Portuárias Nacionais e Portos Internacionais, a APL, S.A. solicitou, em fevereiro de 2016, à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira – Direção dos Serviços do IVA, parecer relativo à Informação Vinculativa Urgente, onde se expunha as razões para se proceder a alterações ao regime de IVA aplicado até à data.

Não tendo a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção dos Serviços do IVA concordado com os pedidos de alteração ao regime de IVA aplicado, a APL, S.A. no ano de 2017, interpôs uma ação



administrativa sobre a informação vinculativa emitida pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira – Direção dos Serviços do IVA.

Até ao final do ano de 2018 não ocorreram desenvolvimentos relativos à ação administrativa.

b) Anomalias detetadas nas colunas "jet grouting" da empreitada – "Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase"

O projeto "Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª e 2ª Fase" foi realizado em duas empreitadas distintas, por um valor global de 51,1 milhões de euros que resultou de dois concursos públicos, um para a empreitada de "Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim – 1ª Fase" e outro para a 2ª Fase.

Em 11 de outubro de 2006, a APL procedeu à abertura do concurso público internacional para a empreitada de "Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 1ª Fase", na execução desta empreitada constatou-se que os comprimentos das estacas de fundação da nova estrutura acostável medidos em projeto, eram inferiores aos necessários, face às condições geológicas do leito do fundo do rio encontradas, assim, na empreitada da 1ª Fase não ocorreram incidentes com colunas "jet grouting", dado que estas foram adotadas como cortina de impermeabilização no tardo dos cais antigos, como aliás já fora utilizado em situações semelhantes noutros terminais da APL com excelentes resultados.

As anomalias verificaram-se na empreitada da 2ª Fase quando o "jet grouting" foi adotado como elemento estrutural de suporte ao aterro da doca sobre lodos. Efetivamente, no início da fase de execução da obra da nova Gare Marítima de passageiros de Lisboa, foi detetado um problema de falha de integridade das colunas de "jet grouting" que suportam a área destinada ao edifício da nova Gare, facto que impossibilitava a implementação do projeto de construção da nova Gare cujas fundações originais deveriam ser reforçadas por micro-estacas.

Em novembro de 2015, a APL, para além de outras iniciativas, solicitou ao LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil a elaboração de parecer sobre as anomalias detetadas.

Já no início do ano de 2016, o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil procedeu à elaboração de um relatório preliminar designado "Parecer preliminar sobre anomalias associadas ao tratamento da fundação do aterro com "jet grouting" elaborado com base em análise documental sendo, planeados e iniciados testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica.

Para prossecução dos trabalhos planeados foi necessário proceder à construção de um aterro experimental inserido na zona concessionada à LCT – Lisbon Cruise Terminals, Lda onde já estão em fase de finalização os trabalhos de testes.

Em função dos resultados obtidos nos testes e da análise da documentação solicitada, o LNEC elaborará um relatório final com a emissão de parecer sobre as anomalias detetadas.

Ao aproximar-se a data prevista para a receção definitiva da empreitada "Reabilitação e Reforço dos Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco – 2ª Fase" a APL comunicou ao consórcio



empregado responsável pela obra a intenção de não proceder à receção definitiva da empreitada por ter “detetado várias anomalias nas colunas “jet grouting”.

Efetivamente, dentro do prazo contratual a APL procedeu à não receção definitiva da empreitada e não liberou a garantia bancária prestada pelo consórcio empregado no valor de 1 546 967 euros.

No relatório preliminar do LNEC é referido que na fase de implementação das fundações da gare, não foram encontradas algumas colunas de “jet grouting” realizadas na empreitada anterior, sendo que noutras, foram identificados problemas de integridade. Estas anomalias inviabilizaram a realização de micro-estacas para as fundações da nova Gare, no interior das colunas “jet grouting”, tendo-se registado a necessidade da APL proceder à revisão do projeto das fundações da nova Gare.

Em resumo, na página 13 do relatório preliminar do LNEC refere-se que de um total de 169 colunas “jet grouting” monitorizadas, 62 não foram encontradas, 47 encontram-se parcialmente consolidadas e as restantes 60 estavam em condições normais de utilização. Assim, sendo, em limite o número de colunas a abater nos Ativos Tangíveis da APL relativos à totalidade da área seria de 64,5% do total das colunas “jet grouting”.

Os testes e estudos de prospeção geológico-geotécnica a realizar pelo LNEC decorram ao longo do ano de 2016, a APL procedeu à constituição no ano de 2015 de uma imparidade no valor de 3 114 940 euros.

Com a publicação do relatório final do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 2017, a APL, S.A. procedeu ao abate efetivo nos Ativos Tangíveis das colunas “jet grouting” inexistentes e deterioradas.

Já no ano de 2018, a APL, S.A. procedeu ao pedido junto do consórcio empregado, projetistas e fiscalização do reembolso de todos os gastos adicionais apurados com os testes e estudos realizados, assim como, pelo abate das colunas “jet grouting” e projetos de alteração às fundações da nova Gare e parque de estacionamento.

No início de 2019 a APL,S.A. procedeu ao acionamento da garantia bancária prestada pelo consórcio empregado, no valor de 1 546 967 euros.

- c) Ação Administrativa 3.ª U.O., Proc. 1700/16.9BELSB referente ao Contrato 2009/022/INAG – Empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”, com citação à data de 21 de setembro de 2016

No seguimento de concurso público internacional lançado pelo INAG – Instituto da Água I.P., em 27 de julho de 2009 foi celebrado um contrato entre o INAG – Instituto da Água, I.P. a APL – Administração de Lisboa, S.A. e a Rohde Nielsen A/S para a realização da empreitada de “Alimentação Artificial das Praias da Costa da Caparica e de S. João da Caparica – 2009”.

No âmbito do contrato celebrado, nº 2009/022/INAG, era da responsabilidade da empresa Rhode Nielsen a realização da dragagem em zonas específicas do Canal da Barra do Estuário do Tejo e



posterior transporte e colocação do volume dragado (areias) nas Praias da Costa Caparica e de S. João da Caparica.

Com relevância para a APL, S.A. seria a dragagem de zonas específicas no canal de acesso ao Porto de Lisboa e para o INAG a alimentação artificial de areias das praias da Costa da Caparica e de S. João da Costa da Caparica.

Conforme estipulado pelo contrato, caderno de encargos, protocolo de 2008 e adendas posteriores assinados pela APL, S.A. e o INAG, o volume dragado seria apurado através de levantamentos hidrográficos efetuados por uma entidade terceira independente, o Instituto Hidrográfico que ao contrário de outros Laboratórios Nacionais está particularmente vocacionado para o mar.

Na 2ª adenda ao protocolo (para que também remetia o nº 5 da cláusula 16.ª do contrato nº 2009/022/INAG) é referido que *“Os custos decorrentes dos trabalhos a realizar em 2009, a que se refere esta adenda, serão suportados da seguinte forma:*

- *Pela APL, S.A. em montante não inferior a 1,88€/m<sup>3</sup> de volume efetivamente dragado no Canal da Barra Sul, nas condições técnicas definidas no projeto, e depositado, acrescido do IVA em vigor até ao total de 1 000 000 m<sup>3</sup>;*
- *Pelo INAG, I.P., o diferencial entre o valor pago pela APL, S.A. e os demais custos contratados com a empresa adjudicatária dos trabalhos de dragagem.”*

A 2ª adenda vem também atualizar o protocolo inicial no que respeita à zona que seria dragada, o Canal da Barra Sul e já não a zona do *“Cachopo Sul/Banco do Bugio”*.

Efetivamente a APL, S.A. apurou, em colaboração com o Instituto Hidrográfico o volume de 653 630 m<sup>3</sup> na dragagem realizada no Canal da Barra Sul que à razão de 1,95€/m<sup>3</sup>, totalizou o montante de 1 274 578,50€, aliás, em conformidade com o declarado nos autos, devidamente assinados pela Rohde Nielsen, procedendo, esta, à respetiva faturação e a APL, S.A. ao integral pagamento.

Face ao exposto, a APL, S.A. cumpriu integralmente o previsto no contrato, no protocolo e na respetiva adenda.

No âmbito do contrato 2009/022/INAG e só no ano de 2016 a Rohde Nielsen interpôs ação judicial contra a APL, S.A., com citação à data de 21 de setembro de 2016, reclamando o pagamento adicional da quantia de 675 421,50€ acrescida de juros de mora calculados desde 27 de novembro de 2009, consubstanciado na diferença de apuramento dos volumes dragados.

Foi apresentada contestação pela APL, S.A. em 10 de novembro de 2016 reiterando todos os factos acima descritos com especial ênfase para a identificação dos locais efetivamente dragados conforme descritos na 2ª adenda ao protocolo assinada entre a APL, S.A. e o INAG, assim como, o apuramento dos volumes dragados, com base nos levantamentos hidrográficos realizados pelo Instituto Hidrográfico.

No ano de 2018 não ocorreram desenvolvimentos referentes ao processo.



- d) Ação Administrativa Especial Processo n.º 123/15..1BELSB Autoras: Terminal Multiusos do Beato – Operações, S.A., Portmar – Agência de Navegação, Lda, Sogestão – Administração e Gerência, S.A. Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego S.A. e Mota-Engil Logística, SGPS, S.A. (“Agrupamento TML”), com citação á data de 23 de fevereiro de 2015.

Referência: Concurso público para atribuição em concessão de serviço público da atividade de movimentação de carga geral contentorizada e fracionada no terminal portuário atualmente identificado como “TML – Terminal Multipurpose de Lisboa” localizado em St<sup>a</sup>. Apolónia

As autoras solicitam que sejam declaradas nulas ou anuladas as deliberações do Conselho de Administração da APL que aprovaram a proposta de realização no dia 21 de outubro de 2014 da sessão de abertura do invólucro fechado, a proposta de admissão da proposta, ambas apresentadas pelo “Agrupamento ETE/ETF” e proposta de realização do sorteio, a proposta contendo as regras do sorteio que culminaram na deliberação igualmente nula, ou anulável, de adjudicação provisória da proposta apresentada pelo “Agrupamento ETE/ETF”, e ainda que a APL seja condenada a adjudicar provisoriamente a proposta apresentada pelo designado “Agrupamento TML” com todas as consequências legais. Valor Pedido 4 500 000,00€.

Foi alegada pelas autoras a existência de supostas ilegalidades no seguinte:

- Sessão pública de abertura do invólucro entregue pelo “Agrupamento ETE/ETF”;
- Admissão da proposta do “Agrupamento ETE/ETF” por diversos motivos;
- Realização do ato público de sorteio;
- Das regras do sorteio.

Constitui regra fundamental de um concurso público que as propostas sejam escolhidas em função dos critérios de adjudicação fixados no programa do concurso e neste caso, os critérios de adjudicação foram estabelecidos de acordo com as indicações dadas pela tutela na sequência do Relatório Final sobre a “Revisão do Modelo Contratual e Mecanismos de Regulação do Setor Portuário” no qual se propõe o modelo de avaliação que foi adotado no presente concurso.

Refira-se que no concurso público anteriormente mencionado só se apresentaram dois concorrentes, o “Agrupamento ETE/ETF” e o “Agrupamento TML”, ambos os concorrentes são constituídos na maioria por empresas que já operam no Porto de Lisboa e as duas propostas apresentadas ficaram empatadas nos dois fatores que constituíam o critério de adjudicação, os valores máximos permitidos pelo programa de concurso.

Apesar de sucessivas reclamações e recursos hierárquicos, na tentativa de exclusão do outro concorrente, ambos os concorrentes foram admitidos, no cumprimento estrito dos princípios da concorrência, da igualdade e da imparcialidade, tendo-se seguido a realização do sorteio, método que o programa de concurso estabelecia para o caso de empate quando não existissem atributos que claramente permitissem indicar um vencedor.

No seguimento do ato de sorteio realizado, em que estiveram presentes o “Agrupamento TML” e o “Agrupamento ETE/ETF”, com a garantia de igualdade e imparcialidade entre os concorrentes, o vencedor foi efetivamente o “Agrupamento ETE/ETF”, procedendo-se á consequente adjudicação.



Em 27 de março de 2015 a APL, S.A. procedeu à contestação da ação administrativa especial ao abrigo do disposto nos artigos 81.º e seguintes do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

No ano 2018 não ocorreram desenvolvimentos referentes ao processo.

e) Acordos diretos celebrados pela APL com a Liscont e a Sotagus

Em 2018 foi assinado um acordo direto com as entidades financiadoras dos novos investimentos a realizar na concessão da Liscont que sucedeu ao anterior acordo constante do Anexo 10 ao Aditamento de 2008 do respetivo contrato de concessão.

Este acordo não representa qualquer responsabilidade acrescida para a APL para além das resultantes no contrato de concessão e resultou de uma operação financeira global com base no grupo Yilport e que englobou os portos nacionais onde têm presença.

Neste contexto foi igualmente assinado um acordo direto respeitante à concessão da SOTAGUS sendo que neste caso não existia qualquer Acordo Direto anterior, sendo este o primeiro a ser celebrado. No entanto, o essencial das suas previsões (autorização para penhor e cessão, step in e step out) já constava do próprio contrato de concessão, não existindo qualquer responsabilidade acrescida para a APL..

Nota 36 – Eventos subsequentes

No dia 27 de junho de 2019 o Conselho de administração da APL aprovou um Memorando de Entendimento a celebrar com a Liscont relativo ao consenso alcançado no processo de Renegociação do Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara.

Esta renegociação decorreu no âmbito dos trabalhos da comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas relativa ao Porto de Lisboa (Comissão de Negociação), tendo como base uma proposta apresentada pela concessionária.

A modernização desta infraestrutura, prevista na Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 175/2017, atinge os 122 milhões de euros, sendo vital para a afirmação do TCA como um terminal portuário de referência, num setor de atividade altamente competitivo como é o mercado da carga contentorizada.



## Nota 37 – Instalações Portuárias de Serviço Público

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens Registrados	
						Natureza	Denominação
TERMINAL DE CONTENTORES DE ALCÂNTARA	287/84, de 23/8, precedido de concurso público	20 anos + 2 prorrog. de 5 anos cada + 1 prorrogação de 27 anos	05-05-1985	04-05-2015	Movimentação de contentores. Tráfego, estacionamento e expedição de contentores. Operações respeitantes às mercadorias (consolidação, desconsolidação, conferência, etc.)		Vide nota 35
	188/2008			31-12-2042			
TERMINAL MULTIPURPOSE DE LISBOA	CCP, 298/93, de 28/8, 324/94, de 30/12, (Despacho SET, Proc. Nº - 01.13.04.34.01 de 08.08.2014)	6 anos + 4 prorrogações de 1 ano cada	09-04-2015	28-02-2021 (Contrato)	Movimentação de carga geral contentorizada e fraccionada.	Tangível	- Instalações eléctricas - Pavilhão para Alfândega - Rampas metálicas - Bomba Transfega - Contentores escritórios da Portaria e Oficina - Macacos Pneumáticos 50T e 40T
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DO BEATO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos (1)	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares	Intangível	- Prep. terrenos - Cabine fossa báscula - Instalações Administrativas - Sistema eléctrico
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DA TRAFARIA	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos (1)	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares	Tangível	- Op. hidraulicas- cais - Cais rec. marítima
						Intangível	- Silos-Prep. terrenos - Edifícios: Administrativo, Fiscalização, Subestação, Portaria, controlo/comando - Cabine fossa báscula - Oficina/armazem - Telheiro p/viaturas - Posto transformação
TERMINAL DE GRANÉIS ALIMENTARES DE PALENÇA	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Equip. Social, de 02.01.1996)	30 anos	01-07-1995	30-06-2025	Movimentação de granéis de matérias primas alimentares (nomeadamente cereais e oleaginosas e/ou quaisquer outras matérias primas similares cuja movimentação venha a integrar o objecto social da concessionária). (2)	Tangível	- Imóveis cais
						Intangível	- Torre de Ângulo - Torre de Pesagem - Silos e Torre Final - Pórticos Descarga - nova rede incendios
TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DO BARREIRO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis líquidos e gasosos que sejam derivados do petróleo ou relacionados com a indústria química e alimentar.	Tangível	- Cais e acesso
TERMINAL DO BARREIRO	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025	Movimentação de granéis sólidos, líquidos e carga geral convencional, essencialmente produtos destinados ou provenientes das indústrias química e agro-alimentar.	Intangível	- Projector iluminação - Muro de suporte - Pavimentação terrapleno - Ampliação Terrapleno de ponte cais - Instalações Inspeção Sanitária - Rampa em betão - Zona de lavagem
TERMINAL DO SEIXAL	Concessão por Convolação (despacho do Ministro do Mar, de 27.06.1995)	30 anos	30-06-1995	29-06-2025 (3)	Movimentação de granéis sólidos e carga geral relacionada com a indústria siderúrgica, designadamente, matérias-primas, produtos acabados e derivados.	Informação não enviada pelo Concessionário.	
TERMINAL DE CONTENTORES DE SANTA APOLÓNIA	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos+2 prorrogações de 5 anos ou periodo único de 10 anos	01-03-2001 (4)	28-02-2021	- Movimentação de contentores; - Movimentação de carga geral não contentorizada, que constitua complemento de carregamento dos navios	Intangível	- Pórtico de Cais - Trabalhos remodelação nos balneários - Obras no Edifício Administrativo - Porto Oficina
TERMINAL MULTIUSOS DO POÇO DO BISPO	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos+2 prorrogações de 5 anos ou periodo único de 10 anos	04-12-2000	03-12-2020	- Movimentação de granéis; - Movimentação de carga geral fraccionada e unitizada; - Movimentação de veículos e contentores, por meios verticais ou horizontais desde que tal utilizao seja limitada e que o terminal não perca as suas características operacionais de terminal multiusos.	Intangível	- Edifícios e construes - reparao - Grua terrestre Liebherr LHM 250 - Vedaes - Pavimentação do Terminal
TERMINAL MULTIUSOS DO BEATO	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	20 anos+2 prorrogações de 5 anos ou periodo único de 10 anos	04-12-2000	03-12-2020	- Movimentação de granéis; - Movimentação de carga geral fraccionada e unitizada; - Movimentação de veículos e contentores, por meios verticais ou horizontais desde que tal utilizao seja limitada e que o terminal não perca as suas características operacionais de terminal multiusos	Intangível	- Quadro eléctrico - Quadro eléctrico para ligar contentores - Sistema e Boca de Incêndio - Guindastes Electricos de Via e grua auto

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



<sup>(1)</sup> Foi decretada a dissolução e liquidação da Silopor, pelo D.L. nº 188/2001, tendo sido nomeada uma comissão liquidatária para assegurar a continuidade da atividade, até à data da sua extinção. Foi também decretado que os silos seriam objeto de concessão em regime de serviço público. Pela Portaria nº 407-A/2007 foi aprovado o programa do concurso e o caderno de encargos para a concessão da atividade da Silopor. O concurso foi lançado (Anúncio de 12-04-07 publicado no DR 2ª Serie de 23-04-07) tendo no entanto sido declarado extinto através do despacho Nº12435/2014 (Publicado no DR 2ª serie de 09-10-14).

<sup>(2)</sup> Em 16/08/2007, a APL autorizou que a Tagol (atual Sovena) alterasse o objeto social aditando-lhe a produção de biocombustíveis a partir de óleos e gorduras vegetais extraídas de sementes oleaginosas e que utilizasse as instalações e o equipamento da concessão para a movimentação de biocombustíveis.

<sup>(3)</sup> O terminal tem estado sem atividade desde 01-05-2001, data em que a S.N. - Empresa de Serviços, S.A. encerrou a atividade industrial com a desativação do alto forno.

<sup>(4)</sup> Em conformidade com Artº. 28º, nº 2 do contrato, na sequência da sentença do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa que declarou que o prazo de 20 anos da concessão se iniciou no dia 01-03-2001.

#### INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO CONCESSIONADAS PARA REPARAÇÃO NAVAL

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens Registrados	
						Natureza	Denominação
Instalações portuárias da Rocha Conde de Óbidos	D.L. 468/71, de 5 de novembro, precedida de concurso público	10 anos (com possível prorrogação por períodos de 5 anos)	19-11-1999	18-11-2021	Atividade de reparação naval e serviços complementares da mesma	Intangível	- Pavimentação das infraestruturas exteriores - Vedação Armazém da Alfandega (STEP) - Reabilitação de jardim e edifício

#### INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO CONCESSIONADAS PARA CRUZEIROS E MOVIMENTAÇÃO PASSAGEIROS

Instalação	Concessão pelo D. L.	Prazo da concessão	Início	Fim	Objecto principal da concessão	Bens a Registrar	
						Natureza	Denominação
Instalações portuárias de Santa Apolónia	298/93, de 28/8 324/94, de 30/12, precedido de concurso público	35 anos	17-07-2014	26-08-2049	Exploração em regime exclusivo no Terminal de Cruzeiros de Lisboa do serviço público portuário de apoio à navegação marítima	Intangível	Nova Gare Marítima projeto e obra

Clg & Rlope



## 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2018 a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., obteve um resultado líquido positivo de 7 292 399,02 euros.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que:

- O montante de 729 239,90 euros, correspondente a 10,00% dos resultados líquidos apurados, seja transferido para reserva legal;
- O montante de 1 249 772,75 euros seja transferido para reservas não distribuíveis – concessões;
- O montante de 5 313 386,37 euros seja transferido para resultados transitados.

O Conselho de Administração,

Lídia Sequeira  
Presidente

José Castel-Branco  
Vogal

Ricardo Medeiros dos Santos  
Vogal

Ricardo Roque  
Vogal

Carlos Maio Correia  
Vogal



## SIGLAS UTILIZADAS E GLOSSÁRIO

### Siglas

---

ADSE - Proteção Social aos trabalhadores em Funções Públicas (antiga "Assistência na Doença aos Servidores do Estado")

AGEPOR – Associação dos Agentes de Navegação de Portugal

APAJ - Associação Portuguesa de Gestores e Liquidatários Judiciais e Administradores da Insolvência

APL,S.A. – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APP – Associação dos Portos de Portugal

BCE – Banco Central Europeu

CA – Conselho de Administração

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCP - Código dos Contratos Públicos

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e serviços Marítimos

DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças

DL – Decreto-Lei

DUKC – Dynamic Under Keel Clearance

EBIT - Earning Before Interest and Taxes (corresponde a Resultados antes de Juros e Impostos)

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (corresponde aos Resultados Operacionais antes de depreciações e amortizações)

EFFISEC – Efficient Integrated Security Check Points

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EIDH – Edifício Infante D. Henrique

EPAP – Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias

GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos

GT – Gross Tonnage (tonelagem arqueação bruta)

IGF – Inspeção Geral de Finanças

IMT, IP – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPTM, IP – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)

ISPS - International Ship and Port Security Code (Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias)

JUP – Janela Única Portuária

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LOE – Lei de Orçamento de Estado

MIELE - Multimodal Interoperability E-services for Logistic and Environment

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OSC – Obras Sociais e Culturais

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

POET – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo

RAL – Regulamento de Aquisição e Locação de Bens e Serviços

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

ROC – Revisores Oficiais de Contas



SEE – Setor Empresarial do Estado

SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SUPPORT – Security Upgrade for Ports. (Melhoria da Segurança nos Portos)

TCL – Terminal de Cruzeiros de Lisboa

TCSA – Terminal de Contentores de Santa Apolónia (SOTAGUS)

TEU – Twenty feet Equivalent Unit (unidade equivalente a um contentor de 20 pés)

TUP – Tarifa de Uso Portuário

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Chy", "PP", "E", and "Rhom".



## Glossário -----

Arqueação Bruta ou Gross Tonnage (GT) – é a soma de todos os espaços vazios do navio.

Carga fracionada – carga geral que se apresenta avulsa, acondicionada ou não, mas não agrupada em meios normalizados (ex. como contentores, paletes...).

Carga a granel – mercadorias que pelas suas características e, quando em grandes quantidades, não se transportas acondicionadas.

Carga ro-ro (Roll-on Roll-off) – mercadoria que é movimentada pelos próprios meios (Ex: automóveis ou camiões) que pode ser embarcada/desembarcada sem necessidade de guas.

Navio em *Interporting* ou *turnaround* parcial – situação em que o navio de cruzeiro durante o itinerário, permite o embarque e/ou desembarque de passageiros em portos secundários.

Navio em *Turnaround* – situação em que o navio de cruzeiro inicia e termina operação num determinado porto e que implica o desembarque de todos os passageiros da viagem anterior e embarque de novos passageiros.

Quilha do navio - peça disposta em todo o comprimento do casco no plano diametral e na parte mais baixa do navio. Constitui a "espinha dorsal" e é a parte mais importante do navio, qualquer que seja o seu tipo.

Sistema DUKC – sistema de avaliação dinâmica do resguardo sob a quilha dos navios.

Tara – peso de uma unidade de transporte (ex. contentores) antes de ser carregada qualquer carga.

Twenty-foot Equivalent Unit (TEU) – Unidade estatística baseada num contentor ISO com 20 pés de comprimento (6,10 m) que serve de medida normalizada.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Rhom" at the bottom right.



(página deixada propositadamente em branco)

Colg  
PP  
Rem



## **ANEXOS**

**Certificação Legal de Contas**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Relatório de Governo Societário 2018**

Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'Cf', 'PP', and 'PP'.



(página deixada propositadamente em branco)

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading "APL" and "Rhoan".